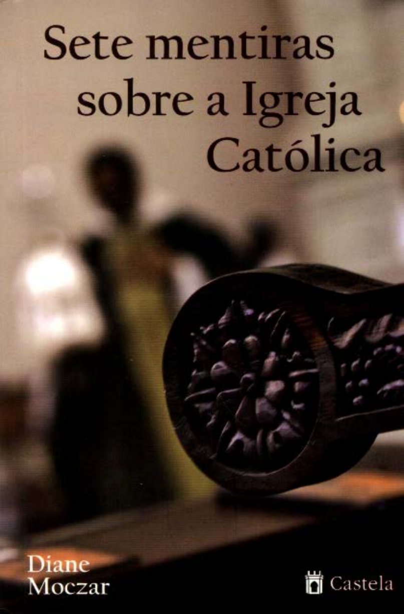

Sete mentiras sobre a Igreja Católica
Diane Moczar
Castela

Título original: *Seven Lies About Catholic History*

Tradução: Gabriel Galeffi Barreiro
Revisão: Karine Fajardo
Capa, projeto gráfico e diagramação: José Jorge de Moraes

Foto da capa: Almir Bindilatti
(Local: Mosteiro de São Bento, Salvador, BA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moczar, Diane
Sete mentiras sobre a Igreja Católica / Diane Moczar; [tradução Gabriel Galeffi Barreiro]. -- Rio de janeiro: Castela Editorial, 2012.

Título original: Seven lies about Catholic history
ISBN 978-85-64734-01-2

1. Igreja Católica - Influência I. Título.

12-00221 CDD-228.09

Aram Editora e Distribuidora Ltda. (Castela Editorial).
Rua Jardim Botânico, 674, sala 315
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 22461-000
www.castelaeditorial.com.br

Sobre a autora

Diane Moczar, ph.D., ensina História na Nothern Virginia Community College. Entre as suas obras, destacam-se: *Islam at the Gates*, sobre a guerra da Europa contra os turco-otomanos, e *Ten Dates Every Catholic Should Know*.



Para o dr. William A. Donahue, fundador e presidente da Catholic League for Religious and Civil Rights (Liga Católica por direitos religiosos e civis), um grande refutador de mentiras sobre a Igreja. A *Catalyst*, publicação mensal da Liga, tem editado excelentes artigos sobre algumas mentiras tratadas nesta obra, bem como aquelas a respeito do papa Pio XII.



Agradecimento

Gostaria de expressar minha gratidão a Todd Aglialoro, meu editor, por seu guiamento profissional; sem ele, eu não teria conseguido concluir este livro. Todas as discussões que tivemos sobre o conteúdo, a inclusão de notas de rodapé e os títulos corretos já foram esquecidas, ou quase...



Sumário

Prefácio
Por que mentem sobre a História? 13

Introdução
.... 17

Capítulo 1
Idade Média, a "idade das trevas" 23

Capítulo 2
Igreja Católica: inimiga do progresso 43

Capítulo 3
Uma cruzada contra a verdade 69

Capítulo 4
A sinistra Inquisição 93

Capítulo 5
A ciência no tribunal: a Igreja Católica *versus* Galileu 123

Capítulo 6
Uma Igreja corrompida até o topo 141

Capítulo 7
A oportuna Lenda Negra 169

Capítulo 8
E tem mais... 187

Apêndice 1
Como responder a uma mentira 193

Apêndice 2
Fontes utilizadas e recomendações
para leituras e estudos posteriores 203



Prefácio

Por que mentem sobre a História?

São vários os motivos para se contar, escrever e propagar mentiras sobre a História. Estados criam mentiras sobre Estados inimigos; um exemplo é a Lenda Negra, inventada pela Inglaterra no começo do período moderno para denegrir a reputação do seu grande rival, a Espanha. Os motivos dos ingleses eram políticos, econômicos (a Espanha enriquecera no Novo Mundo; a Inglàterra, não) e religiosos (o rei espanhol defendia o catolicismo e os monarcas ingleses apoiavam a causa protestante). Recentemente, autores anticatólicos e antilegitimistas têm contado mentiras sobre os regimes de Philippe Pétain, na França, e de Franciso Franco, na Espanha. Autores comunistas mentem sobre o capitalismo, capitalistas mentem sobre os operários e autores renascentistas mentem sobre a Idade Média. A História também pode ser distorcida por razões patrióticas ou pelo desejo de encobrir erros de partidos ou líderes religiosos (os católicos não estão imunes a essa tentação).

Em resumo, mentiras sobre a História não necessariamente são contadas por motivos religiosos, mas a religião é frequentemente uma das razões – às vezes, a principal. Neste livro examinaremos sete mentiras criadas por motivos religiosos e cujo alvo é a Igreja Católica: seja diretamente – como no mito da "sinistra Inquisição", no caso Galileu, na acusação de hostilidade ao progresso, na suposta corrupção da Igreja antes da Reforma e nos ataques ao papa Pio XII iniciados após a Se-

gunda Guerra Mundial – ou indiretamente, como no caso da Lenda Negra, das Cruzadas e da Idade Média.

Nos casos em que as mentiras históricas miram a Igreja direta e exclusivamente, há uma série de motivos específicos para os ataques. Ateus sempre se alegram ao encontrar algum tema com o qual possam denegrir a Igreja, e ex-católicos ressentidos de sua antiga mãe espiritual muitas vezes se tornam mentirosos raivosos e escritores criativos.

Tudo indica que a mentira histórica mais absurda e persistente é a estranha concepção defendida pela maioria dos protestantes a respeito do período pré-Reforma. Eles apresentam as primeiras comunidades de fiéis cristãos como grupos sem organização eclesiástica definida e estrutura hierárquica fixa, possuindo apenas alguns sacramentos e algumas doutrinas em comum. Segundo os protestantes, esse período teria durado até o imperador Constantino interromper as perseguições e legitimar o cristianismo. Constantino teria remodelado a estrutura e a doutrina da Igreja ao se intrometer em assuntos eclesiásticos, e essa amigável relação entre Igreja e Estado teria transformado o cristianismo romano no mau catolicismo que temos atualmente – enquanto os verdadeiros fiéis continuaram a praticar em segredo a sua fé pura e simples, libertada somente com a aurora da Reforma.

Esse enredo é incrível (no sentido literal) para qualquer um que esteja familiarizado com a massa de documentos cristãos antigos e com a história dos três primeiros séculos. O mito sobrevive principalmente por falta de conhecimento histórico, assim como por motivos ideológicos, e a razão pela qual não o trato diretamente neste livro é porque a sua cura

requer um curso inteiro sobre a Civilização Ocidental. Partes desta história mítica, no entanto, serão apresentadas nos capítulos seguintes.



Introdução

Certamente você já se deparou com algum dos sete enredos que serão examinados neste livro (e provavelmente com muitos outros), todos apresentando a história católica sob uma ótica depreciativa. Ao ser confrontado com esses ataques ao passado da Igreja, você deve ter se recordado da série de pedidos de perdão feitos publicamente pelos últimos papas e chegou à conclusão de que nós, católicos, temos muito do que nos envergonhar sobre o comportamento de nossos ancestrais. Talvez você pense que o melhor a fazer é deixar que aqueles séculos negros sejam esquecidos com o tempo e voltar-se para um futuro otimista e sem confrontos.

A importância de compreender as mentiras

O problema com essa atitude, além do fato de que invoca outra mentira histórica, é que as controvérsias não desaparecem. O resto do mundo – professores de História, escritores, cineastas, figuras da mídia, apologistas protestantes, qualquer um com fortes opiniões contra a Igreja Católica – não nos deixará apagar nosso passado e seguir em frente. Com o intuito de prejudicar a Igreja, eles continuam trazendo à tona suas versões da história católica *ad infinitum*. Se nos recusarmos a aprender a verdade sobre a nossa história, nos contentare-

mos em não responder e manter um olhar acanhado quando levantarem o tema da Inquisição, por exemplo. Quando não sabemos o suficiente para refutar as mentiras, acabamos reforçando-as em razão de nossa inércia – ou acreditando nelas.

Faríamos muito melhor se confrontássemos o passado da nossa Mãe Igreja objetivamente. A História é Deus agindo no mundo, geralmente por meio da Sua Igreja. Na medida em que Seu instrumento falível são os homens, estes podem agir de maneira incompetente, estúpida ou maliciosa e, assim, afetar a História negativamente. Todavia, o drama da história católica raramente é realizado apenas por católicos estúpidos, ineptos ou maliciosos. Em momentos críticos, na verdade, os personagens principais geralmente são os santos – como veremos nos sete períodos que examinaremos.

É preciso lembrar que, embora o pai da mentira esteja por trás de todas as mentiras, direta ou indiretamente, os indivíduos que as propagam podem não saber que estão falsificando os registros históricos. Certamente houve escritores anticatólicos raivosos que deliberadamente distorceram a História visando a prejudicar os católicos e sua Igreja, mas nem todo desvirtuamento, nesse caso, é intencional. Por exemplo, um historiador que tenha profunda antipatia pela monarquia – considerada a forma de governo mais perfeita e natural durante os séculos cristãos – terá dificuldade em lidar objetivamente com as suas manifestações históricas. O mesmo acontece com regimes católicos autoritários mais recentes, como o de Salazar em Portugal. Um historiador econômico defensor do capitalismo pode encontrar mais o que criticar no sistema das guildas que um pesquisador de conduta menos parcial. E se eu

fosse explicar no que as feministas baseiam suas críticas aos séculos católicos precisaria de muito espaço nesta obra.

Há outro motivo para distorcerem a História: o desejo de retratá-la como gostariam que ela tivesse sido. Alguns romantizam o passado católico a ponto de ignorarem problemas reais na Igreja e erros de personagens eminentes na história católica. Um exemplo é o caso bizarro de John Boswell, historiador católico que morreu de aids em 1994. No livro *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality*, ele argumenta que a Igreja havia tolerado – e até aprovado – uniões impróprias e que só mudou sua posição em um período mais recente. Boswell sustentou sua tese com uma coleção assombrosa de notas de rodapé e textos em vários idiomas. Somente após a sua morte soube-se que a maior parte do livro fundamentara-se no trabalho impreciso de seus assistentes, estudantes de graduação.

O desafio do historiador católico, portanto, é manter uma atitude de objetividade e compaixão ao lidar com o verdadeiro passado de sua religião, baseando-se em pesquisa competente e abrangente. Falarei mais sobre essa difícil tarefa no Apêndice 1, mas o primeiro passo é, obviamente, decidir o tópico a se estudar, reunir fontes confiáveis sobre o tema ou período escolhido e, então, devotar o tempo necessário a estudá-lo. No Apêndice 2, sugiro algumas leituras, mas há outras boas fontes disponíveis, muitas delas na internet. Até a Wikipedia (www.wikipedia.org) tem alguns textos introdutórios excelentes, que citam as fontes. Um exemplo é um artigo sobre a revisão da Inquisição Espanhola. Muitos livros fora de catálogo, mas de leitura recomendada, também podem ser encontrados na rede.

Quem precisa deste livro?

Apologistas católicos precisam dele. É comum que não tenham instrução em História. Ainda assim percebem que protestantes de todos os ramos têm visão histórica assentada – e distorcida –, que interfere no diálogo sobre doutrina. A História é, de fato, vital para o apologista católico: "Instruir-se em História é deixar de ser protestante," diz a famosa frase do Cardeal Newman.

Os estudantes também precisam deste livro. Já escrevi dúzias de manuais para professores, guias para alunos e avaliações para livros importantes de História adotados nas principais faculdades; meu cabelo já não fica mais em pé com as mentiras contidas nas obras. Uma ou duas vezes consegui remover um erro ofensivo de um livro; e os equívocos sutis, entretanto, permaneceram. Tenho pena dos milhares de professores e estudantes que utilizam esses livros seculares, humanistas e astutamente anticatólicos. Eles não possuem antídoto para o veneno que têm em mãos.

Homeschoolers (pais que educam os filhos em casa) precisam. Os livros a que eles recorrem (mesmo os ortodoxos) não tratam das mentiras aqui descritas. As sugestões de leitura que esta obra fornece irão ajudar a desenvolver as habilidades de pesquisa dos estudantes mais velhos.

Católicos comuns precisam deste livro. Certamente já se depararam com um argumento negativo sobre a história católica que não foram capazes de replicar. Esta obra não responde a todos os argumentos históricos, mas trata dos mais comuns e traiçoeiros. Quando um amigo não católico pronun-

cia a palavra "Inquisição" e se arrepia de medo, não é preciso que isso aconteça com você também. O leitor deste livro pode dizer: "Ah sim, estava lendo sobre isso. Vamos conversar a respeito." Isso faz bem às almas, e também ajuda a fortalecer nossa estima pela Santa Madre Igreja.

Por que chamá-las de "mentiras"?

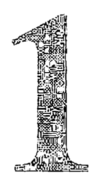
Tento apresentar cada uma dessas mentiras históricas nas suas formulações mais fortes. A fim de examinar qualquer controvérsia, precisamos adentrar a mentalidade adversária e analisar a situação sob a perspectiva do opositor. Somente após compreendermos os termos do argumento, na sua melhor forma e a mais persuasiva, seremos capazes de julgá-lo e determinar se é verdadeiro ou falso. Esta é a maneira por meio da qual todos deveriam lidar com as questões históricas. As guerras persas teriam terminado mais rapidamente se os gregos estivessem mais unidos? É um assunto discutível, mas ninguém usa a palavra "mentira" para descrever diferenças de opinião sobre um assunto grego antigo. Então, por que a estou usando no título deste livro?

A explicação é simples: cada uma das proposições que examinaremos tem uma dimensão que transcende o aspecto histórico. Os fatos são neutros, mas distorções obstinadas dos fatos são fraudes; e uma vez enunciadas, mesmo por indivíduos que desconhecem sua desonestidade, elas continuam a ser mentiras. Portanto, em cada um dos sete tópicos, distinguiremos entre a verdadeira situação histórica e a inversão que dela fazem os interessados em usar a mentira como arma contra a

Igreja. Trataremos das inverdades desde o seu surgimento até a sua propagação mais recente por autores de livros escolares e cineastas.

A discussão sobre cada mentira é inevitavelmente curta. Um tratamento individual completo exigiria um ou mais volumes para cada tópico. Felizmente, obras que tratam individualmente das mentiras já foram ou estão sendo feitas, e eu sugeri recursos impressos e digitais para os leitores consultarem. Se tiver êxito em permitir que cada um deles responda essas mentiras quando as ouvirem, que reconheçam a verdade por trás delas e que se munam de fontes confiáveis para estudos posteriores, o objetivo deste livro terá sido alcançado.

Idade Média, a "idade das trevas"



A mentira: a Idade Média foi uma longa era obscura de ignorância e superstição, abrandada somente com o advento do Renascimento.

O apresentador do vídeo é professor de uma prestigiada universidade da Califórnia. O vídeo, em forma de palestras, feito alguns anos atrás e utilizado em várias faculdades, faz parte de uma série criada para ensino a distância e também foi exibido na televisão. As palestras são acompanhadas de ilustrações. Ao tratar do período medieval, a maioria das imagens é escura e grotesca, visando, assim, reforçar a ideia de que a Idade Média foi uma era de "trevas". O professor observa até mesmo que, na Idade Média, quando o sol se punha, ficava escuro: imagem de uma vila sombria na tela. Ao falar sobre o povo medieval, o professor refere-se várias vezes à sua "inabilidade mental." Eles eram pessoas tão ineptas que ergueram construções que desabaram: pintura de uma construção – na verdade pertencente a um período posterior – espatifada no chão.

O espectador medievalista, sofrendo do outro lado da tela, resmunga: "E as catedrais, seu idiota!" Entretanto, enquanto procura um tijolo para jogar na televisão, o professor admite que o período também produziu as catedrais – e que as suas fundações alcançam a profundidade de uma estação de metrô e seus pináculos têm dezenas de metros. Então, o professor pergunta: se eram tão incompetentes, como os povos medievais produziram tanta beleza? Resposta: para *compensar* a sua inabilidade mental. Não devemos esquecer também que aqueles incapazes sequer sabiam as horas, já que relógios de sol não funcionam no escuro. Aparentemente, o professor nunca ouviu falar de relógios d'água. (Não é preciso dizer que não há menção alguma a Tomás de Aquino, Roger Bacon, Boaventura, Duns Scott ou qualquer pensador medieval brilhante.)

O preconceito contra a Idade Média está enraizado na nossa cultura. Um repórter que esteja cobrindo uma guerra civil em uma sociedade primitiva nos informará que os participantes demonstram um "barbarismo medieval." Discussões sobre um culto bizarro irão, com frequência, incluir referências a "superstições medievais." Há também a "tortura medieval," usada para descrever atrocidades. De onde veio essa visão? Ela é verdadeira? Afinal de contas, onde há fumaça deve haver fogo.

Autores do Renascimento, *philosophes* iluministas, escritores populares e todos que, por princípios, não gostam dos períodos que receberam grande influência do cristianismo contribuem para a "lenda negra" sobre a Idade Média. No entanto, os maiores promotores dessa mentira foram os

escritores do período renascentista. Encantados com a própria época em que viviam, deleitavam-se em tentar exibir o quão maravilhosa ela era, comparada com os dias ruins que a precederam.

As primeiras mentiras sobre a época medieval

Essa abordagem não se originou, é claro, no século XX, e sim no século XIV, quando os primeiros "humanistas" italianos – os renascentistas originais – começaram a idealizar a cultura clássica da Grécia e Roma antigas. A fim de exaltar essa cultura e de engrandecer a importância de seu próprio trabalho literário, eles menosprezavam a cultura do passado recente, caracterizando-a como retrógrada e pouco preocupada com o mundo real. A partir daquele momento, a Idade Média tornou-se, como veremos, um saco de pancadas. Muitos escritores desde então começaram a desprezar o período medieval, por pura ignorância ou em razão de uma ingênua confiança nas opiniões dos escritores renascentistas. Deve-se notar que a maioria dos primeiros humanistas era católica, e embora alguns fossem críticos da Igreja e outros estivessem interessados em propagar ideias religiosas heterodoxas, na maior parte dos casos o seu menosprezo pela Idade Média não provinha de uma hostilidade contra o catolicismo, mas de uma exaltação da sua própria época, com seus novos estilos artísticos, literários e sua concepção otimista do Homem.

Um escritor do século XIV, Giovanni Boccaccio, acreditara que a poesia estivesse morta até ter sido trazida à vida por Dante Alighieri na nova era de "renascimento" que aca-

bara de surgir. Dante foi, é claro, um homem da Idade Média tanto na fé quanto na mentalidade. Ele nasceu na metade do século XIII, certamente um dos grandes séculos medievais. Mesmo assim, escritores do Renascimento exaltavam Dante e o pintor Giotto di Bondonne, contemporâneo do poeta, como "modernos", enquanto – em numerosos escritos e com repetição interminável – desprezavam todo o resto da arte, arquitetura e pensamento medievais. Essa atitude, vinda de homens convencidos sobre a glória e superioridade do seu próprio período histórico, influenciou os futuros escritores que também o admiravam.

De acordo com o professor Douglas Bush, o preconceito dos protestantes do século XVI e dos escritores iluministas do século XVIII contra os católicos também contribuiu para o antimedievalismo. Voltaire, o escritor anticatólico, dizia que "filosofia de verdade" não havia florescido até o fim do "brilhante" século XVI. Bush, no entanto, considera o racionalismo humanista-secular de autores do século XIX, como o grande responsável por moldar a mentira antimedieval. Ele explica:

> Daquele ponto de vista, a Idade Média parecia nada mais do que um período de grande atraso cultural, uma época em que o homem foi escravizado por um sistema baseado em superstições religiosas e restrições artificiais.

Essa visão é ilustrada, entre muitas a se escolher, pelas obras de Michelet e Symonds.

Os críticos da Idade Média no século XIX

Jules Michelet (1798-1874), historiador liberal francês, exaltava o Renascimento como um período heroico de redescoberta do Homem e do mundo, precedido por uma deplorável era "obscura". Ele ofereceu uma analogia arquitetônica, contrastando o estilo gótico, "o qual sustenta os templos somente com a ajuda de um aparato enfadonho de adereços e pilastras," com a "arte estrutural do Renascimento, racional, matemática e autossuficiente." Quanto à ciência medieval, Michelet dizia que, "ela existiu somente por causa dos inimigos, os árabes e os judeus. O resto não serve para nada". Ele acreditava que a natureza e a ciência foram vítimas do "terrorismo" e da repressão medievais.

Michelet teve seguidores entusiastas, incluindo o historiador suíço Jacob Burckhardt, cujo celebrado livro *A civilização da Renascença na Itália*, publicado em 1860, foi traduzido para vários idiomas e reimpresso diversas vezes. O Renascimento dificilmente poderia ter tido um defensor mais entusiasta – à custa da Idade Média. Usando frases de Michelet, Burckhardt elogiava: "À descoberta do mundo exterior o Renascimento acrescentou uma conquista ainda maior, ao primeiro discernir e trazer à luz a natureza integral do Homem." Ele caracterizou essa investigação como "mundana", o que, em sua opinião, significava um nível de precisão tão moderno que não poderia ser removido.

> A Idade Média, que se poupava do problema da indução e da livre investigação, não pode ter o direito de impor sobre

nós os seus veredictos dogmáticos em um assunto de tão grande importância.

(Sem importar o próprio veredicto dogmático dele!)

John Addington Symonds, crítico literário do século XIX, outro grande admirador do Renascimento, caracterizou a Idade Média como uma época em que "o homem viveu envolto num capuz. Ele não via a beleza do mundo, ou a via somente para se benzer, virar de lado, pegar o seu rosário e rezar." Em seguida, ele descreve São Bernardo passando pela margem do lago Léman, sem notar a beleza das redondezas, mas

> abaixando a testa consumida por pensamentos, olhando o pescoço da sua mula; assim como esse monge, a humanidade havia permanecido como um peregrino amedrontado, concentrada nos terrores do pecado, da morte e do julgamento, ao longo das estradas do mundo, e os homens mal souberam que eram dignos de serem vistos, ou que a vida é uma benção (...) Deus aceita a ignorância como prova de fé e submissão; abstinência e mortificação são as únicas regras seguras de vida: essas eram as ideias fixas da ascética Igreja medieval.

Felizmente, na visão dele, essas regras deprimentes foram extintas no Renascimento,

> arrancando o véu espesso que havia entre a mente do homem e o mundo externo, e fazendo brilhar a luz da realidade sobre os locais obscurecidos da sua própria natureza (...) O Renascimento foi a libertação da razão do calabouço em

que se encontrava, a dupla descoberta do mundo exterior e interior.

Mudança de atitude

No início do século XIX, outra concepção da Idade Média surgiu, em razão do trabalho de estudiosos que coletaram e estudaram textos medievais anteriormente indisponíveis. As novas informações contidas nesses textos haviam agradado aos simpatizantes do Romantismo, um movimento artístico e intelectual que reagiu fortemente às ideias iluministas e normas artísticas clássicas. Em particular, os românticos desgostavam da depreciação da Idade Média que estava em voga. A visão deles a respeito desse período da História, todavia, não se aproximava da verdade. Como escreve o medievalista judeu Norman Cantor, em seu livro *Inventing the Middle Ages*:

> Os românticos do começo do século XIX substituíram essa visão negativa da Idade Média com a imagem brilhante de uma cultura gótica mergulhada em idealismo, espiritualismo, heroísmo e adoração da mulher. Mas aos românticos faltava a erudição, o conhecimento e os instrumentos de pesquisa necessários para ir além do tipo mais superficial de indagação sobre o passado medieval. A depreciação renascentista da Idade Média e a aclamação romântica da cultura medieval eram em grande parte baseadas em esquemas meramente ideológicos. Os românticos gostavam da Idade Média porque acreditavam ter encontrado nela as crenças e os comportamentos que contrastavam vivamente com o racionalismo do Iluminismo, o mecanicismo da Revolução In-

dustrial e a burocracia centralizadora do Estado nacional, que eles achavam repulsiva e condutiva à desumanização.

Na segunda metade do século XIX, outros movimentos como o nacionalismo, o determinismo e o darwinismo social começaram a influenciar os vitorianos, e o romantismo declinou. Cantor se perguntou por que essa época não conseguiu entender a Idade Média corretamente:

> Os historiadores do século XIX compreenderam mal a Idade Média pois foram pioneiros que possuíam uma pequena quantidade de informações? Ou havia algo sobre a mentalidade vitoriana – seu amor pelas entidades imensas, modelos vulgarmente simples, seus esquemas evolucionistas rapidamente generalizados e determinados – que a tornava inadequada para fazer um trabalho duradouro de interpretação da Idade Média? O mais provável é que ambas as condições históricas tenham alimentado a falsa interpretação vitoriana do período medieval.

O século XX abandonaria essa má interpretação? É certo que os estudos medievais tornaram-se mais populares entre os acadêmicos na primeira metade desse século, e que a pesquisa dos medievalistas começava a descobrir provas documentais anteriormente desconhecidas ou inutilizadas pelos historiadores. Em 1950, várias obras excelentes sobre diversos aspectos do pensamento e da sociedade medieval estavam disponíveis aos leitores. O problema era que os escritores populares não haviam mostrado ao mundo que havia coisas boas a serem encontradas naqueles séculos "médios".

Os críticos do século XX

Ao longo do século XX surgiram excelentes obras sobre a história medieval, disponíveis para quem estivesse disposto a procurá-las. Variavam de estudos da vida diária até ciência, tecnologia, literatura, arte e filosofia medievais. Essas fontes parecem ter sido ignoradas pelos escritores populares de livros de História, o que é frustrante. Em vez disso, livros de grande circulação no século XX estão cheios de repetições das velhas mentiras.

Aqui está a descrição da mentalidade renascentista em contraste com a medieval por John R. Hale, autor do volume de 1965, *Renaissance*, da série da Time-Life: "O homem e a natureza não mais eram tratados como generalizações de si mesmos, mas como seres e coisas individuais, por si só interessantes." A implicação seria a de que o povo medieval via tudo como abstrações e, neste caso, abstrações sem graça. Duas páginas depois, lemos que o povo do Renascimento queria "uma maneira mais prática de educação do que aquela oferecida pelas disciplinas teológicas da Idade Média" e que

> os professores dispensassem a idealização medieval da pobreza, do celibato e da reclusão, e em vez disso estimassem a vida em família e o uso sábio das riquezas (...) agora o ensinamento da Igreja não seria necessariamente de uma natureza estraga-prazeres.

Até mesmo a autora católica Anne Freemantle compartilha da atitude predominante com relação à Idade Média, na contribuição que deu à série da Time-Life, no volume *The Age*

of Faith. Ela afirma que a vida intelectual medieval pavimentou o caminho para o Renascimento – ou seja, a cultura da Idade Média foi apenas um estágio na trajetória de um período *verdadeiramente* grandioso. Ela não encontrou nada de bom ao falar sobre as Cruzadas, mas diz que os mouros da Espanha tiveram uma cultura "ampla e tolerante," e que Gerbert d'Aurillac (futuro papa Silvestre II), o grande estudioso do século X, teria supostamente adotado "o espírito inquisitivo e investigador dos estudiosos mouros." Suponho que ele precisou obter o espírito inquisitivo dos mouros porque não havia algo como escolaridade na Europa cristã...

Quase trinta anos depois do aparecimento dos livros da Time-Life, golpear a Idade Média ainda era um esporte popular entre os escritores, como demonstra William Manchester em *World Lit Only by Fire: The Medieval Mind and the Renaiscence: Portrait of an Age*. Manchester era um jornalista, e não um historiador (embora tenha escrito biografias históricas, livros sobre a Segunda Guerra Mundial – na qual ele serviu – e outros trabalhos). Enquanto os especialistas o criticavam, os livros de Manchester vendiam bem; aparentemente os seus editores não se importavam com o fato de que o que ele escrevia era falso.

A visão de Manchester sobre a Idade Média tinha algumas nuanças. De acordo com ele, nos tempos medievais, a característica mais forte da religião católica foi a completa rejeição à mudança. As pessoas não apenas desconheciam a hora do dia, como também não tinham senso histórico. A cultura medieval – o que havia dela – era muito inferior à cultura clás-

sica ou à cultura de hoje. Quanto à Igreja, ela foi um desastre, marcada por corrupção, superstição e mundanidade.

Dificuldades em confrontar a mentira

Tenho lutado contra essa mentira desde que comecei a ensinar e escrever. Semestre após semestre, mostrei aos meus estudantes as mentiras sobre a Idade Média contidas nos vários livros didáticos que minha faculdade utilizava, com a esperança de que minhas palestras e notas *on-line*, de algum modo, atravessassem o grande muro de rígidos princípios estudantis, dos quais um é: "Se está no livro, deve ser verdade." Ano após ano, tenho me esforçado ao máximo para explicar os erros sistemáticos que ainda permeiam muito do que é escrito sobre essa grande época.

Às vezes, exponho o mito primeiro, explicando cuidadosamente que o que estou dizendo é apenas o que eles lerão em seus livros, e não o que os verdadeiros estudiosos de reputação na área têm a dizer. Isso é perigoso, porque grande parte da turma geralmente irá começar a tomar notas sobre o mito, sob o princípio de que o que o professor está dizendo talvez caia na prova – e eu tenho de berrar: "Não leve isso a sério! Não é a verdade!"

De vez em quando, é claro, a verdade é ouvida. Lembro-me de uma aula em que discuti o mito tal como foi apresentado anteriormente e, na semana seguinte, um estudante veio me contar que, após nossa sessão de história, ele fora à aula de literatura e ouvira a professora dizer quase o mesmo que eu havia dito – com a diferença de que ela afirmou que a mentira

era a verdade, e eu expliquei porque era mentira. "Sentei-me no fundo da sala e ri", disse ele. Ao menos aquele estudante compreendeu a posição que eu defendia, mas é desencorajador perceber que muitos professores frequentemente ficam tímidos ao se confrontarem com mentiras históricas. A fim de evitar a polêmica, um colega meu optou por simplesmente não ensinar nada sobre a Idade Média. Ele segue direto para a amigável Renascença e evita o assunto. Todos esses erros e preconceitos sobre a Idade Média estão agora profundamente enraizados na cultura popular. Será preciso muito esforço para erradicá-los.

Felizmente a maré começou a mudar entre acadêmicos e talvez até entre escritores populares. Houve um verdadeiro renascimento – no sentido próprio da palavra – do interesse pelos estudos medievais no final do século XIX e começo do século XX. Nessa época, a historiografia científica, com sua ênfase na coleção sistemática, análise de documentos e outros dados históricos, havia se tornado uma disciplina organizada. Esse desenvolvimento chegou um pouco tarde para demolir o mito renascentista antes que se espalhasse, mas forneceu uma fundação sólida para o florescimento de estudos medievais em muitos países do Ocidente. Historiadores como Charles Homer Haskin, Lynn Thorndike, Dom David Knowles, Richard Southern, Christopher Dawnson, Eleanor Shipley Duckett, Régine Pernoud, entre outros, católicos e não católicos, ajudaram a derrubar as mentiras. Um livro didático recente usado em universidades afirmou até que não houve ruptura entre os períodos medieval e renascentista, e

nenhuma "idade das trevas": de fato, o Renascimento *não* foi superior à era que o precedeu.

Conquistas da Idade Média

Essa é uma brisa de ar puro pela qual devemos ser gratos, mesmo ainda sendo raro encontrá-la na corrente principal do mundo acadêmico. Um de meus professores – um admirador do Renascimento e do começo do Período Moderno – uma vez me disse que, se eu pudesse encontrar uma contribuição significante feita pela Idade Média, como o conceito de direito individual natural, isso provaria que ela foi um grande período. (Caso contrário, ele não poderia ressaltar nada de bom na Idade Média.) Os direitos humanos individuais são considerados uma das grandes contribuições do glorioso Iluminismo do século XVIII, então o professor acreditou que estava certo ao perguntar aquilo sobre a miserável Idade Média. Alguns anos depois, o livro *The Idea of Natural Rights*, do medievalista Brian Tierney, traçou o conceito de direitos humanos até os filósofos medievais, incluindo São Tomás de Aquino.

Um começo entusiasmante para esse bem-vindo revisionismo se deu com Homer Hasking em seu clássico de 1927, *The Renaiscance of the Twelfth Century*. As primeiras linhas do prefácio lançam um desafio aos críticos da Idade Média:

> O título deste livro a muitos parecerá conter uma contradição flagrante. Um renascimento no século XII! A Idade Média, aquela época de ignorância, estagnação e tristeza, não está em grande contraste com a luz, o progresso e a liberdade do Renascimento Italiano que veio depois? Como

> poderia haver um renascimento na Idade Média, já que naquele tempo o homem não tinha olhos para a alegria, a beleza e o conhecimento deste mundo passageiro, mas tinha o olhar fixo nos terrores do mundo porvir?

"Na verdade," prossegue ele, "a Idade Média exibe vida, cor e mudança, uma busca muito mais avida pelo saber e pela beleza, conquistas muito mais criativas na arte, na literatura, nas instituições"

> Essa concepção vai contra ideais amplamente prevalecentes não apenas entre os letrados, mas entre muitos acadêmicos. Para estes, a Idade Média é sinônimo de tudo que seja monótono, estático e retrógrado, o termo "medieval" é usado para qualquer coisa que seja ultrapassada (...). Os séculos seguintes aos dos visigodos e vândalos acabam por ser considerados séculos bárbaros, e nesta categoria inclui-se até a arquitetura "gótica", que é uma das gloriosas realizações da espécie humana.

Por outro lado, ele acrescenta, aqueles que falam sobre a "iluminação" do Renascimento precisam ignorar a obsessão renascentista por temas obscuros como alquimia e demonologia.

A obra de Haskin demonstrou o grande interesse do século XII pelo ensino e pela educação e renovação do estudo intensivo da língua latina e da literatura clássica. Estas haviam declinado no período anterior, que seguiu o fim do império de Carlos Magno. Conhecimentos teóricos e práticos, filosofia, jurisprudência e historiografia refloresceram

no século XII, e obras-primas foram produzidas em todos os campos artísticos.

O primeiro novo estilo arquitetônico foi desenvolvido em setecentos anos: o gótico. As estruturas góticas tinham as paredes elevando-se ao céu e numerosas janelas para que entrasse tanta luz que alguns dos prédios – como a Saint Chapelle, em Paris – parecem não ter paredes. Trazendo uma inovação real, as paredes eram sustentadas do lado externo por aqueles "arcobotantes voadores" de que Michelet tanto zombava. Seguindo essa linha, o escritor inglês G.K. Chesterton chamou a civilização medieval de "um grande celeiro de novidades produzidas por coisas vivas," e a contrastava com o Renascimento, "uma ressurreição de velharias descobertas numa coisa morta [o mundo antigo]." Ele chamava a arquitetura renascentista de "a Recaída", já que não era uma nova criação como o gótico, mas um retorno aos arcaicos domos de Roma.

Com relação ao progresso social, o Renascimento supostamente trouxe inovações e refinamentos que a rústica Idade Média desconhecia. Entretanto, como escreve o historiador Christopher Dawnson em *The Dividing of Christendom*, a idealização aristocrática da vida como bela arte trouxe para o Renascimento "o crescimento das diferenças de classe e a perda daquela unidade de percepção que unia um rei medieval como São Luís com o mais humilde dos seus súditos." Essa unidade de percepção entre governante e governado, e entre todas as classes, era algo muito precioso para ser perdido, o que a futura história da Europa iria demonstrar.

O povo medieval e a natureza

O próximo capítulo deste livro inclui um exame sobre a Igreja medieval e as inovações nas áreas de educação, ciência e tecnologia. Entretanto, é preciso dizer algo aqui sobre como os medievais enxergavam a natureza. Os depreciadores do período referem-se tão repetidamente à suposta indiferença desse povo em relação à beleza e ao mundo que o rodeava, que se pode pensar que há algo de verdadeiro nessa afirmação. O humanista italiano Francesco Petrarca transformava a sua subida do Monte Ventoux em um grande acontecimento, um marco, uma atitude tipicamente renascentista. Os medievalistas sabem, no entanto, que um teólogo medieval parisiense já havia visitado a mesma montanha e até registrado a sua altitude, e que alemães dos séculos X e XI também eram apaixonados por desvendar montanhas e depois descrevê-las. Como observou o historiador americano Lynn Thorndike, a única coisa que "o relato de Petrarca prova é a sua capacidade de contar histórias e habilidade de exagerar a importância de algo trivial."

Na realidade, a arte da Idade Média está repleta de provas de que as pessoas observavam a natureza muito atenciosamente: as flores e as ervas que aparecem nas pinturas e esculturas medievais, por exemplo, são reproduzidas de modo tão acurado que ainda hoje podem ser identificadas. Os estudos de jardinagem resultaram não em simples plantações de ervas para consumo, mas em adoráveis paisagens que deleitam os olhos. O povo medieval gozava de aguçada percepção da beleza das coisas naturais e tinha grande curiosidade so-

bre elas: considerava a beleza uma qualidade criada por Deus para atrair nossas mentes até Ele. Thorndike observa, "a Idade Média, tantas vezes taxada de pouco amante da natureza, na verdade fitava cada fio de grama com reverência."

Ele nota outra questão, considerando o estreitamento mental dos historiadores renascentistas, "mas qual a razão de questionar o Renascimento? Tão logo um de seus aspectos ou concepções é desmentido (...) os seus defensores se reposicionam e mantêm-se tão felizes, entusiastas e satisfeitos quanto antes." Isso é particularmente desencorajador, quando a Igreja em si está em discussão.

Preconceito anticatólico entre estudiosos da Idade Média

Tomei a iniciativa de apontar os vários tipos de preconceitos antimedievais, a fim de mostrar as diversas perspectivas que os motivam. Muitas vezes, porém, o motivo é puro anticatolicismo espalhafatoso. É gratificante relatar que Norman Cantor examinou minuciosamente o livro de William Manchester, citado anteriormente, em uma crítica em 1992 no *Washington Post*. Referindo-se ao desdém de Manchester pela Idade Média, Cantor observa:

> Apesar de os grandes medievalistas David Knowles e Richard Southern serem listados na bibliografia de Manchester, ele aparentemente não acredita numa palavra do que eles escreveram sobre o surpreendente alto grau de criatividade cultural da Idade Média, sem dúvida tão grande quanto o progresso romano.

A respeito da caracterização de Manchester da Igreja Medieval como totalmente resistente à mudança, Cantor esclarece que a Igreja não somente passou por várias mudanças, mas também "contribuiu para grandes avanços no pensamento e na prática política e legal. A Igreja estava frequentemente na vanguarda das inovações." À afirmação de Manchester de que ao povo dessa época faltava "ego", Cantor observa que a autoconsciência e a individualidade eram, na verdade, centrais à cultura do século XII.

Nós nunca seremos capazes de destruir a visão antimedieval – que não se restringe a Manchester – pois geralmente ela se basea em ódio pela religião e pela virtude do autocontrole, ódio este imune aos fatos históricos. Referindo-se a certo trecho do livro, Cantor afirma que Manchester "ressucitou o pior tipo de anticatolicismo do século XIX," e rebate a análise do autor sobre o Renascimento e São Thomas More, pensador e defensor heroico da consciência "rigidamente católica" denegrido na obra. Erasmo de Roterdã, na visão de Manchester, era um bom sujeito porque atacava o clero e zombava dos papas.

O parágrafo final da crítica inclui a seguinte avaliação sensata:

> É desolador pensar que essa diatribe anticristã, revivendo as polêmicas mais selvagens e ignorantes do século XIX contra a Igreja Católica irá, com ajuda da pesada divulgação do editor, entrar em milhares de lares de classe-média e bibliotecas escolares.

Cantor, então, recomenda uma série de filmes passados na Idade Média, nos quais o leitor pode investir melhor seu dinheiro que no abominável livro.

Entre pesquisadores, as perspectivas para demolição dos mitos estão melhorando. Tópicos controversos agora incluem o desmascaramento do suposto caráter estático e antiprogressivo da cultura medieval, das Cruzadas e da Inquisição.

Nos três capítulos seguintes, lidaremos com os temas preferidos dos críticos da Idade Média, seja lá a qual grupo pertençam.



Igreja Católica: inimiga do progresso



A mentira: junto com a ascensão do cristianismo veio o atraso cultural e material da Europa em todas as áreas, culpa da resistência religiosa.

Desde os tempos romanos, ouvimos o mesmo refrão: a rígida e autoritária Igreja impede as pessoas de ler, pensar e fazer o que desejam. Já nos primeiros dias do cristianismo, o apologista cristão Tertuliano estava involuntariamente erguendo as bases para essa mentira. "O que Jerusalém tem a ver com Atenas?", escreve ele.

> Estejam atentos àqueles que puseram em circulação um cristianismo estoico, platônico ou dialético! Não devemos ser movidos pela curiosidade, depois que veio Jesus Cristo, nem pelo desejo de novas investigações, depois que temos o Evangelho.

Ele rejeitava a filosofia, "com sua interpretação imprudente da natureza e dos desígnios de Deus. É a filosofia que

fornece os instrumentos de que se utilizam os hereges (...) a peste de Aristóteles."

Essa opressão da liberdade humana, conta a mentira, reprimiu a criatividade e impediu qualquer tipo de progresso no duradouro e obscuro período da cristandade. Ao longo desses muitos séculos, a Igreja usou os governos da Europa, os quais controlava, para coibir a liberdade. Qualquer desobediência era combatida com as câmaras de tortura da Inquisição. Finalmente as luzes retornaram, pois veio o Renascimento e, até que enfim, havia pessoas pensando livremente – Maquiavel, por exemplo. O monge Girolamo Savonarola tentou frear o Renascimento por meio de pregações fanáticas e queima de pinturas de grandes artistas, mas não obteve sucesso.

Os protestantes reformistas, embora alguns fossem tão fanáticos quanto os católicos, tiveram o grande mérito de conter a Igreja maligna e libertar Estados, povos e culturas dessa camisa de força. A liberdade começava a alvorecer! Graças a mártires como o astrônomo Galileu, que foi aprisionado, torturado e levado a julgamento porque provara que a Terra gira em torno do Sol, a ciência começava a combater a superstição católica.

A Revolução Francesa foi outro passo adiante, pois a monarquia – o sistema repressivo promovido pela Igreja – fora derrotado, e o povo, finalmente, pôde exercer a liberdade de pensar e fazer o que desejava. Os séculos XIX e XX reforçaram essa liberdade ao remover restrições legais sobre o homossexualismo, o aborto, os métodos contraceptivos e outras aplicações da liberdade humana, e ao separar Igreja e Estado tão completamente que o puritanismo católico não mais era

imposto aos cidadãos dos países democráticos. A exigência de liberdade intelectual e moral tem sido tão poderosa que até mesmo o papado se submeteu a ela. Ele aboliu o Índice dos Livros Proibidos, a Inquisição, o Imprimatur, bem como diluiu o sistema de comunicação das concordatas. Atualmente, é raro o papado agir até mesmo contra seus hereges mais notáveis, os quais em uma época menos iluminada teriam sido queimados na fogueira. Isso demonstra que a Igreja, finalmente, se deu conta do quão errada estava em todos os outros séculos e que viu a luz do liberalismo humano.

Confrontando a mentira

Essa é uma mentira particularmente astuta e desafiadora, porque muitos dos seus componentes são tomados da realidade: o ateu julga verdade o que o crente considera erro. O crucial aqui é discernir o que é verdadeiro e o que é falso, insistir em uma definição dos termos e identificar o critério inconfesso que motiva os promotores da mentira. Podemos começar identificando os erros mais óbvios, e colocando em parênteses a Inquisição e o caso Galileu, pois serão tratados em capítulos separados.

Primeiro, com relação à Igreja antiga: é fato que havia um debate sobre se os cristãos, convencidos a respeito da suficiência da verdade sobrenatural, deveriam se envolver em estudos seculares. No entanto, não é real que a visão de Tertuliano, depreciativa da filosofia, triunfou entre os antigos cristãos; foi a de São Clemente de Alexandria. Esse Doutor da Igreja era um intelectual sofisticado, familiarizado com a filosofia

clássica e com o ensinamento cristão – a futura teologia – que estava se desenvolvendo. Professor, escritor e padre devoto, Clemente *defendeu a filosofia*.

"Os gregos", ele escreveu, "não devem ser condenados por aqueles que mal folhearam seus textos." (A quem será que ele se referia – Tertuliano, talvez?) São Clemente encarava a filosofia como "uma imagem clara da verdade, um presente divino deixado pelos gregos." Certamente, a filosofia não seria capaz de fornecer toda a verdade de Deus, mas poderia preparar a mente para recebê-la. São Clemente também acreditava que um homem de estudos deveria "fazer com que tudo se volte para a verdade; de modo que, a partir da geometria, da música, da gramática e da própria filosofia, ele selecione o que é útil e preserve a fé contra ataques." Esse foi o verdadeiro espírito dos grandes pensadores da Igreja, desde aqueles tempos até hoje, e as afirmações de Clemente se tornariam o programa dos estudos cristãos em todas as épocas seguintes.

A Igreja e a educação

A Igreja estava tão distante de manipular seus fiéis dóceis e ignorantes para fins abomináveis que, desde o começo, fez da educação sua prioridade. O catolicismo sempre foi uma religião intelectual, e os fiéis certamente desejavam suas próprias escolas, apesar de as primeiras tentativas de organizá-las não terem dado certo. Como o Império Romano as fechava, os cristãos recorriam às escolas pagãs que lhes pareciam menos ofensivas, e estudavam retórica, gramática, literatura, filosofia e outras matérias ensinadas aos romanos. Havia mestres

cristãos em algumas dessas escolas, assim como professores especializados para instrução religiosa. Ao mesmo tempo, a educação religiosa dos catecúmenos era responsabilidade do clero instruído e podia durar um ano ou dois, até que o tão aguardado cristão estivesse seguro quanto às doutrinas, aos princípios e preceitos morais da fé. Após a queda de Roma, o Império Oriental desenvolveu verdadeiras escolas cristãs, enquanto o Ocidente confiava primeiramente em tutores empregados por famílias ou em estudantes mais velhos, antes que os mosteiros tivessem capacidade para assumir a tarefa de educar. Em suma, desde os primeiros anos da história da Igreja, a educação foi prioridade.

No começo da Idade das Trevas, após a queda do Império Romano do Ocidente, veio um período caótico de invasões estrangeiras em massa e o colapso em todas as áreas da vida e da cultura. Durante esse período conturbado, a civilização sobreviveu quase unicamente em uma instituição: a Igreja Católica. O clero educado era geralmente a única instituição capaz de cuidar da administração das cidades, que rapidamente se desintegravam, e fornecer serviços básicos à população. Foi o período no qual as cidades definharam-se em povoados, os povoados em vilas e a vida urbana desapareceu lentamente da Europa. Entre a grande quantidade de perdas deste "grande desmoronamento", estava o conhecimento de várias disciplinas escolares, assim como bibliotecas e criações artísticas do mundo clássico. Como é possível, então, que esse patrimônio se encontre conservado ainda hoje?

A resposta é que quase tudo o que sabemos atualmente foi preservado pela Igreja Católica. Poucos manuscritos

originais sobreviveram ao período romano; o que temos são cópias, e essas cópias preciosas foram feitas nos mosteiros espalhados por todo o Império Romano. Conforme o nível de alfabetização declinava e as escolas desapareciam junto com a vida urbana, o conhecimento era transmitido por professores informais, da mesma maneira que os primeiros pais cristãos ensinaram seus filhos e uma geração de monges, a outra. As bibliotecas dos mosteiros foram criadas pelo esforço dos monges que passavam a vida inteira copiando pacientemente não apenas escritos cristãos, mas todos os manuscritos que encontravam. É até chocante ler alguns dos escritos pagãos que eles preservavam dentro dos mosteiros – o que pode indicar que alguns dos copistas não entendiam inteiramente o que estavam reproduzindo. Eles eram movidos por um desejo de preservar um patrimônio que viam como muito precioso para ser perdido, independentemente de qual fosse seu conteúdo. Longe de depreciar o conhecimento e a aprendizagem, os monges da Igreja dedicaram suas vidas a preservá-los.

Um dos primeiros a valorizar a necessidade de copiar os manuscritos foi o escritor e estadista romano Cassiodoro, que teve uma longa carreira a serviço de vários reis góticos na Itália do século VI. Ele concordava com a visão de São Clemente de Alexandria e, quando se recolheu no mosteiro romano de Vivarium, encorajou a cópia de manuscritos religiosos e seculares. Cassiodoro também redigiu instruções para os escribas sobre como fazê-las: "para evitar que os copistas, no exercício deste grande serviço, escrevam palavras erradas, e evitar que um revisor despreparado não saiba corrigi-las, deixe que leiam as obras sobre ortografia dos autores antigos."

Cassiodoro também recomendava um tipo especial de lâmpada de longa queima para o trabalho noturno, assim como um relógio d'água para marcar as horas do dia e da noite (o que desmente a ideia de que as pessoas nunca souberam as horas até o surgimento de relógios mecânicos, no Renascimento).

O restabelecimento das escolas

Aqui e ali dentro dos mosteiros, escolas formais para a educação de leigos começavam a surgir na Idade das Trevas. No decurso de séculos caóticos, monges e freiras foram forçados a exercer papéis que seus fundadores não haviam previsto, tais como a enfermagem e o treinamento de lavradores em novas técnicas agrícolas – o que trouxe avanços para o conhecimento. O cultivo de ervas medicinais nos jardins dos mosteiros, por exemplo, produziu os primeiros farmacêuticos: os monges.

Pouco antes, os mosteiros haviam começado a oferecer hospedagem a viajantes desabrigados e a construir quartos para hóspedes nas suas propriedades. Algo mais se tornou necessário, todavia, no dia em que um irmão abriu o portão do mosteiro e encontrou um bebê na entrada. Logo, conventos e mosteiros criavam enfermarias, orfanatos e escolas. Na Inglaterra, o monge São Beda escreveu sobre métodos de ensino para os mais jovens, e esses métodos provavelmente foram usados nas escolas primárias que o imperador Carlos Magno – no século VIII e início do século IX – estabeleceu por todo o seu império. A própria escola do seu palácio foi dirigida por um conhecido monge e estudioso inglês, Alcuíno de Iorque, que empregou homens talentosos de todas as classes e nacio-

nalidades. Essas escolas monásticas foram capazes de crescer e se expandir bastante quando as invasões bárbaras cessaram, no fim do século IX.

O que era ensinado nas escolas monásticas? Ao contrário do que se poderia esperar, essas escolas não forneciam simplesmente instrução em leitura e escrita ou memorização de orações e doutrinas religiosas. A análise dos currículos, até mesmo em escolas monásticas da Idade das Trevas, mostra surpreendente quantidade de ensino clássico disponível nas bibliotecas das casas religiosas. É verdade que, durante esse período de incursões bárbaras e poucos recrutas monásticos letrados, alguns dos textos das bibliotecas foram pouco usados ou compreendidos. (Temos uma troca de cartas entre dois estudiosos da Idade das Trevas discutindo o que seria um "triângulo retângulo".) No entanto, mesmo nos períodos críticos, houve gênios como São Beda, que produziu quantidade prodigiosa de trabalho erudito usando textos latinos e, alguns, em grego.

Tudo indica que houve dois tipos de educação monástica infantil. Os garotos que habitavam as regiões rurais circundantes ao mosteiro aprendiam literatura, aritmética básica e o suficiente de latim para acompanhar a missa e entender o Credo e outras orações. Eles aprendiam os fundamentos da fé e as habilidades práticas necessárias à sua área de trabalho. Aqueles de vocação sacerdotal recebiam o preparo subsequente que o mosteiro era capaz de fornecer. Muitas vezes isso não era possível nos mosteiros muito isolados, por isso os meninos que desejavam se tornar sacerdotes eram enviados às casas dos bispos para receber instrução apropriada.

Em muitos locais, o preparo que recebiam não era adequado: no tempo de Carlos Magno havia padres deturpando o latim de tal maneira que diziam as fórmulas sacramentais de modo errado. Carlos Magno insistiu para que esses padres fossem corretamente instruídos e para que os monges que copiavam e compunham os textos – incluindo cartas – fizessem o trabalho corretamente. Ele comenta, em uma de suas cartas (ditada, pois ele, ironicamente, nunca aprendera a escrever), que recebia cartas de monges repletas de "frases toscas" e que isso deveria acabar, "pois se a habilidade em escrever era pouca, a sabedoria para entender a Sagrada Escritura seria menor do que deveria."

Já os alunos destinados a serviços governamentais ou eclesiásticos aprendiam um currículo clássico, uma versão daquele usado na Grécia e Roma antigas, com base nas sete artes liberais. O conhecimento dessas artes havia sobrevivido no Ocidente sob a forma de manuscritos – copiados e reproduzidos – de Boécio e outros pensadores romanos. As sete "artes" liberais eram divididas em *trivium*: gramática, retórica e dialética (lógica) – e *quadrivium*: aritmética, geometria, astronomia e música. Quatro séculos depois da queda de Roma, os alunos com sorte suficiente para obter algum tipo de educação tinham tudo o que era necessário para se aprofundar em alguma variação do *trivium*: leitura e escrita, a pronúncia correta e o pensamento claro. O *quadrivium* era transmitido quando condições apropriadas tornavam possível o seu ensino – de nível mais avançado. O importante aqui é que a Igreja estava – como em todos os períodos da sua história – inteira-

mente comprometida com a educação formal e com todo tipo de ensino.

O ensino superior no Ocidente

Os primeiros passos em direção ao sistema de universidades tal qual temos hoje foram dados no início da Idade Média, quando os bispos começaram a criar as escolas catedráticas. Essas instituições urbanas eram mais desenvolvidas que as escolas dos mosteiros, que geralmente se localizavam no campo ou em cidades pequenas. Com o término da invasão estrangeira e o renascimento econômico do século XI – um ponto de mudança na história da Europa –, as cidades europeias puderam se desenvolver, pela primeira vez desde a queda de Roma. As escolas montadas pelos bispos dessas novas cidades e vilas, localizadas perto das esplêndidas catedrais que haviam acabado de ser construídas, atraíam estudantes de lugares distantes. Essas escolas ofereciam um currículo mais avançado, e seus corpos docentes incluíam estudiosos atraídos para os novos centros urbanos, em razão das grandes bibliotecas e de maiores oportunidades de aprendizado e ensino. Um dos primeiros filósofos escolásticos, Pedro Abelardo (que merece ser conhecido por algo mais que o seu trágico caso de amor com a estudante Heloísa) foi um dos professores na escola da catedral de Notre-Dame, em Paris.

Devemos salientar que os antigos clássicos da literatura latina – e mais tarde os textos gregos, geralmente traduzidos – formavam a maior parte do currículo das artes. O que era lido, memorizado, comentado e analisado nas escolas era o amplo

corpo dos textos clássicos que sobreviveram à queda de Roma nas bibliotecas monásticas. É, portanto, simplesmente falso afirmar que a herança clássica esteve enterrada, ignorada e conscientemente reprimida pela maléfica Igreja durante mil anos – e foi somente libertada pelos intelectuais do Renascimento, livres enfim da influência católica na cultura. (Essa visão a respeito dos intelectuais do Renascimento também é falsa – eles eram quase todos católicos.) As provas de que os estudantes medievais estavam mergulhados nos clássicos latinos são esmagadoras; eles aprendiam a lê-los, a imitar o seu estilo e a memorizá-los. Cícero era um dos favoritos. E quando Heloísa, inconsolada por sua renúncia a Abelardo, entrou para o convento, recitou versos latinos enquanto andava pelo corredor e, depois, aliviou seu sofrimento com a leitura dos filósofos estoicos.

As universidades e as ciências

Conforme a popularidade das escolas catedráticas crescia e a demanda por educação começava a exceder a sua capacidade, uma nova instituição surgiu nas cidades do Ocidente: a universidade. Por vezes, lê-se – em livros de autores que deveriam estudar mais – que as universidades medievais só ensinavam teologia e, portanto, não têm muito valor na perspectiva moderna. Na verdade, apenas uma das universidades originais foi especificamente devotada à teologia (Paris). Outras eram especializadas em direito (Bolonha) e medicina (Nápoles). O currículo em todas as escolas incluía gramática, lógica, retórica, matemática, música e astronomia.

Como o próprio nome indica, as universidades deveriam abranger *todos* os ensinamentos e ser pioneiras no estudo de novas disciplinas e técnicas de ensino e aprendizagem. Essas instituições de ensino superior que acabavam de surgir eram vistas – como todo organismo social medieval – como reflexos do Corpo Místico de Cristo. Elas eram corpos (*corpora*), ou *corporações*, formados por professores e aprendizes. Em alguns lugares, os mestres estavam no comando da corporação, mas em outros locais essa função era exercida pelos alunos: eles impunham, até mesmo, multas aos professores que chegavam atrasados para as aulas.

A maioria das universidades, após se organizarem de maneira rudimentar dentro das fronteiras de cidades como Paris, deveriam obter uma carta papal garantindo autoridade e legitimidade para a nova instituição. Um crítico ignorante, nesse momento, poderia zombar: "Aha!", presumindo que o arcaico e maléfico papado estava naturalmente preocupado com a restrição da liberdade de pensamento e impondo a sua rígida ideologia às escolas. Na verdade, era completamente diferente. As universidades esperavam ansiosas pelo alvará papal, a fim de não terem de se submeter à autoridade dos patronos locais. Os patronos das cidades podiam ser homens sem sofisticação, ávidos por reprimir qualquer indício do que parecesse heresia nas livres trocas de opinião que floresciam nas universidades. Há muitos exemplos desses homens tentando censurar o ensinamento em uma universidade ou outra, somente com o intuito de *romperem com o papado*, que havia concedido o alvará original e frequentemente intervinha em tais disputas em favor da liberdade acadêmica.

É precisamente a essa defesa papal da liberdade acadêmica que devemos a incrível criatividade e o progresso da escolaridade medieval. Não se pode deixar de comparar aqui a atitude católica face à escolaridade com os ataques da Reforma a estudiosos como os astrônomos e matemáticos Nicolau Copérnico e Johanes Kepler, os quais foram protegidos e incentivados pela Igreja Católica. (Chegaremos lá em um dos capítulos a seguir.)

Exemplos de inovações medievais no conhecimento poderiam preencher volumes. Só em filosofia, o trabalho de Duns Scott, São Tomás de Aquino, São Boaventura, Pedro Abelardo e Santo Alberto Magno é monstruoso. Na ciência, foi novamente Santo Alberto Magno (professor de São Tomás de Aquino) o primeiro botânico desde os tempos clássicos. Foi o franciscano Roger Bacon quem primeiro desenvolveu a ciência da ótica, mapeando as partes do olho com extrema precisão. Uma aplicação prática do novo trabalho em ótica foi a invenção – não se sabe exatamente por quem – dos óculos. Certamente, a comunidade acadêmica medieval, mais dada à leitura e ao estudo que, talvez, qualquer outra geração, deve ter apreciado esse instrumento. Quanto à ciência mais teórica, cientistas do final da Idade Média começaram, na Inglaterra, a explorar a física matemática, que Isaac Newton mais tarde desenvolveria.

Ao escrever na *Homiletic and Pastoral Review*, em dezembro de 1996, o padre Joseph de la Torre, um especialista em filosofia tomista, rastreia as origens dos grandes avanços científicos dos séculos XVI e XVII. Ele demonstra que eles foram, na verdade, consequências do realismo epistemológico dos filósofos do século XIII, com São Tomás no topo. Ele escreve:

> O método tomista foi a verdadeira causa do desenvolvimento científico, não o método defendido por Francis Bacon, ou o de René Descartes (ambos no século XVII), já que o último reduziu-o a deduções matemáticas (desconfiando da observação e experimentação), e o primeiro reduziu-o à pura observação e experimentação, excluindo a matemática. Os verdadeiros autores do desenvolvimento científico, como Leonardo da Vinci, Copérnico, Galileu, Kepler, e, claro, Newton, seguiram a (...) regra de ouro formulada por São Tomás de Aquino.

Estudiosos medievais produziram obras magistrais sobre teologia, ciência política, direito, técnicas de ensino, entre outras. Estavam dispostos a explorar cada aspecto da realidade. Comprometidos com a análise racional e confiantes na razão humana o intelecto era, para eles, a faculdade mais elevada da alma, e as verdades que ele discerne não poderiam contradizer as verdades da fé, já que Deus é o autor de ambos. Todo esse movimento intelectual amplo e inquiridor, um dos maiores desenvolvimentos da civilização do Ocidente, foi criado, alimentado, promovido e incentivado pela Igreja Católica.

O pensamento católico em economia

A história do pensamento católico em economia ainda não recebeu o devido tratamento na língua inglesa, permitindo que mentiras e equívocos existam com mais facilidade. Os pensadores medievais certamente estavam preocupados com temas econômicos, apesar de eles serem relativamente simples

até o advento do comércio de longa distância e do capitalismo moderno. Uma questão na qual estavam interessados era a cobrança de juros sobre empréstimos. Desde o início da era cristã isso foi considerado "usura" e pecado contra a caridade. A ideia básica era a de que, se um homem estava tão necessitado a ponto de precisar pedir dinheiro emprestado, não se deveria tirar proveito da situação cobrando-lhe juros. Alguns teólogos também consideravam juros/usura como roubo: o homem necessitado de dinheiro, ao pagar sua dívida, tinha uma parte roubada. Em uma economia agrária bem simples, isso era razoável e justo.

No entanto, conforme a economia medieval se expandia, e as cidades voltavam a crescer na Europa pela primeira vez desde a queda de Roma, a situação se tornava mais complexa. Todo tipo de negócio se desenvolvia nos novos centros urbanos, comerciantes viajavam e banqueiros estavam mais ocupados que nunca. A questão da "usura" foi novamente discutida. São Tomás de Aquino defendia que era justo para um banqueiro cobrar uma taxa razoável pelos seus serviços e pela administração de um empréstimo, mas não juros; e essa era a atitude geral da Igreja. (Os judeus, estranhamente, foram isentos dessa proibição e só não lhes era permitido cobrar juros "excessivos"). O dinheiro era considerado uma mercadoria estática; se alguém ficasse sem ele, poderia pegar algum emprestado e, então, o gastaria no que fosse necessário. São Tomás de Aquino comparava a cobrança de juros (em acréscimo às taxas do banqueiro) a cobrar de um consumidor uma garrafa de vinho e, em seguida, cobrá-lo novamente quando a bebesse. Dinheiro, resumindo, era algo a ser gasto em coisas necessárias.

A perspectiva mudou no período medieval seguinte. Com a emergência do proto-capitalismo e a noção de dinheiro como algo que não era simplesmente estático, mas que poderia aumentar caso fosse investido, alguns teólogos começaram a repensar a questão. Um homem que tomava emprestado uma quantia de dinheiro para investir em um empreendimento comercial corria certo risco, assim como o banqueiro que lhe emprestara. Começava a parecer sensato para o banqueiro cobrar uma taxa razoável de juros. Ele não só estava arriscando a quantia emprestada, mas estava também impedido de realizar qualquer outra atividade – possivelmente até mais lucrativa – com o dinheiro, até que o tivesse de volta. O dinheiro era agora visto como algo que poderia ser investido em uma atividade rentável; assim, os juros passaram a ser encarados como a parte adequada ao credor, em virtude do empréstimo que havia feito.

Toda essa questão de usura e juros demonstra a constante preocupação dos pensadores medievais com justiça e caridade em assuntos econômicos, tal como em todas as outras áreas da vida. Ela deixa transparecer a preocupação da Igreja em promover progresso econômico e prosperidade. Essa preocupação está refletida com muita nitidez nas guildas medievais, que claramente incorporaram princípios econômicos católicos.

A economia medieval aplicada: as guildas

As guildas da Idade Média, que se desenvolveram nos novos centros urbanos surgidos após a Idade das Trevas, eram associações de mestres e aprendizes de vários ofícios. Uma

guilda de sapateiros era composta de mestres sapateiros e jovens aprendizes do ofício. Quando um aprendiz era considerado apto a se tornar mestre, recebia a tarefa de fazer uma "obra-prima", que seria então julgada pelos mestres. Se passasse no teste, talvez se tornasse um "viajante", o que significava que ele faria uma jornada de um ano ao redor do seu país, hospedando-se nas guildas das cidades que visitasse e aprendendo tudo o que pudesse sobre diferentes modos de exercer a função de sapateiro. (Aposto que ele se divertia no decorrer da viagem!)

Ao retornar a sua cidade, o novo mestre podia montar um negócio para si ou trabalhar em uma loja. Como membro de sua guilda, esperava-se que trabalhasse de acordo com princípios éticos: cobrar preços justos e pagar salários dignos aos seus empregados; colocar à venda somente mercadoria de boa qualidade; manter um período de trabalho razoável e não trabalhar aos domingos e dias santos (havia muitos na Idade Média). As guildas eram elementos essenciais da sociedade. Prestavam uma série de funções importantes aos seus membros, que incluíam trabalhadores muito habilidosos como carpinteiros, padeiros, comerciantes, sapateiros e outros. No dia de festa do seu santo padroeiro, os membros marchavam em procissão até a sua igreja, ordenados com os símbolos da sua guilda; ofereciam banquetes e serviços sociais aos associados e suas famílias. Talvez doassem um trabalho de arte à igreja local ou patrocinassem um jovem (que tivesse começado como aprendiz, mas descobrira que tinha mais talento para as letras) por um ano na universidade.

Os serviços sociais prestados pelas guildas eram impressionantes. De acordo com os estatutos de uma guilda de Southampton, Inglaterra, se um associado adoecesse, os seus colegas não apenas lhe mandariam comida, mas iriam visitá-lo e cuidariam dos membros de sua família temporariamente. Se ele morresse, ajudariam com os preparativos do funeral. Um membro que não pudesse mais trabalhar recebia pensão da guilda. Os clientes da guilda eram protegidos por medidas de controle de qualidade, as quais especificavam, por exemplo, que açougueiros e cozinheiros eram proibidos de vender comida que não fosse "saudável e limpa". Associados que violassem qualquer um dos regulamentos da guilda eram submetidos a penalidades que variavam entre multas e exposição ao ridículo.

Existe uma pequena obra de um comerciante do século XIII em que ele discute como um homem deve se comportar a fim de ser bem-sucedido nos negócios. É uma deleitável mistura de conselhos espirituais e práticos, muitos dos quais são relevantes até hoje, e nos permitem compreender um pouco da mentalidade de um comerciante de setecentos anos atrás. De acordo com o tratado, o comerciante deveria começar o dia indo à missa e louvar Nosso Senhor, Nossa Senhora, os seus santos favoritos e os seus sócios, a quem ele deveria levar em conta no exercício de suas várias tarefas. Ele tinha de ser educado e cortês, mas astuto o suficiente para inspecionar cuidadosamente os materiais antes de comprá-los, e deveria contar com a presença de testemunhas ao fazer qualquer acordo comercial. Ele teria de cobrar um preço justo aos clientes, e se um objeto apresentasse defeito, ele não

poderia ocultá-lo, mas vender o produto a um preço mais baixo. Caberia a ele conhecer as leis capazes de afetar seus negócios, assim como estudar línguas estrangeiras; exercitar-se para manter a saúde e evitar o desânimo; privar-se de ocasiões de pecado; vestir-se e comer bem, evitar se irritar e estar pronto para aprender tudo o que pudesse. Em poucas palavras, ele teria de ser um empreendedor ambicioso, mas ao mesmo tempo um homem de virtudes. Não é de se espantar que a Idade Média Plena (séculos XI a XIII) tenha sido um período tão próspero.

O pensamento católico em política

As guildas também desempenhavam papel importante no governo das cidades e, em muitos locais, foram as primeiras a organizar o sistema governamental. O crescimento das cidades foi um fenômeno do período seguinte à Idade das Trevas; quando as invasões bárbaras cessaram, o ambiente havia se tornado favorável ao ressurgimento da vida econômica e urbana da Europa.

O sistema que havia precedido esse período de urbanização foi o feudalismo – um meio de sobrevivência *ad hoc* durante os séculos seguintes ao colapso do império de Carlos Magno, derrubado por invasões violentas e lutas entre os comandantes militares que ainda pertenciam à decadente estrutura política. Sem autoridade central, o poder era delegado ao guerreiro que tivesse mais terras, destreza militar e soldados leais e que conseguisse impor sua autoridade em determinado local. Um líder militar como esse precisava

de grande quantidade de terra: para os seus cavalos pastarem – já que a cavalaria era crucial na vida militar feudal – e para alimentar a si mesmo, sua família e os homens que o serviam. O grande número de pequenos fazendeiros residentes na terra do senhor dividia a produção com ele, em troca de sua proteção. Esses "servos" estavam vinculados a terra, pois haviam chegado a um acordo com o senhor feudal para ali permanecerem. Vilas desenvolveram-se nessas terras, e os servos artesãos produziam a maior parte do que era consumido na propriedade. No século XI, no entanto, as cidades haviam começado a se desenvolver e elas não eram propriedades feudais.

Nas cidades livres residiam comerciantes e negociantes que não faziam parte do sistema feudal. Eles se tornaram ímãs para outros trabalhadores – incluindo os servos, que supostamente deveriam permanecer nas propriedades em que nasceram. Acontecia com frequência, então, que um servo talentoso – que talvez se chamasse Odo, e que vinha fazendo sapatos para o senhor feudal e seus súditos – iria sucumbir à tentação de se mudar para a cidade mais próxima e lá montar seu próprio negócio. Caso o seu senhor, irritado, saísse furioso à procura do servo e exigisse que ele retornasse, era educadamente informado de que a cidade tinha um alvará do novo rei da nação, não de um simples senhor local, e ouviria também que "o ar da cidade liberta os homens". Se um indivíduo conseguisse se sustentar na cidade por um ano e um dia, era considerado cidadão livre com o direito de residir ali. Na verdade, Odo estava quase completando um ano na cidade, já que o seu senhor havia demorado para notar

sua ausência e teve dificuldade em encontrá-lo. O senhor ia querer levar o caso adiante? Incapaz de atacar as muralhas da cidade e relutante em antagonizar o seu rei, o senhor, confuso, recuaria. Assim, o ressurgimento das cidades marcou o início do declínio do sistema feudal.

A monarquia católica

A referência ao rei feita anteriormente faz-nos lembrar de outro grande progresso da Idade Média: o surgimento de Estados-nações organizados sob a autoridade central de um monarca. Precursores dos grandes reis medievais existiram durante a Idade das Trevas nos governantes da tribo dos francos, que chegou a controlar a maior parte do que é hoje a França, a Alemanha, o norte da Itália e os Países Baixos. Um desses governantes bárbaros mais talentosos e dedicados, Pepino, o Breve, no século VIII, foi ungido rei pelo próprio papa. Tal ato introduziu uma nova concepção de governo. "Para nós," Pepino declarou, "o Senhor deu o cuidado do governo". O rei já não era um mero líder militar, defendendo seu país como sua propriedade particular; o poder agora lhe era confiado, e ele deveria zelar pelo bem comum, pelo qual prestaria contas a Deus.

O filho de Pepino, o Breve foi o grande Carlos Magno, cujo reinado foi visto como um tipo de "era de ouro" da Europa, sob os apectos econômico, político, cultural e espiritual. Foi a queda do império de Carlos Magno que trouxe os duzentos anos de invasões, declínios cultural e espiritual, guerras locais e colapso econômico que produziram a instituição do feudalismo. Por volta do ano 1.000, porém, o caos havia se

reduzido o suficiente para que a autoridade centralizada se levantasse uma vez mais nas várias partes do antigo império de Carlos Magno. Assim, a era dos grandes monarcas medievais teve seu começo.

Aqui, a mente moderna estremece. A monarquia, afinal, não é democracia, e a democracia é o único sistema de governo legítimo aos olhos contemporâneos. Tudo o mais – especialmente o domínio de (horror!) um homem – deve ser ruim. Por que a monarquia, então?

Teoria política na Idade Média

Pensadores medievais dos séculos XII e XIII investigaram as vantagens e desvantagens dos diversos sistemas de governo. São Tomás de Aquino, escrevendo em resposta a uma inquirição do rei de Chipre, seguiu Aristóteles ao discutir o equilíbrio ideal que deveria existir em uma estrutura social, bem como a estabilidade que é promovida por uma extensa classe média. Assim como todos os seus contemporâneos (e seus antecessores e sucessores até as revoluções do século XVIII), São Tomás aceitava a monarquia como forma de governo natural, prática e legítima. Alguns séculos depois, São Roberto Belarmino escreveu uma pequena obra apoiando a ideia do governo republicano. Longe de ser capturado pela Inquisição por ousar questionar a monarquia, ele foi canonizado (por feitos mais importantes que tratados acadêmicos). A questão é que, em contraste com a mentalidade islâmica e com a religião politicamente correta da democracia (também frequentemente fanática) de hoje, os estudiosos católicos do passado eram claramente aber-

tos ao debate. As autoridades eclesiásticas apenas censuravam as conclusões de um estudioso, caso fosse mostrado que elas contradiziam uma verdade de fé.

Desde os primeiros séculos cristãos, a monarquia foi aceita como reflexo da autoridade e do domínio do Próprio Deus. O rei era o representante de Deus na terra, como escreve o papa São Gelásio ao Imperador Anastásio em 494: "Imperador augusto, dois são os que governam este mundo: a autoridade sagrada do sacerdócio e o poder do rei." Ele continua a dizer que a responsabilidade dos sacerdotes é mais pesada porque eles respondem a Deus pelas almas. Em assuntos seculares, o clero responde à autoridade secular, ao passo que, em assuntos espirituais, até mesmo os reis respondem à Igreja. Essa separação entre as esferas da Igreja e do Estado foi o princípio perene da Igreja no Ocidente. Tal divisão causou atritos ocasionais, mas também gerou uma parceria produtiva, que se revelou um traço da civilização ocidental.

A monarquia católica tinha um papel importante a cumprir. As novas nações que surgiam na Europa, da Inglaterra até a Hungria, precisavam de governos centrais para organizá-las, defendê-las e estabilizá-las, assim como para promover o desenvolvimento econômico, cultural e o bem-estar social. O rei era o responsável por seu povo perante Deus; caso não cumprisse o seu dever, os representantes da Igreja o advertiriam sob pena de sanções espirituais. Em todos os países surgiam também corpos representativos para os cidadãos – como um parlamento nacional, na Inglaterra, ou as diversas assembleias encontradas em outros países – para aconselhar o monarca e atender as necessidades dos cidadãos. Os reis tam-

bém protegiam e apoiavam a Igreja em todas as suas obras. Se houve episódios de atrito entre Igreja e Estado, os casos de cooperação pelo progresso e pelo bem comum foram muito mais numerosos.

Foi nos estágios iniciais do desenvolvimento das monarquias nacionais que alianças entre reis e cidades se formaram. O poder dos reis ainda era pequeno; as cidades tornavam-se cada vez mais poderosas. Em troca de um alvará do monarca, uma cidade deveria lhe dar a sua fidelidade e o seu apoio. A história das relações entre os novos centros urbanos de classe média e os novos monarcas nacionais é também a história do desenvolvimento das autonomias locais sancionadas pelo rei, um sistema que provou ser muito frutífero durante a Idade Média.

É ridículo culpar a Igreja na época da monarquia católica por não ter criticado o sistema sob o qual ela se desenvolveu. O papel dela era censurar abusos morais e doutrinais, e não fazer críticas abstratas sobre sistemas políticos. Na verdade, o sistema da monarquia católica possui uma história esplêndida. A estreiteza mental dos críticos modernos, para os quais monarquia é sinônimo de tirania ou ditadura e, portanto, deve ser condenada completamente – sem nunca importar a prova histórica – é mais um exemplo de como aqueles que fazem questão de apregoar a imparcialidade de seus julgamentos geralmente os consideram infalíveis.[1]

---

1 *De maneira semelhante, os críticos modernos que acusam a Igreja de obstáculo à liberdade e ao progresso, em razão de ela se opor, no campo moral, a males como o aborto e homossexualismo, estão reivindicando para si uma infalibilidade que a ela negam.*

Quanto à contribuição da Igreja ao progresso de todas as áreas do conhecimento, não apenas foi único na História, mas criou a civilização do Ocidente. De Clemente de Alexandria a Newman, Alberto Magno a Mendel e Pasteur, os estudiosos católicos moldaram o mundo moderno. Não é um legado a ser menosprezado.



Uma cruzada contra a verdade



A mentira: as Cruzadas foram crimes contra a humanidade, um dos melhores exemplos de fanatismo religioso destrutivo.

Se há um tema feito sob medida para os mentirosos da História, é o das Cruzadas. Aí estão todos os componentes necessários para os críticos da Igreja. Imagine o cenário: um papa prega um sermão convocando voluntários armados para invadir parte do Oriente Médio e recuperar locais sagrados das mãos de governantes muçulmanos. Quão politicamente incorreto isso parece?

Anticatólicos – além dos meros ignorantes – veem as Cruzadas da seguinte maneira: primeiro veio o fanatismo, sob a forma de obsessão religiosa e de superstição, que levou um papa furioso a pregar a Guerra Santa ante uma multidão incontrolável, em 1095, prometendo o Céu àqueles que morressem em batalha. Multidões de fanáticos iludidos atravessaram a Europa rumo à Palestina, ávidos por massacrar os povos inocentes que ali viviam. Esses povos eram em sua

maioria árabe, mas também havia os turco-seljúcidas que recentemente haviam tomado o controle do antigo califado de Bagdá. Os árabes e os turcos eram pessoas bem civilizadas – diferentemente dos bandos bárbaros que os atacaram, sedentos por sangue. Eles foram cruelmente assassinados pelos fanáticos católicos. A única afronta cometida pelos árabes e turcos foi terem tomado o controle de locais sagrados como Jerusalém, que também lhes era um lugar inviolável. Eles sempre foram muito tolerantes com os peregrinos cristãos, que visitaram a Terra Santa por séculos sem problemas; agora, subitamente, os visitantes haviam resolvido se tornar os anfitriões.

O imperador bizantino não conseguiu controlar a invasão da massa de cruzados europeus sobre a sua capital, e lhes ofereceu transporte para a Ásia Menor, visando a preservar a segurança de sua população. Uma vez lá, os cruzados seguiram rumo ao sul, na direção de Jerusalém, massacrando e saqueando ao longo do caminho e capturando territórios islâmicos e bizantinos. Finalmente, chegaram a Jerusalém e atacaram-na impiedosamente: após o término do combate, o sangue empoçado atingia os joelhos dos cavalos.

Essa foi a Primeira Cruzada. Os turcos, mais tarde, reconquistaram Jerusalém, provocando uma série de cruzadas subsequentes, igualmente bárbaras e cruéis. Obviamente, as verdadeiras razões para toda a iniciativa eram de cunho mercenário e imperialista; além de espalhar a sua fanática discriminação religiosa, os cristãos ocidentais pretendiam conquistar vastas extensões territoriais, com o intuito de preparar o terreno para colonizadores, banquei-

ros e comerciantes cristãos. Esse foi o primeiro ato do imperialismo agressivo que tem sido praticado pelo Ocidente desde então.

História das críticas às Cruzadas

Essa coleção de mentiras e meias verdades é antiga. Não surpreende que a Inglaterra pós-Reforma tenha produzido vários historiadores ávidos por criticar as Cruzadas católicas. Um deles foi Thomas Fuller, que redigiu uma lista de argumentos pró e contra as Cruzadas. Os contras superaram os prós, embora ele tenha comentado o tema da defesa do Império Oriental[2] e a resistência contra as agressões muçulmanas. As suas objeções contra as Cruzadas incluíam questões práticas como o imenso custo dessas guerras ("uma areia movediça de engolir dinheiro") e a perda de vidas. No entanto, ele argumenta também que Deus talvez quisesse que os muçulmanos dominassem a Terra Santa, já que Ele permitira que a governassem por tanto tempo, e acrescenta que peregrinos são geralmente supersticiosos. Ele resume: "essas foram as razões que induziram os papistas menos fiéis e todos os protestantes a combater essa Guerra Santa."

O século seguinte (o século XVIII), a famosa Era das Luzes, teve historiadores anticatólicos como Voltaire, Diderot e Hume lançando mais ataques às Cruzadas. Outro exemplo desse período é Edward Gibbon, que escreveu sobre as Cru-

2 *O Império Oriental (ou Bizantino) teve início no século IV quando o antigo Império Romano dividiu-se em duas partes: ocidental e oriental. O Império Oriental é conhecido como Bizâncio; sua capital era Constantinopla.*

zadas com sua pena mergulhada, como sempre, em peçonha anticatólica. Ele é o autor de *The Decline and Fall of the Roman Empire*, obra que trata da queda do Império Romano, queda cuja culpa ele erradamente atribuiu ao cristianismo. No entanto, há nesta obra de vários volumes – que também trata do Império Bizantino – material útil aos historiadores. O que ele diz sobre as Cruzadas não se inclui aí, já que a diatribe raramente é esclarecedora. Ele chama as Cruzadas de "a vitória do barbarismo", alegando que

> a motivação dos cruzados era fanatismo selvagem (...) a crença dos católicos havia sido corrompida por novas lendas e seus hábitos deturpados por novas superstições. O estabelecimento da Inquisição, as ordens mendicantes de monges e freis, o último escândalo das indulgências e o avanço final da idolatria jorraram das fontes malignas da Guerra Santa.

Evidentemente, ou Gibbon tinha uma imaginação muito fértil ou a sua obsessão anticatólica obscurecera seu juízo como historiador. Ou talvez seu cérebro estivesse danificado após o intenso trabalho de redigir os sete volumes de *The Decline and Fall of the Roman Empire* (embora a obra não tenha sido terminada).

A despeito da pesquisa sólida e das críticas positivas feitas por historiadores modernos, julgamentos negativos e distorções completas dos fatos sobre as Cruzadas podem ser encontrados ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, geralmente em escritos populares e livros para os ensinos médio e universitário. Em um artigo do *New York Times*, de junho de 1999, a colunista Maureen Dowd incluiu as Cruzadas na sua lista pessoal de atrocidades históricas: "A História ensina que quando

religião se une com política – as Cruzadas, Henrique VIII, Salém, Padre Coughlin, Hitler, Kosovo – os desastres vêm logo em seguida." Note que as Cruzadas encabeçam a lista. (Ela não diz a qual religião acha que Hitler pertencia.) Estudiosos muçulmanos têm ressaltado o quanto ainda se ressentem das agressões dos europeus. Também ouvimos bastante sobre as Cruzadas após os ataques de 11 de setembro, já que, de acordo com algumas pessoas, os ataques foram, ao menos em parte, uma vingança contra aqueles atos de agressão cristã.

É claro que foram os europeus que lutaram nas Cruzadas, e não os norte-americanos – mas não importa, nós, os americanos, também somos culpados. O ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em seu discurso na Universidade de Georgetown, no dia 7 de novembro de 2001, disse:

> Nós, que somos descendentes de europeus, não estamos isentos de culpa. Na Primeira Cruzada, quando os soldados cristãos tomaram Jerusalém, eles primeiro queimaram uma sinagoga com trezentos judeus dentro, e, no Monte do Templo, mataram todas as mulheres e crianças muçulmanas que encontraram. Os relatos da época descrevem soldados andando neste local sagrado, com sangue até os joelhos. Posso afirmar-lhes que essa história ainda está sendo contada no Oriente Médio e ainda estamos pagando por ela.

A verdadeira história

Todo o conteúdo mostrado no tópico anterior é, obviamente, bobagem. Ataques gratuitos de muçulmanos no século VII deixaram grande parte do Império Bizantino do Sul, incluin-

do a Síria, a Terra Santa e o Egito, sob domínio árabe. Os cristãos que sobreviveram à conquista foram submetidos a tributos abusivos e eram discriminados como uma classe inferior conhecida como *dhimmi*. Era comum que suas igrejas fossem destruídas e que outras duras condições lhes fossem impostas. Por séculos suas denúncias chegaram a Roma, mas a Europa passava por sua própria Idade das Trevas de invasões em massa e nada podia ser feito para aliviar o sofrimento dos cristãos orientais.

Um estado de apreensão prevaleceu por alguns séculos na Terra Santa, no momento em que o império árabe crescia em outras direções, e alguns peregrinos ocidentais puderam viajar para Jerusalém e retornar inteiros. Por outro lado, essa "tolerância" árabe era imprevisível: desde o século VIII há relatos de peregrinos sendo executados, alguns por crucificação. Sob a lei de uma nova dinastia muçulmana, as condições pioraram. A Igreja do Santo Sepulcro, local da Crucificação, foi destruída, além de outras igrejas, e peregrinos cristãos foram massacrados. Em 1067, um grupo de 7 mil peregrinos alemães perdeu dois terços dos seus membros em ataques muçulmanos. Nessa época, os papas, incluindo São Gregório VII, tentavam ajudar os cristãos orientais, mas sem sucesso. Foi somente no final do século, em 1095, que o discurso do papa Urbano II em Clermont, França, gerou uma reação – apesar de não ser a que ele esperava.

A Primeira Cruzada

Então, o que foram as Cruzadas, afinal de contas? Como podemos definir a série de expedições militares que

prosseguiram por vários séculos? Um historiador egípcio, Aziz Suryal Atiya, deu o que parece ser a descrição adequada:

> O consenso geral entre os medievalistas (...) é que as Cruzadas foram expedições militares organizadas pelos povos da cristandade ocidental, notavelmente os normandos e os franceses, sob a liderança dos papas romanos, e que tinham como objetivo recuperar locais sagrados que estavam nas mãos de governantes muçulmanos.

Isso parece resumir mais claramente o que foram de fato as Cruzadas e como seus participantes as viam. As Cruzadas não foram aventuras colonialistas ou comercias, não tinham a intenção de cristianizar judeus ou muçulmanos e não foram projetos individuais de senhores de guerra. O seu objetivo principal, além da defesa do Império Oriental, era a recuperação da Terra Santa para a cristandade. Elas reconheciam a liderança dos papas. Como escreveu o historiador francês Louis Bréhier, "os papas, por si só, compreendiam a ameaça que o progresso islâmico oferecia à civilização cristã." (Houve, no entanto, um ou dois casos nos quais a liderança papal foi desprezada ou ignorada, como veremos adiante.)

Em 1095, o papa Urbano II fez um apelo urgente à cristandade, pois recebera uma carta do Imperador Bizantino Aleixo I Comneno descrevendo o grande perigo no qual seu reino fora colocado, em virtude do poder crescente e do aumento de ataques de uma outra tribo muçulmana, os turco-seljúcidas. Esse grupo, chamado por muitos de turcos, turcomanos ou tártaros, havia se deslocado das pradarias da Ásia rumo ao Ocidente. Após conquistar o enfraquecido califado

de Bagdá em 1055, expandiram o seu império, à custa de outros governos muçulmanos e de Bizâncio, e agora governavam a Terra Santa. Em 1071, os turcos haviam derrotado as forças bizantinas, capturado o imperador e o forçado a assinar um tratado de paz, abrindo caminho para a expansão turca na Ásia Menor. Em poucos anos os turcos adentraram Anatólia, também chamada de Ásia Menor (atual Turquia) e montaram quartéis em Niceia (local do famoso concílio da Igreja do século IV, que criou o Credo de Niceia), perto de Constantinopla (atual Istambul).

No seu famoso discurso, do qual existem diversas versões, o papa Urbano enfatizou aos guerreiros ocidentais a importância de socorrerem os cristãos do Oriente, incluindo aqueles que estavam na Terra Santa. O objetivo era levantar uma força internacional de soldados profissionais para marchar e libertar o Império Bizantino. Entretanto, o que chamou a atenção das massas da Europa foi a ideia de libertar a Terra Santa dos infiéis. A ideia de indulgência plenária para quem "tomasse a cruz" – símbolo de um comprometimento com a cruzada – também as atraía, embora possam ter ficado confusas sobre as condições requeridas para tamanho benefício espiritual. Um cavaleiro que fazia o juramento dos cruzados deveria fazê-lo com intenção pura e arrependimento por seus pecados; se morresse lutando honradamente pela defesa do cristianismo, o Céu seria a sua recompensa. É provável que em muitos casos as condições espirituais não fossem conhecidas. Motivos como um mero desejo por aventura, roubo ou fuga das responsabilidades domésticas (ou da lei) na terra natal não qualificariam um guerreiro. No entanto, críticos das Cru-

zadas zombam da própria ideia do papa de oferecer indulgência aos cruzados, e presumem que ele prometia o Céu aleatoriamente – como um imame que promete *houris* e rios de vinho para os guerreiros jihadistas que se explodirem pelos ares.

Cavaleiros de várias nações da Europa começaram a reunir armas e homens, e isso naturalmente demorou algum tempo. Havia outros, todavia, que não precisavam de tempo para se preparar, pois possuíam muito pouco ou nada. Esses "outros" – os pobres – eram muitos e foram elementos significativos na história da Primeira Cruzada. Este é um ponto importante, discutido em um artigo de Walter Porges sobre os não combatentes da Primeira Cruzada. Ele recorda a longa tradição de peregrinações à Terra Santa e o grande crescimento no tamanho dessas expedições.

Havia, no século XI, peregrinações de alemães com milhares de pessoas. Em 1064, uma expedição partiu com cerca de 7 a 12 mil peregrinos. O papa, portanto, deve ter presumido que quando a Cruzada começasse, haveria muitos leigos que, contando com a proteção dos guerreiros, estariam ansiosos para visitar os locais sagrados. Ele tentou limitar a participação deles. Exigia que peregrinos consultassem o clero local para se aconselharem sobre a viagem, desencorajava os doentes e fracos e insistia que mesmo os pobres deveriam estar dispostos a lutar, caso fosse necessário. Infelizmente, não conseguiu conter o grande número de cruzados despreparados. Pregações inflamadas de leigos atraiam multidões; doentes, velhos e até crianças partiram, a despeito dos avisos do papa, assim como muitos membros do clero sem permissão para seguir. Muitos desses estavam em ordens menores e talvez estivessem ávidos

para deixar os lares, pois a reforma de Santo Odon de Cluny estava sendo muito severa para eles. Grande parte dessas hordas de não combatentes sucumbiu antes mesmo de chegar a Constantinopla, e muitos deles deram bastante trabalho ao exército cruzado e ao clero autorizado, que tinham de ajudá-los e socorrê-los.

Em todo caso, lá chegaram, mas os guerreiros que o imperador Aleixo havia requerido não foram os primeiros a se aproximar dos portões de Constantinopla. Os primeiros a chegar foram as multidões entusiastas. Trazendo noções confusas sobre riqueza oriental a ser tomada, além de aventuras heroicas, eles haviam seguido líderes como Pedro, o Eremita e Gualtério Sem-Haveres através do continente e saqueado ao longo do caminho. Tornaram-se tão perigosos que alguns governantes fecharam-lhes as fronteiras, temendo o dano que causariam. Aleixo desejava ter feito o mesmo quando os viu chegar aos portões, em vez da infantaria e da cavalaria que esperava.

Friamente, talvez, apesar de ser difícil pensar no que mais poderia ter feito, ele transportou esses pretensos cruzados através do estreito de Dardanelos, até o local onde iriam obter seu desejo de lutar contra os turcos. Eles lutaram e foram massacrados. Depois chegou a Cruzada dos Cavaleiros. Era o que Aleixo esperava. O choque cultural causado a um grego refinado ao encontrar-se com um grupo de homens brutos cujos antepassados recentes eram bárbaros, foi motivo de um fascinante estudo para a filha de Aleixo, a historiadora Ana Comnena; a ela devemos muitos dos detalhes desse encontro apreensivo. A riqueza de Bizâncio impressionou os cruzados

– e despertou a cobiça em alguns deles. Tendo chegado à zona de combate e começado a libertar propriedades imperiais das mãos dos turcos, alguns cruzados relutaram em devolver as terras ao imperador, causando mais tensão. O resultado foi a criação de pequenos principados cruzados que conseguiram sobreviver na Síria e na Palestina por dois séculos.

A Tomada de Jerusalém

O grande objetivo dos cavaleiros e dos plebeus de destino trágico que pereceram anteriormente era Jerusalém. A cidade sagrada já havia sido parte do Império Bizantino; era discutível se – mesmo que fosse retomada – o imperador seria capaz de mantê-la. Os cavaleiros estavam determinados a libertá-la e governá-la. As atrocidades cometidas pelos turcos quando tomaram a cidade vinte anos antes não tinham sido esquecidas: a despeito de o líder seljúcida ter prometido tratar os habitantes com misericórdia, milhares foram assassinados logo após a entrada dos turcos na cidade. Nessa época, a cidade era controlada pelos fatímidas do Egito, não pelos seljúcidas, mas os guerreiros da Europa não faziam qualquer distinção entre os dois grupos muçulmanos – se é que estavam cientes dela.

No momento em que o exército multinacional cristão chegou, dividido em dois contingentes, cada um com seu líder, os homens – em número muito menor que o que havia partido três anos antes – estavam exaustos e enfraquecidos. Tinham poucos suprimentos e estavam perturbados pela sede e pelo sol brutal do deserto daquele mês de julho. Mesmo assim, ficaram

admirados e comovidos por estar tão perto dos locais sagrados em que Nosso Senhor havia sofrido e morrido e se prepararam espiritualmente para entrar na cidade. Mesmo enfraquecidos, formaram uma procissão a fim de percorrer toda a circunferência de Jerusalém, jejuando, cantando hinos e orando.

Foi aqui onde germinaram as sementes de brutalidade que os cruzados demonstrariam ao entrar na cidade. Os ocupantes muçulmanos de Jerusalém, de dentro da cidade, no topo das muralhas, acompanharam os passos do exército cristão enquanto este se movia lentamente ao redor de Jerusalém, zombando e ridicularizando os soldados. Foram mais além: pegaram crucifixos e os profanaram em plena vista dos soldados. Horrorizados, ofendidos e extremamente irritados pelos sacrilégios, os grupos armados adentraram furiosos a cidade. A falta de coordenação entre muitas das unidades do exército gerou uma situação caótica, em que os comandantes perderam o controle sobre seus homens.

A luta foi brutal, como o são as conquistas de qualquer cidade em guerra. Mas houve um massacre impiedoso? Os cavalos realmente andaram com sangue até os joelhos? A resposta para ambas as perguntas é, muito provavelmente, não. Os habitantes tiveram tempo suficiente para evacuar a cidade antes que os cruzados chegassem e, ao que parece, a maioria o fez. Os grupos que permaneceram para defender Jerusalém ficaram para lutar. Os cruzados capturaram muitos prisioneiros e os libertaram sob pagamento. Alguns comandantes protegeram grupos e lhes deram abrigo.

As crônicas das Cruzadas dão estimativas variadas a respeito de quantos milhares morreram durante a batalha. Al-

gumas talvez se aproximem da verdade, mas é possível que se tenha exagerado a conquista heroica dos cruzados ao se multiplicar o número de adversários mortos. Por outro lado, as fontes muçulmanas não transmitem nenhum sentimento anormal sobre essa guerra; ela aconteceu como guerras aconteciam naqueles tempos, e os turcos certamente já tinham feito conquistas daquele tipo. A transformação da grande tomada de Jerusalém em uma atrocidade excepcional com fins de propaganda ocorreu muito tempo depois. Atualmente, é claro, ela é um dado básico para autores liberais, escritores muçulmanos e principais escritores anticatólicos (sem esquecer do ex-presidente norte-americano Bill Clinton). Isso não significa que não deveríamos esperar uma atitude melhor dos soldados de Cristo que os cruzados professavam ser. Especialmente na mais santa das cidades, eles deviam ter praticado a prudência e a piedade. Se os seus líderes – particularmente o nobre Godofredo de Bouillon – tivessem controle completo sobre as tropas, se os soldados não tivessem perdido tantos companheiros em batalhas anteriores contra os muçulmanos, se os seus cérebros e nervos não estivessem afetados pela fome e desidratação, o resultado poderia ter sido diferente. Da maneira que ocorreu, a captura de Jerusalém, mesmo sendo uma mancha na história dos cruzados, não apaga o valor da sua iniciativa. Sim, o local da batalha devia ter sido mais bem organizado para que os comandantes pudessem controlar melhor os seus homens, o que teria diminuído a possibilidade de matança aleatória de não combatentes e os danos materiais à cidade. Gostaríamos que tivesse sido de outro modo, mas não estávamos lá, e certamente não temos obrigação de pedir des-

culpas por nada: somente os próprios culpados podem fazer isso, e tanto eles como aqueles que lutaram contra o inimigo honradamente, há muito tempo já responderam a Deus por seu comportamento.

Depois da Primeira Cruzada

Passados alguns dias, após a ordem ter sido restaurada, os prisioneiros resgatados e a atividade urbana gradualmente normalizada, os cruzados ergueram o Reino Latino de Jerusalém. Sua principal preocupação era a proteção do Santo Sepulcro, local que aguardavam há muito tempo para visitar – e libertar – quando fizeram o juramento de cruzados. O clero argumentava que a Igreja deveria ter o controle dos locais santos, incluindo o Santo Sepulcro, mas também estava claro, como os barões observavam, que o local precisava ser defendido militarmente. Todo o território que ia de Constantinopla a Jerusalém não havia sido libertado, e ataques das forças turcas eram esperados. O desfecho foi a escolha para o cargo de governante de Jerusalém do mais devoto, corajoso e honrado dos oficiais do exército: Godofredo de Bouillon. Ele aceitou o posto, mas rejeitou o título de "rei", alegando – ao menos de acordo com uma fonte –"que não poderia usar uma coroa de ouro onde o seu Salvador havia usado uma coroa de espinhos." Ele, então, recebeu o título de defensor do Santo Sepulcro. Pouco tempo depois teve de confrontar e derrotar um exército egípcio cuja missão era reforçar a defesa de Jerusalém contra os cruzados, mas que chegara tarde demais.

Para lutar aquela batalha, Godofredo precisou reunir rapidamente o grande número de cruzados que já havia iniciado a jornada para casa. Esse é um fato interessante porque demonstra que eles não tinham intenção de permanecer na Terra Santa e montar assentamentos permanentes (o que desmente a ideia de que a empresa das cruzadas foi colonialismo europeu disfarçado). Mais tarde, grupos de cruzados permaneceriam no Oriente, mas os assentamentos que eles montaram não eram parte de um imperialismo organizado.

A Primeira Cruzada foi a única que triunfou. Ela ajudou o Imperador Aleixo a afastar seus inimigos, colocá-los na defensiva e recuperar Jerusalém para a cristandade. O domínio cristão sobre Jerusalém e áreas litorâneas adjacentes durou quase cem anos. Foi somente em 1187 que o comandante militar turco Kurdish Saladino – lendário por suas proezas militares e relações cavalheirescas com Ricardo Coração de Leão durante a Terceira Cruzada – recapturou a cidade. Ela nunca mais foi tomada por forças cristãs, apesar de o renegado imperador alemão Frederico II – "o cruzado sem fé", como o chama a historiadora Régine Pernoud – ter obtido, por intermédio de um amigo turco, as chaves da cidade por algum tempo no século XIII. Frederico foi excomungado na época, ele não é considerado um cruzado – mas, sua saga bizarra é muito complexa para nela nos adentrarmos aqui.

O saque de Constantinopla

Cruzadas continuaram, de tempos em tempos, atacando os turco-seljúcidas em várias partes do seu crescente

império. Há um incidente na Quarta Cruzada, de 1204, que frequentemente é citado pelos críticos como exemplo de hipocrisia, brutalidade e cobiça ocidental, assim como a tomada de Jerusalém. Foi a invasão e o saque de Constantinopla pelos cruzados, em um ataque particularmente destrutivo e brutal. (É preciso, obviamente, distinguir esse incidente do saque de Constantinopla que ocorreu em 1453). A versão mais difundida dessa história conta que o exército cruzado, que supostamente deveria chegar à Terra Santa, mudou de rota movido por uma profunda cobiça pelas riquezas da capital oriental e, possivelmente, também por ódio aos bizantinos cismáticos. Eles decidiram capturar e saquear a cidade e o fizeram com extrema ferocidade – demonstrando uma vez mais a sua natureza.

Assim como o resto da história "anticruzadas", essa versão ignora certos fatos e distorce outros. Certamente, os cruzados que participaram no episódio eram culpados. Eles se permitiram desviar do seu objetivo e foram atraídos por uma série complexa de esquemas político/militares que tiveram por fim o trágico saque. Tudo começou quando os cruzados atacaram, no Mar Adriático, um porto que pertencia à Hungria. A razão para isso era a de que os cruzados tinham uma grande dívida com os venezianos, que iriam transportá-los. Apareceram menos soldados que o esperado, mas os venezianos, ainda assim, queriam cobrar pelos navios extras. Eles propuseram aos cruzados a quitação da dívida pela ajuda com a captura do porto de Zara. Os cruzados concordaram e tomaram o porto cristão de um rei que havia se voluntariado para a Cruzada. O papa Inocêncio III condenou com veemência essa aberração e incitou o exército a cumprir seu verdadeiro

objetivo. Entretanto, uma grande tentação descarrilou a expedição. Um requerente ao trono bizantino, Aleixo IV Ângelo, pediu ajuda aos cruzados e aos venezianos para ganhar poder em Constantinopla. Em troca, ele prometia restaurar a união do Império Bizantino com Roma, ajudar a Cruzada e pagar o restante do dinheiro que os cruzados deviam à República de Veneza.

O plano foi apresentado ao papa Inocêncio. Ele já havia recusado a proposta quando Aleixo IV lhe fizera diretamente e a rejeitou uma vez mais. Assim fizeram também alguns líderes dos cruzados, que prosseguiram sozinhos para a Terra Santa. Para outros, no entanto, era um negócio bom demais para ser dispensado e, por isso, guerrearam contra Bizâncio, a fim de estabelecer Aleixo IV como imperador. Contudo, Aleixo IV não conseguiu cumprir sua promessa de pagamento aos aliados latinos. Por fim, os cruzados o abandonaram e ele acabou sendo morto por seus inimigos gregos e substituído por um imperador antilatino. Foi aí que a decisão de se vingar de Constantinopla foi tomada.

A raiva que gerou três dias de saques, assassinatos e destruição foi gerada, em parte, na longa história de antagonismo entre latinos e gregos, e em memória de uma atrocidade cometida pelos bizantinos apenas 22 anos antes. Nesse massacre, de 1182, os gregos atacaram a população latina de Constantinopla e mataram homens, mulheres e crianças. O clero católico foi atingido com ferocidade particular. Um diácono foi decapitado e teve sua cabeça amarrada ao rabo de um cão, para demonstrar desprezo por Roma. De acordo com o arcebispo Guilherme de Tiro, um historiador da época, o bando

desenterrou e despedaçou cadáveres de católicos, invadiu hospitais para matar os doentes e vendeu milhares como escravos. Agora, os latinos estavam se vingando do mesmo modo; eles também profanaram locais e objetos sagrados, comportando-se de maneira abominável. Em seguida, instituíram um império latino, que durou até a derrota para os bizantinos em 1261. O papa recebeu notícias de toda parte. Primeiramente ficou satisfeito pelo que parecia ser a reunificação das igrejas; mas logo após ouvir a história inteira se viu horrorizado e excomungou os cruzados.

Depois desse evento desastroso, cruzadas continuaram de tempos em tempos até a morte de São Luís IX, rei da França, em 1271. Ele morreu doente no norte da África, no decurso da segunda cruzada que empreendeu.[3] Junto com São Luís morreu o zelo pela empresa das cruzadas. Ele foi parcialmente revivido, com dificuldades, nos séculos seguintes, quando a cristandade se defrontou com as invasões dos turco-otomanos – uma ameaça muito maior do que os seljúcidas jamais foram.

As Cruzadas foram, então, um fracasso, já que não alcançaram o objetivo de libertar permanentemente a Terra Santa? Louis Bréhier faz essa pergunta, e a responde bem:

> Deve-se concluir então que as Cruzadas não tiveram importância histórica e que serviram apenas para desperdiçar as forças da Europa? Com frequência esquece-se de que as Cruzadas começaram como uma guerra de defesa e que, independentemente das inconveniências que delas possam ter resultado, o Império Bizantino recebeu proteção efetiva

3 *Oitava Cruzada (N. do T.)*

> contra os turcos no final do século XI. Se no século XIV o Islã retomou sua marcha, isso só ocorreu depois do entusiasmo pelas Cruzadas ter morrido.

Esse novo ataque do Islã contra a Europa, dentro da Península Itálica e através dos Bálcãs e da Áustria, moveria os papas a convocar novamente a Europa para uma Cruzada – embora com muito maior dificuldade, em virtude desse declínio do entusiasmo.

As últimas cruzadas

É interessante que, a despeito da grande ofensiva militar que fez recuar o ataque violento dos otomanos contra a Europa também ser chamada de "cruzada" – ao menos pelos católicos –, os críticos destas parecem ser mudos ou inexistentes. Talvez eles relutem em criticar as cruzadas quando a agressão islâmica se aproxima dos seus lares – como certamente aconteceu com a ofensiva marítima em 1570 e o ataque a Viena em 1683, que juntos poderiam ter tornado a Europa um continente muçulmano muito antes do que a atual imigração e demografia prometem fazer. Os sultões otomanos não mantinham segredo sobre o seu objetivo de conquistar o mundo para o Islã. Enquanto Inglaterra, França e Veneza tratavam o Império Otomano pacificamente, este perseguia seu objetivo de conquista ao atacar a Europa repetidamente por terra e mar. (Lembre-se do dito de Lênin, "Os capitalistas nos venderão a corda com a qual nós os enforcaremos." Os Estados

ocidentais vendiam navios, matéria-prima e tudo mais que seus inimigos pudessem usar – possivelmente corda também).

Foram os papas e a Igreja que trabalharam assiduamente para romper a apatia do Ocidente nos séculos XVI e XVII e conscientizar as nações do perigo que corriam. Muitas vezes o chamado para a cruzada veio de Roma; algumas vezes falhou, tendo em vista o pequeno número de cruzados que os atendeu. Mesmo com a frota otomana a caminho do oeste do Mediterrâneo, as potências marítimas permaneceram indecisas; apenas algumas enviaram os navios que venceram a grande Batalha de Lepanto, em 1571. Quando o exército turco se aproximava de Viena em 1683, o problema era ainda maior. Até mesmo o Sacro Império Romano-Germânico, alvo direto da invasão, teve dificuldades em unir esforços para resistir ao inimigo. A primeira atitude dos membros protestantes da Dieta foi não apoiar o esforço de defesa. Na vizinha Hungria, que era parte do império, mesmo sob ocupação turca, houve até apoio ativo dos protestantes aos turcos. (No século anterior, Lutero havia, inicialmente, recebido bem a aproximação do exército otomano no primeiro cerco a Viena, e só mudou de opinião quando os turcos chegaram realmente perto.)

O imperador finalmente conseguiu o apoio completo da sua Dieta e foi capaz de iniciar a defesa de Viena, mas a mesma falta de responsabilidade se repetiu quando o papa pediu apoio à Polônia para a cruzada. O rei João Sobieski também precisava do apoio da sua Dieta, mas isso demorou tanto que por pouco não lhe foi possível participar da batalha. Suas tropas chegaram quando ela já se iniciara e os turcos estavam

vencendo.[4] Entretanto, a história termina bem. Voluntários haviam partido de toda a Europa para defender Viena, e o fracasso dos turcos marcou o recuo de sua ocupação sobre a maior parte da Europa Oriental.

Como derrotar a mentira

Então, o que dizer sobre as Cruzadas se nos perguntarem a seu respeito? Temos de nos esquivar e nos sentir culpados quando os modernistas nos atacam por causa delas? Devemos concordar com os apologistas islâmicos que dizem que se os cristãos tivessem ficado em casa e cuidado de seus próprios negócios não teriam de se preocupar com os jihadistas se voltando contra eles? Será que Viena deveria ter oferecido a Suleiman, o Magnífico o "café da manhã em Viena" que ele desejava quando cercou a cidade, em 1529? Deveria ter aberto os portões para o general Kara Mustafá, em 1683? Com que argumentos as Cruzadas de qualquer século podem ser defendidas? (Note que estou excluindo aqui aquelas numerosas expedições, erradamente chamadas de "cruzadas", que foram esporadicamente conduzidas contra hereges ou até inimigos políticos do papado dentro da Europa. Uma dessas, a Cruzada Albigense, será discutida no capítulo seguinte. A Reconquista Espanhola, um tipo de cruzada contra a ocupação islâmica dos mouros, será tratada no Capítulo 7. Quando colocado em letra maiúscula, o termo "Cruzadas" geralmente se refere

---

4 *Ver meu livro Islam at the Gates, capítulo 9.*

às guerras para libertar os locais sagrados, e por extensão, à guerra contra os turco-otomanos.)

Ao começar com a compreensão precisa dos acontecimentos, livre de mentiras e distorções, o princípio envolvido no julgamento das Cruzadas é a questão do que torna uma guerra justa – um tema muito debatido no pensamento católico medieval. A defesa contra um agressor certamente justifica o uso de força, e esse princípio ainda persiste, como todos, exceto os pacifistas mais extremados, concordam. Esse princípio parece justificar as guerras contras os turcos nos séculos XVI e XVII. Mesmo quando os exércitos cristãos, após terem defendido Viena com sucesso, partiram para a ofensiva e perseguiram os turcos até a Hungria e os Bálcãs, eles estavam libertando os povos cristãos vítimas das agressões turcas que lhes causaram sofrimento durante séculos.

E quanto ao julgamento das cruzadas anteriores, aquelas dirigidas ao socorro do Império Oriental e à libertação da Terra Santa? Vimos que a Primeira Cruzada se deu em resposta ao chamado de um imperador cristão por ajuda na defesa de seu território contra agressões injustas. As últimas Cruzadas foram necessárias para defender os territórios cristãos libertados contra as repetidas tentativas dos turco-seljúcidas de reconquistá-los. É difícil ver essas respostas à agressão como guerras injustas.

Para recapitular: as Cruzadas foram uma resposta aos ataques muçulmanos contra Estados cristãos, assim como uma resposta à escravização, ao assassinato e à perseguição de muitos seguidores de Cristo. Elas não tinham a intenção de converter ninguém e tampouco foram exemplos de colo-

nialismo ou imperialismo europeu, os quais ocorreram muito tempo depois. Foram, na verdade, uma resposta militar a um ataque militar. O mesmo pode-se dizer das últimas Cruzadas, aquelas contra os turco-otomanos. Nos quinhentos anos de história das Cruzadas, aconteceu algo que não deveria ter ocorrido, ou que deveria ter sido feito de maneira diferente? É claro. Existe alguma guerra, por mais justa que seja, em que isso não seja verdade? Isso prova apenas que a natureza humana é falível, o que – exceto para os utopistas – é autoevidente. Para citar Bréhier uma vez mais,

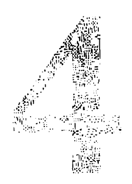
> seria injusto condenar de antemão esses cinco séculos de heroísmo que deram tantos resultados férteis para a história da Europa e que deixaram na consciência do homem moderno um certo ideal de generosidade e um gosto pelo sacrifício em nome de causas nobres que as mais duras lições da realidade nunca apagarão completamente.

Esse conceito de sacrifício por causas nobres foi o que levou o General Eisenhower a intitular seu livro sobre a Segunda Guerra Mundial de *Crusade in Europe*.

Por fim, se os católicos precisarem de mais garantias de que defender as Cruzadas não é um erro, eles podem encontrá-las nas esmagadoras opiniões de santos canonizados. São Bernardo de Claraval pregou em favor da Segunda Cruzada e escreveu a regra dos Cavaleiros Templários. São Luís IX, aquele modelo de rei santo e valente, morreu na segunda cruzada que iniciou. Papas santos como São Gregório VII e, mais tarde, São Pio V, convocaram a cristandade às Cruzadas. Não conhe-

ço nenhum santo que se posicionou contra essas guerras santas. Não há desculpas a pedir.

A sinistra Inquisição



A mentira: durante séculos a Igreja Católica patrocinou a perseguição, tortura e morte de milhares, talvez milhões de pessoas inocentes.

Falaremos aqui de algo que causa arrepios, uma palavra de má fama que se tornou símbolo de repressão da liberdade de expressão, liberdade de pensamento, liberdade religiosa, liberdade de imprensa e todas as outras "liberdades" tão queridas aos corações modernos: *Inquisição*.

A versão popular da história dessa instituição diz que, desde seus primeiros dias, a Igreja Católica perseguiu dissidentes – a começar pelos hereges cristãos e, depois da conversão dos imperadores romanos ao cristianismo, os infelizes pagãos do Império Romano –, torturando suspeitos e exterminando os desobedientes. Essa atitude teria prosseguido por toda a história católica: vê-se a Igreja caçando e massacrando os pacatos povos do sul da França, conhecidos como albigenses, pois eles ousaram ter suas próprias ideias sobre religião. Pouco depois, a terrível Inquisição Espanhola seria respon-

sável por milhões de mortes, seguida da Inquisição Romana (a da Contra-Reforma), ainda mais cruel, embora em menor escala. Com relação à tortura e queima dos acusados de feitiçaria, temos o depoimento nauseante deixado por um inquisidor do século XV, Heinrich Kramer. Essa prática intolerante só cessou quando os iluminados protestantes se revoltaram contra a Igreja, e os revolucionários franceses – ainda mais iluminados – iniciaram o grande movimento pela liberdade humana que se espalhou pelo mundo – incluindo a Rússia, onde o poder da intolerante Igreja Ortodoxa também foi subjugado. Hoje, finalmente, todos nós desfrutamos de liberdade de religião e não precisamos ficar à espreita, com medo de perseguição. Podemos acreditar no que quisermos e até inventar nossa própria religião, sem sermos presos ou queimados na fogueira. Um historiador do século XIX, cuja obra forneceu os fundamentos para exposições subsequentes da história negra e maligna da Inquisição, investigou exaustivamente esse assunto. Já que todos os fatos sinistros estão gravados em um livro, e por um historiador como aquele, eles devem ser verídicos. (Retornaremos a esse historiador e a Kramer.)

Essa ideia fantasiosa a respeito do mecanismo pelo qual a Igreja tentou proteger o ensinamento ortodoxo ao longo dos séculos provém, principalmente, dos períodos da Reforma e do Iluminismo (séculos XVI e XVIII). Tal como a propaganda conhecida por Lenda Negra, que por vezes coincide com as lendas da Inquisição, a fraude da "sinistra Inquisição" foi criada principalmente por pensadores anticatólicos, os quais eram hereges ou ateus e se ressentiam de medidas tomadas contra eles pela Igreja.

Além de atacar as autoridades católicas que naquele momento se lhes opunham, esses escritores dos períodos da Reforma e do Iluminismo voltaram na História e se identificaram com hereges medievais e outros pensadores heterodoxos que a Igreja nunca penalizou. Criaram, assim, um poderoso mito, aquele dos "verdadeiros" cristãos de pensamento livre que haviam operado fora das estruturas eclesiásticas por séculos, e teriam sido perseguidos pela Igreja Católica desde os tempos romanos, até que, finalmente, teriam se transformado nos protestantes do século XVI. É uma visão bastante criativa, descrita com detalhes por Edward Peters em seu livro de 1988, *The Inquisition*. Os ecos dessa visão continuam a reverberar nos escritos históricos e na literatura popular atual. Peters é um dos historiadores revisionistas sobre o qual comentaremos mais à frente e cujo trabalho tem servido para demolir o mito e apresentar a verdadeira história da Inquisição.

A natureza das heresias e a resposta católica

Pensamento claro, com todas as distinções necessárias, é importante para mostrar a verdade histórica sobre a Inquisição, porque esse não é um assunto em que nossos inimigos erram apenas sobre os fatos, como a quantidade ou o tipo de hereges mortos. A questão fundamental a ser tratada é: uma pessoa tem o direito de pensar e agir de acordo com qualquer ideia, sem importar quão falsa ou moralmente condenável seja ela? A visão católica tradicional, desde Santo Agostinho, é a de que o erro não tem direitos. Isso significa que a Igreja tem perseguido toda opinião errada sobre a fé? Certamente, não. Ou-

tro princípio católico fundamental é que a consciência livre não deve ser forçada. Conversões à força, por exemplo, sempre foram condenadas pela Igreja Católica.

A crença e a prática pessoal são uma coisa; a tentativa de espalhar um falso ensinamento ou uma prática imoral é algo bem diferente. No caso do descrente, a prática perene da Igreja tem sido não poupar orações e esforços na tentativa de conduzi-lo à verdade. A Igreja não perseguia um indivíduo por suas meras crenças – tal atitude dificilmente o levaria à verdade –, tampouco tentava persuadi-lo de que aquelas crenças eram errôneas. Apenas quando ele tentava atrair fiéis, converter outros para sua falsa religião ou organizar práticas religiosas imorais, a Igreja, nos Estados católicos da cristandade, tomava medidas para impedir aquela atividade – para o bem do herege e de suas vítimas.

Os católicos sempre defenderam que a alma é incomensuravelmente mais importante que o corpo. Portanto, aquele que destrói a fé e a graça – a vida da alma – tem mais culpa que aquele que destrói o corpo. Por essa atitude razoável certamente não há motivos para pedir desculpas. Os crentes de todas as religiões, até muito recentemente na História, consideravam absolutamente falsa e perniciosa a atitude moderna de não se importar com o que se crê e de supor que todas as religiões se equivalem. O princípio tradicional enunciado por Tertuliano e outros padres, encontrado nos escritos e nas pregações da Igreja desde sempre,[5] é que a heresia não deve ser espalhada, pois arruína as almas. Examinemos esse prin-

5 *Na Summa (II:II; II:3), São Tomás de Aquino faz uma famosa defesa de punições capitais para os hereges.*

cípio como tem sido implementado historicamente na Igreja Católica.

As heresias nos primórdios da Igreja

Não há duvidas de que a primeira geração de cristãos viveu sob os princípios deixados por Nosso Senhor. Eles partiram para converter o mundo pela pregação e pelo exemplo, não pela força. Se um dos convertidos começasse a pregar ideias falsas, outro cristão argumentaria com ele, com o intuito de levá-lo a enxergar o seu erro. Caso persistisse, representantes da Igreja deveriam encontrá-lo. Se isso falhasse, eles teriam de desistir de persuadi-lo e tratá-lo como não cristão. Em casos extremos, esse uso do mandato da Igreja de "ligar e desligar" (Mat. 16:19) seria, de fato, a excomunhão, similar à expulsão dos hereges praticada pelos judeus nas sinagogas.

Evidentemente, não há questão de punição física aqui, somente espiritual. Em gerações posteriores, os antigos cristãos enfrentaram ameaças mais perigosas, isto é, ameaças de hereges que não apenas pregavam falsas doutrinas cristãs, mas, frequentemente, conduziam um grande número de católicos ignorantes para fora da Igreja. O que fazer com esses hereges? Eles deveriam ser autorizados a destruir a fé nas almas de suas vítimas?

Em alguns documentos cristãos antigos lê-se a palavra *exterminare*, que algumas vezes foi interpretada como "exterminar", para o deleite daqueles ávidos por encontrar indícios da sede dos cristãos por sangue. No entanto, o que o verbo realmente significa, nesse contexto, é colocar alguém fora das

bordas (o *termini*) de uma área, em outras palavras, expulsar ou exilar. (Quando se queria designar execução, como vemos em textos posteriores, encontramos frases explicativas, *"a mundo exterminare por mortem"* – "colocar fora das fronteiras do mundo através da morte.") A ideia por trás do exílio era livrar-se da fonte de corrupção doutrinal ao deportá-la. Os primeiros cristãos sofreram tantas torturas repugnantes e perseguições, que não estavam dispostos a praticá-las nos outros; preferiam mandar os encrenqueiros para outro lugar.

O primeiro imperador cristão, Constantino, permitiu a liberdade religiosa em seu reino. Seus sucessores tiveram posturas diversas face ao paganismo que, gradualmente, ia sendo suplantado pelo cristianismo. Os imperadores seguintes começaram a repudiar o cargo oficial que desempenhavam na religião pagã do Estado, a fechar templos e, até mesmo, arrecadar multas de sacerdotes. A variação na política imperial provavelmente derivava da dificuldade em avaliar a que grau o paganismo havia sido eliminado do coração dos romanos. A remoção da amada estátua de Vitória, no Senado, certamente afligiu os pagãos, e houve incidentes em que grupos cristãos destruíram locais sagrados e fecharam santuários de falsos deuses. Entretanto, os imperadores cristãos não fizeram nada aos pagãos que se assemelhe às perseguições sofridas pelos cristãos anteriormente. E o princípio de que a consciência não devia ser violada sobreviveu até mesmo quando a adoração pública de falsos deuses era esporadicamente reprimida.

O caso do arianismo

O arianismo foi, sem dúvida, a heresia mais perigosa que surgiu no Império Romano. Essa coleção de ideias heréticas só pode ser chamada de fenômeno histórico, já que ultrapassou de longe a teoria teológica: ela afetou a política, a relação Igreja-Estado e o desenvolvimento histórico dos séculos seguintes. O historiador francês Henri Daniel-Rops a chama de "o grande ataque (à fé) pela mente" e a considera a heresia mais formidável da história da Igreja. O cardeal Newman produziu uma obra clássica sobre o tema: *The Arians of the Fourth Century*. Esse vasto tema será analisado aqui, de maneira breve, a fim de entender melhor a natureza das heresias e o dano que podem causar.

Tudo teve início na cidade romana de Alexandria, no começo do século IV, quando um padre de 60 anos, asceta e estudioso, chamado Arius, que tinha um público devoto, em razão da sua eloquência e de seus sermões educativos, começou a pregar uma nova doutrina. Ele defendia que Cristo não era divino: Cristo era uma criatura de Deus, mas com atributos divinos. A Igreja, é claro, sempre ensinara que Cristo é Deus e homem, mas ainda não havia precisado esse dogma. Isso levou a teorias divergentes, e Arius se tornou extremamente popular, encantando ouvintes cristãos gregos, muito além de Alexandria. O início do arianismo agradou até mesmo aos pagãos, em razão de sua formulação elegante e de seu equívoco quanto à natureza de Cristo. A controvérsia espalhou-se por todo o império, autoridades políticas se posicionaram a favor e, em

determinado momento, a maioria dos bispos esteve do lado do arianismo.

Entretanto, houve um homem que não foi seduzido: Santo Atanásio. Ele tinha apenas 20 anos quando Arius começou a pregar sua heresia. Atanásio percebeu os erros de Arius e tornou-se seu oponente declarado, um bastião da ortodoxia que sofreu até mesmo risco de vida (ele quase foi assassinado e foi, várias vezes, exilado pelos imperadores simpáticos ao arianismo). O imperador Constantino, por outro lado, não pôde sequer compreender a magnitude da tarefa. "Acho que a causa é trivial," ele escreve em uma carta dirigida a Arius e Atanásio. "Vós pensais de maneira semelhante (...) a divergência entre vós não é um ponto essencial da fé." Felizmente, para a ortodoxia, o Concílio de Niceia se reuniu em 325, durante o reinado de Constantino, e ignorou educadamente as observações tolas do seu patrono, condenando, assim, o arianismo e emitindo o Credo de Niceia, o qual apresentava sem ambiguidades que Cristo é "consubstancial" ao Pai: ou seja, Cristo é Deus, o que os cristãos haviam acreditado desde o começo. Os arianos que persistiram no erro foram formalmente excluídos da Igreja no Concílio de Constantinopla em 381.

Em todo o Império Romano, durante esse período, o clero ortodoxo e os fiéis sofreram bastante. Em muitos lugares, bispos, políticos e até mesmo papas fracos, como Libério, aceitaram o arianismo, ou ao menos suas ideias ambíguas. Alguns católicos fiéis foram exilados à força pelas autoridades arianas, e muitos outros deixaram voluntariamente suas cidades natais, tentando evitar os padres hereges. No final do século IV, os arianos eram um problema muito menor dentro do

Império – mas somente porque haviam ido para o norte pregar suas heresias aos bárbaros do outro lado da fronteira.

O arianismo difundido entre as tribos bárbaras – que mais tarde formariam os Estados europeus – tornou-se, então, um problema de outro tipo para a Igreja, uma vez que produziu entre os bárbaros resistência à verdadeira conversão e apatia à civilização romana que a Igreja Católica trazia consigo, o que gerou guerras e tumultos durante a Idade das Trevas. Quase todas as tribos da Europa adotaram o arianismo, que se tornou entre elas uma espécie de religião de guerreiros, com rituais nas florestas, regras simples e hostilidade a Roma. A exceção providencial entre esses bárbaros foi a tribo dos francos. Os francos permaneceram pagãos, de modo inflexível, até a sua conversão ao catolicismo, que os transformou em heróis da fé católica e levou a França a ser considerada a "filha mais velha da Igreja." Será principalmente entre os descendentes das tribos arianas que encontraremos futuras heresias se espalhando.

Por conseguinte, ficou muito claro para os cristãos dos primeiros séculos que heresia não era uma questão inofensiva, de opinião pessoal; poderia afetar – e de fato afetou – o destino das nações. Por isso, deveria ser combatida sempre que surgisse – através da tentativa de converter os hereges e, em casos extremos, pelo exílio, visando assim evitar futuros danos à comunidade dos fiéis.

A Inquisição medieval: heresia como traição

A palavra *inquisição* refere-se a um tribunal de inquérito em que se julgava a ortodoxia de perspectivas religiosas

professadas por indivíduos ou seitas. Até a Idade Média Plena – séculos XII e XIII – esses inquéritos eram organizados de acordo com a necessidade. Já que se cobrava dos bispos que garantissem a ortodoxia dos católicos em suas áreas, era sua responsabilidade investigar as heresias. Com frequência, bispos muito ocupados tinham pouco tempo para essas investigações e, às vezes, não estavam dispostos a se envolver nelas.

No começo do século XIII, o grande papa Inocêncio III estava muito preocupado em reprimir as heresias e expulsar hereges perigosos, como os cátaros, mas foi muito tolerante com aqueles de ortodoxia meramente *duvidosa*. Ele nunca mencionou a pena de morte, e sua política trouxe grandes avanços para os costumes locais da época, geralmente cruéis.

Em um Estado medieval, por vezes, a autoridade secular (assim como a Igreja) interessava-se em investigar uma heresia, e isso ocorria por dois motivos: primeiro, porque tanto governantes como governados eram católicos e quaisquer ameaças à fé afetavam o governo inteiro; segundo, porque muitos hereges não limitavam suas pregações a assuntos espirituais, mas também advogavam *posições políticas subversivas*, como a de que não deveria existir nenhuma autoridade temporal. Frequentemente, o poder secular, ao lidar com a heresia, era muito menos gentil que a Igreja.

No início do século XIII, um exemplo de hostilidade face às heresias pôde ser visto nas *Constituições de Melfi*, promulgadas no Reino da Sicília por Frederico II, um governante particularmente brutal e impiedoso. Nos seus estatutos sobre as heresias. Frederico escreve:

> os hereges tentam rasgar a túnica do nosso Deus (...) eles se esforçam para introduzir divisão na unidade indivisível da fé e separar o rebanho do cuidado de Pedro, o pastor a quem o Bom Pastor entregou o cuidado das ovelhas. Por dentro são lobos violentos, mas fingem [ter] a mansidão do cordeiro, até o momento em que possam adentrar os currais do Senhor.

Frederico em seguida ataca, em linguagem similar, um grupo de hereges, os patarinos, dizendo: "Não podemos conter nossa indignação contra homens tão hostis a Deus, a si mesmos e à humanidade. Portanto, empunhemos a espada da justa vingança contra eles". Após continuar com a mesma linguagem inflexível, o imperador diz que os patarinos "devem ser condenados à morte em razão do que defendem. Entregues à sentença das chamas, devem ser queimados vivos à vista do povo. Ninguém," ele continua, "deveria ousar defender essa gente: mas se alguém o fizer, devemos lançar-lhe o merecido fervor da nossa indignação."

Há muitos pontos importantes sobre essa passagem. Em primeiro lugar, quem eram os patarinos? Ao que parece, eram originariamente grupos italianos incentivadores de uma reforma, em uma época em que a Igreja agia para eliminar a simonia (especialmente a venda de cargos eclesiásticos) e outras imoralidades. Em Florença, no século XI, um grupo conhecido por patarinis (provavelmente, o mesmo que os patarinos) foi atuante em criticar abusos do clero e práticas imorais. Eles inicialmente obtiveram o apoio do papado, mas depois passaram a alegar que as ordenações dos padres eram imorais e, portanto, os sacramentos administrados por eles, inválidos.

Os patarinos tornaram-se mais militantes – e mais heterodoxos –, atraindo, assim, seguidores das classes pobres. Começaram a tomar medidas por contra própria, atacando o clero rico – o qual, alegavam, deveria viver na pobreza. Quando o clero não consentia, os patarinos hipocritamente saqueavam suas casas.

Os patarinos também compartilhavam as ideias dos bogomilos, hereges dos Bálcãs que de algum modo tinham relação com os cátaros. Se de fato foi assim, isso explicaria a menção de Frederico, "a morte que tanto desejam", já que os cátaros condenavam a matéria como maligna e buscavam livrar-se dela por meio do suicídio. O tom da passagem revela o caráter de Frederico II, que podia ser cruel, até mesmo sádico e certamente vigoroso em reprimir qualquer desordem dentro do seu reino da Sicília. A queima de pessoas vivas é uma providência particularmente horrível; em outros lugares, no entanto, mesmo quando a queima era utilizada nos casos de hereges notórios, ela geralmente era feita depois que os corpos já haviam sido executados, e não enquanto estavam vivos.

Frederico não foi um bom exemplo de pensamento e comportamento católicos. Ele terminou se transformando em um herege ambicioso que desejava tomar Roma e iniciar sua própria religião (ele quase chegou a fazê-lo, mas isso é outra história). Seu objetivo principal não era a ortodoxia, mas manter a ordem dentro do que pode ser corretamente chamado de seu Estado totalitário da Sicília, assim como se apresentar ao povo como um líder que não tolerava heresias. Essa mistura de zelo religioso (ou desejo de simulá-lo) e preocupação com a ordem dentro de um Estado ou nação era comum na perse-

guição aos hereges; e, se as razões mais importantes eram seculares ou espirituais, era geralmente uma questão discutível.

Fica claro que, na lei siciliana, equiparava-se heresia com traição. Esta seria uma característica da maioria das heresias durante a Idade Média Plena e a Idade Média Tardia. Não havia mais a questão do engano sobre a Trindade ou outro assunto puramente doutrinal, mas a questão dos grupos antissociais cujas ideias e o comportamento minavam a estrutura do Estado. Isso explica o crescente envolvimento do Estado em um assunto que, na Igreja primitiva, seria tratado internamente.

Misericórdia e cuidado pastoral

No século XIII, a tarefa de enfrentar os hereges havia sido delegada às novas ordens mendicantes fundadas por São Domingos e São Francisco de Assis, dedicadas principalmente à pregação da fé. O objetivo dos inquisidores dominicanos e franciscanos era a *conversão* dos hereges e não a sua *exterminação* (seja qual for o sentido da palavra). Há exemplos de inquisidores medievais passando longos períodos explicando a um acusado exatamente onde estava o seu erro, com o intuito de que ele o compreendesse e o rejeitasse. A Inquisição era, portanto, o único tribunal na Europa que absolvia um culpado quando este se arrependia. Eis a principal tarefa do inquisidor: levar ao arrependimento. Ele deveria trazer de volta a ovelha desgarrada e, se não conseguisse fazê-lo, teria falhado no seu objetivo principal. (Em *Montaillou [São Paulo, Companhia das Letras,* 1997] de Emmanuel Le Roy Ladurie, o clássico estudo de

uma investigação de inquisidores em uma vila herética com esse nome, encontramos relatos de um inquisidor que entrevistou hereges durante dias, tentando pacientemente fazê-los enxergar seus erros.)

Punições por professar heresias publicamente e, em especial, por disseminá-las, não eram severas no início do período medieval; elas variavam entre uma peregrinação e o aprisionamento. É preciso dizer que em alguns lugares, especialmente onde se localizava a seita dos cátaros (um caso à parte, como veremos adiante), a hostilidade da população havia sido despertada. Há exemplos em que hereges foram capturados e executados pelas autoridades seculares da região. Em muitos outros locais, no entanto, ao longo de séculos a execução foi uma prática raríssima e até mesmo o aprisionamento foi brando. Há o exemplo de um prisioneiro que cumpria sua pena (provavelmente curta) e adoeceu; seus carcereiros o mandaram para casa, a fim de que se recuperasse e disseram-lhe para retornar quando se sentisse melhor. Outro prisioneiro, que desejava comparecer ao funeral de um parente, obteve permissão para ir com o compromisso de retornar quando pudesse. O sistema parece ser quase displicente.

O aumento do rigor face às heresias

Dois acontecimentos no século XII trouxeram penalidades mais severas. O primeiro foi o renascimento do Direito Romano pelos juristas, o que levou à sua adoção pelos governos da maioria dos Estados europeus. Entre as medidas tomadas estava o uso de tortura no interrogatório (não na punição)

de suspeitos. Conforme a prática se espalhava, ela começou a ser usada também em tribunais da Igreja, apesar de não ser frequente. Mesmo quando a tortura era utilizada nos inquéritos da Igreja, as regras para sua aplicação eram diferentes daquelas da corte secular. Nos tribunais da Igreja, a tortura deveria ser administrada como último recurso na obtenção de informações necessárias e não pôr em risco a vida ou a integridade física do acusado. Esse é um ponto importante, porque muitas vezes se presume que a tortura foi utilizada como *punição* – o que não era o caso nos tribunais católicos. Em séculos posteriores, particularmente nos países protestantes, diversas formas de tortura foram utilizadas como medidas punitivas.

Um dos inquisidores mais famosos, Jacques Fournier (futuro papa Bento XII), que entrevistou cerca de 930 suspeitos de heresia durante sua carreira, nunca utilizou a tortura; obtinha toda informação de que precisava apenas pela interrogação habilidosa, nunca pela força. Ele designava penalidades diversas para os culpados, variando entre fazer uma peregrinação ou usar um crucifixo, até o exílio e o aprisionamento. Ele enviou 42 hereges à execução pelas autoridades seculares. (A Igreja em si não executava; quando se recebia a pena de morte, o criminoso era entregue ao Estado com um pedido de misericórdia. Como o crime, na maioria das vezes, desafiava a autoridade secular de alguma maneira, ou era até mesmo considerado alta traição, o pedido de misericórdia geralmente era ignorado.)

O segundo acontecimento no século XII que levou ao aumento do rigor face às heresias foi a formidável ameaça imposta pela heresia cátara ou albigense, que havia fincado for-

tes raízes no sul da França, após migrar dos Bálcãs da Ásia Ocidental.

O estranho caso dos albigenses

De todas as heresias da história da Igreja, essa certamente foi uma das mais estranhas – e mais perigosas. É frequentemente chamada de heresia Albigensa, da região no sul da França ao redor de Albi, onde ficou temporariamente contida, mas existia há séculos sob diversos disfarces, todos eles versões do mesmo dualismo pagão provavelmente surgido no Oriente Médio. Não era uma heresia, no sentido próprio da palavra, já que esse termo se refere a uma falsa crença que se inicia dentro da Igreja Católica, e não foi esse o caso. Anteriormente conhecida como seita Bogomila, o albigensianismo foi ativo nos Bálcãs durante a Idade das Trevas, espalhando-se pela Itália no mesmo período, sob vários nomes.

Na Idade Média, essa heresia espalhou-se em muitas partes do sul da Europa; ficou mais conhecida como catarismo, o nome da seita que iria se estabelecer na França. Os seus ensinamentos eram extremamente bizarros. Das suas raízes orientais, maniqueístas, herdara um dualismo radical: para eles havia um deus do bem e um deus do mal; o espírito era bom, a matéria era maléfica; a procriação era condenada, por isso as mulheres eram suspeitas (e havia rumores de homossexualismo difundido entre os cátaros.) A autoridade civil não deveria exercer poder sobre um cátaro, sendo assim, ele não deveria fazer nenhum juramento ou outro comprometimento; seu objetivo era tornar-se tão desligado da matéria a ponto de

se tornar um dos "perfeitos", passar fome até à morte e ir aonde quer que os bons cátaros fossem. Ou seja, ele *deveria* ficar sem comer até morrer, mas até mesmo um dos "perfeitos" podia ser tentado a esquecer tudo aquilo, caso ficasse com fome suficiente. Por isso seus "amigos" iriam ajudá-lo a perseverar em manter a fome garantindo-lhe que não comesse nada, mesmo que tivessem de amarrá-lo e sentar em volta dele estimulando-o a prosseguir. (Uma das cenas mais abomináveis descritas em *Montaillou* é a tentativa feita por velhos cátaros de deixar um bebê passar fome – apesar de não ser claro como um bebê podia ser considerado como um dos "perfeitos". Quase no último minuto, a mãe não conseguiu suportar a tentativa de assassinato e tomou seu filho de volta para alimentá-lo.)

Toda essa ideologia parece, no mínimo, tão excêntrica, que é difícil entender como alguém pôde se envolver com ela. O seu sucesso – e de fato ela se espalhou como fogo dentro de algumas províncias do sul da França – parece ter sido causado por uma série de fatores externos. Os missionários cátaros, completamente fanáticos, eram muito astutos em seus discursos. Eles apontavam exemplos de imoralidade no clero católico, os quais não eram poucos no sul da França, e os comparavam com o comportamento de aparente integridade do clero cátaro. Nas suas relações com os reis franceses, apontavam as queixas do sul: os sulinos não eram tratados como cidadãos de segunda classe e tiveram sua autonomia regional e até a independência negada? E não foi a Igreja Católica que uniu os monarcas opressores do norte?

É provável que poucos católicos tenham de fato aderido à doutrina cátara, mas o apelo ao patriotismo ressoou entre

muitos deles, particularmente entre os governantes locais. A. L. Maycock explica no seu livro *The Inquisition*, que a teologia do dualismo cátaro desenvolveu-se à medida que se tornava mais popular e se enraizava no sul da França, assumindo "a forma de uma filosofia antissocial definitiva, visando à destruição absoluta da sociedade." Com o agravamento da situação, o papa Inocêncio III enviou uma delegação de freis da recém-formada ordem dominicana para avaliar a situação na província de Languedoc. Um dos enviados do papa, o próprio São Domingos, ousou repreender um homem que estava trabalhando em um dia santo (uma prática aprovada pela seita) e quase foi assassinado pela população. Em 1207, os fanáticos assassinaram um ancião enviado pelo papa, pois o ancião havia excomungado o conde Raimundo de Toulouse e havia tentado interditar suas terras.

O assassinato trouxe mais punições para Raimundo, que não era um cátaro, e ele logo se reconciliou com a Igreja. O rei da França, enquanto isso, havia organizado o exército contra os albigenses, cujas crenças não apenas eram heréticas, mas ameaçavam a ordem cristã e a obediência à autoridade secular. Além do mais, a adoção da seita por alguns governantes locais no sul da França havia se tornado parte de uma luta pela independência da coroa. A ofensiva do norte é conhecida como a Cruzada Albigense, um evento que ainda é tratado como exemplo de suposto abuso de poder da monarquia — que teria reprimido os "pacatos sulinos" — e de intolerância da Igreja e dos Estados medievais.

Há vários mitos sobre essa cruzada, que durou pouco mais de dois meses – e sobre toda a questão da guerra entre

norte e sul, que continuou por vinte anos. Conta-se, por exemplo, que durante um encontro militar, ouviu-se de um enviado do papa: "Mate-os todos! Deus conhecerá os Seus!" Por mais ridícula que pareça, a "citação" tem sido repetida incessantemente como exemplo de selvageria católica. Essa anedota foi primeiramente encontrada nos escritos de um cronista da cidade de Béziers, que coloca as palavras na boca do enviado do papa. O enviado, no entanto, havia descrito no seu relato como as negociações estavam seguindo pacificamente entre os franceses armados e as autoridades da cidade, quando um grupo de servos desarmados e desgovernados desobedeceu as ordens dos comandantes e atacou a cidade. A situação se tornou incontrolável, e, no final, a cidade foi tomada. No relato do enviado do papa não há indícios das palavras e das atitudes a ele atribuídas; a "citação", ao que parece, foi criada como propaganda a ser usada contra o norte e a Igreja; propaganda repetida desde então.

Foi só no final do século XIII, no reinado de Felipe, o Belo, que Languedoc foi trazida firmemente para o governo da coroa francesa e a França se tornou um país verdadeiramente unido. Os cátaros, no entanto, não haviam desaparecido totalmente; apenas tinham se escondido. Somente no começo do século XIV os elementos sobreviventes do catarismo foram eliminados da região, em grande parte por causa do esforço de Bernard Gui, o famoso inquisdor. Ele interrogou centenas de suspeitos, dos quais 636 foram punidos: quarenta com a morte, trezentos com prisão e o resto com punições leves.

No restante da Europa católica, as heresias também foram perseguidas, começando sempre com tentativas de

persuadir os hereges à retração. A execução foi relativamente rara nos países que registraram estatísticas. Na Inglaterra, entre 1401 e 1485, por exemplo, 11 hereges foram queimados. É possível que outras execuções por traição tenham ocorrido: o tema traição confunde os arquivos em todo lugar; em algumas áreas não se fazia distinção entre rebelião contra ordem espiritual e revolta contra a ordem temporal.

A Inquisição Espanhola

Sem dúvida, a mais conhecida das inquisições, e praticamente sinônimo do termo na mente popular, é a Inquisição Espanhola, que aparece de maneira muito proeminente na propaganda antiespanhola da Lenda Negra, produzida desde a Reforma até hoje. Entretanto, um recente e bem-vindo revisionismo tem sido realizado com a publicação de trabalhos baseados em novas pesquisas, como a do historiador inglês Henry Kamen, *The Spanish Inquisition: a Historical Revision*. Os revisionistas, utilizando os atuais registros da Inquisição Espanhola – em muitos casos, pela primeira vez –, têm ajudado a demolir antigos mitos ainda em voga.

Um desses mitos, espalhado por escritores protestantes ingleses, se refere às torturas sádicas supostamente praticadas pelos inquisidores espanhóis. Descobriu-se que a tortura foi raramente utilizada e, mesmo quando se recorreu a ela, isso se deu de maneira limitada. Em um grupo de 7 mil pessoas apresentadas à Inquisição em Valência, por exemplo, apenas 2% foram torturados, e não por mais de 15 minutos. Execuções eram igualmente raras. Até mesmo as prisões da Inqui-

sição estão muito longe das masmorras representadas em sua mitologia. Conta-se que os prisioneiros prestes a serem julgados nos tribunais seculares deliberadamente faziam algo que os transferisse para a Inquisição, para que fossem mais bem tratados na prisão. Deve-se mencionar também que se permitia a apelação nos julgamentos dos tribunais da Inquisição, e que aqueles que apresentavam falsas acusações eram punidos. (Na questão do direito de apelação, podemos relembrar o julgamento de Joana d'Arc. Julgada por um tribunal totalmente inválido, ela tentou conseguir em honra o seu direito de apelação: "Eu apelo para Roma!" Joana d'Arc não conseguiu, mas o caso ilustra o princípio de apelação.)

A Inquisição Espanhola começou no reinado de Fernando e Isabel, no século XV. É preciso lembrar que a Espanha, ao se tornar um Estado-nação europeu, estava em uma posição diferente dos seus vizinhos: por muito tempo fora ocupada pelos muçulmanos que invadiram a Península Ibérica no final dos séculos VI e VII. A história da Espanha desde a invasão até 1492 foi essencialmente a história da defesa (até, finalmente, a expulsão) contra os conquistadores mouros. Um grande número de muçulmanos fiéis ao Islã, no entanto, havia permanecido na Espanha, e também muitos muçulmanos convertidos ao cristianismo. Havia ainda um grande número de judeus na Península Ibérica, que lá estavam desde os tempos romanos. Na época das invasões mouras, muitos judeus haviam recebido bem os invasores e cooperado com eles, despertando, assim, a hostilidade dos espanhóis. Por outro lado, muitos judeus haviam se convertido à fé católica e desempenhavam papéis importantes na Igreja e no Estado.

Temos, então, na Espanha, na época da unificação sob Fernando e Isabel, vários grupos distintos de habitantes: os espanhóis católicos de descendência visigoda, muçulmanos praticantes, judeus, judeus convertidos e muçulmanos convertidos. O fator complicador, que se tornou um sério problema quando Fernando e Isabel lutavam para unir o país e expulsar os ex-governantes mouros que restavam, era que alguns judeus e muçulmanos convertidos ao catolicismo não eram católicos de verdade. Por razões desconhecidas, eles haviam se convertido exteriormente, mas praticavam em segredo suas religiões originais e apoiavam seus correligionários contra os esforços de unificação dos espanhóis. Eles constituíam, de fato, uma quinta coluna dentro do país em guerra. Foi principalmente para eles, e não para o tipo de hereges que vemos em outros locais, que se voltou a Inquisição Espanhola. Embora a Inquisição fosse essencialmente um tribunal de inquérito da Igreja, na Espanha, ela foi controlada pela coroa, o que causou atritos constantes com o papado.

Quando a unificação foi alcançada e os mouros expulsos de Granada, em 1492, a Inquisição tornou-se menos proeminente nas preocupações do país. Essa situação durou até a Reforma, quando Carlos V e seu filho Felipe II reativaram a instituição dormente, a fim de evitar que o protestantismo ganhasse bases na Espanha. Devemos relembrar que Carlos V, antes de passar o trono para seu filho Felipe II, fora rei espanhol e imperador romano. Carlos mal havia chegado ao trono, em 1519, quando Lutero começou a realizar seus feitos com êxito. Alguns anos antes de se tornar imperador, Carlos teve de lidar com a grande revolução da Guerra dos Camponeses – que tinha sido incitada entre os camponeses alemães por algumas ideias de Lutero –, a

luta entre protestantes e católicos dentro do seu reino e a conquista da vizinha Hungria pelos turco-otomanos. É compreensível que Carlos estivesse aflito com a possibilidade de a terrível desordem e perda de vidas causadas pelos protestantes nas terras alemãs se alastrar até o seu reino. Por isso, a Inquisição permaneceu funcionando na Espanha, mantendo afastados os missionários protestantes que tentavam se infiltrar pelo norte. A presença desse tribunal teve o efeito desejado: ao longo do século XVI, o século da Reforma, a Inquisição Espanhola executou 182 hereges, menos de dois por ano. Em comparação, as perseguições protestantes aos católicos na Inglaterra, na Irlanda, nos Países Baixos e no restante da Europa do Norte, junto com as Guerras Religiosas na França, tiraram 10 mil vidas.

A Inquisição Romana na Itália

Durante o século XVI, um tribunal foi estabelecido em Roma para lidar com a ameaça do protestantismo nos Estados italianos, em Malta e em alguns outros territórios. Esse tribunal também lidou com acusações de bruxaria e outras ofensas contra o ensino e as práticas ortodoxas. Um dos casos mais retratados foi o de Galileu, que será discutido no quinto capítulo deste livro.

A Inquisição na Itália encontrou poucos hereges; pouquíssimos receberam pena de morte. Na República de Veneza, por exemplo, da metade do século XVI até a metade do século XVII, houve quatro execuções dentro de milhares de casos, com quantidades semelhantes (de apenas um algarismo) em toda a península. No decurso da Inquisição italiana, de apro-

ximadamente duzentos anos, algumas dezenas de milhares de casos foram investigados, e um pequeno número (estimado por um historiador italiano em 2%) terminou em sentença de morte. Na metade do século XIX, a inquisição italiana havia praticamente acabado, apesar de continuar sendo atacada por pensadores livres e revolucionários italianos como símbolo de repressão. No restante dos Estados italianos, governos locais haviam encerrado a Inquisição no final do século XVIII.

A justiça na Europa não católica

Durante o mesmo período (séculos XVI e XVII) no restante da Europa, punições por variados crimes incluíam crueldades como arrancar os olhos do criminoso. Até o século XIX, a lei inglesa incluía punições capitais para crimes como roubar um *shilling* ou cortar uma árvore. Na verdade, as falsas ideias modernas sobre o que supostamente acontecia nos tribunais e nas prisões da Inquisição foram elaboradas com base no que se passou no sistema de justiça secular – especialmente na Inglaterra, depois do cisma de Henrique VIII com Roma. Por exemplo, o abominável dispositivo de tortura conhecido como "Dama de ferro", frequentemente associado à Inquisição Espanhola, era na verdade uma estranha prática alemã nunca utilizada pelos espanhóis. Do mesmo modo, o uso de tortura *em inquéritos* pelos tribunais da Inquisição – feito sob limitações estritas e com o propósito de obter informação após todas as outras possibilidades terem se esgotado – é confundido com o uso de tortura como *punição* por alguns tribunais seculares, particularmente no norte da Europa.

A rainha Elisabete I gostava de ler os relatos nauseantes do seu torturador Topcliffe, um especialista em infligir sofrimento às vítimas, especialmente as católicas. Conta-se que, durante o reinado de Elisabete, "o potro nunca ficava parado." O encantador costume inglês de pendurar, afogar e esquartejar um condenado combinava execução com tortura prolongada. Era comum que cavalos levassem a vítima pelas ruas para o local de execução, onde ela era pendurada até que estivesse quase – mas não inteiramente – morta. Então, ela era cortada, desmembrada, e suas vísceras eram fervidas em um caldeirão à vista do povo. Por vezes, ela era amarrada a quatro cavalos que partiam em diferentes direções, despedaçando assim o que dela restava. Não conheço nenhum relato na Inquisição católica que possa duelar com essa crueldade diabólica.

O problema negro da bruxaria

A Inquisição estava interessada principalmente em erros doutrinais contra a fé propagados pelos hereges, não em práticas supersticiosas e bizarras associadas à bruxaria. Esta existia desde muito antes do cristianismo e havia trazido problemas consideráveis para a Igreja primitiva no Império Romano. Feiticeiros populares com muitos seguidores competiam com pregadores cristãos – e em alguns casos até mesmo com santos, por vezes realizando prodígios maiores que os deles. Com a conversão do império, o problema da bruxaria e de outras atividades diabólicas diminuiu muito, mas os missionários que seguiram para as tribos bárbaras do norte da Europa lá o encontraram.

Um fenômeno interessante – e assustador – é a grande semelhança de manifestações de ocultismo em locais que estavam separados geográfica e cronologicamente. Os praticantes de diversos feitiços e outros tipos de "mágica", separados por milhares de quilômetros e alguns séculos, realizavam quase as mesmas práticas, e no entanto não é possível que tivessem feito contato. Essa falta de variedade nas manifestações, a despeito da longa separação, serve como argumento para uma fonte comum, Satanás, e para a peculiar falta de originalidade do anjo das trevas.

Na época em que a conversão da Europa havia sido alcançada, práticas ocultistas tinham se retraído para as margens da vida. Predominava um ceticismo sadio sobre a existência das bruxas. Um antigo rei medieval, possivelmente Santo Alfredo, o Grande, rejeitou a sugestão de que deveria investigar a atividade das bruxas com a explicação, "*Quan non sunt*" – "Não existem mais." No século XIII, a Inquisição era proibida de lidar com casos de bruxaria, pois o foco era a heresia doutrinal e não superstição ou magia negra. Essa atitude prevaleceu ao longo da Era da Fé, mas havia mudado no século XV, quando casos de heresia misturados com ocultismo começaram a surgir. Em muitos episódios, as investigações eram resultado de reclamações populares sobre essas atividades.

No século XVI, a famosa histeria das bruxas tomou conta da Europa do Norte, principalmente em áreas protestantes. Parece ter surgido, em parte, pela obsessão dos protestantes, tais como Lutero, com o diabo. (No século XVIII, muitas seitas protestantes haviam tomado outros rumos, re-

movendo referências ao diabo dos seus catecismos e ritos.) Atribui-se ao século XVI relatos horripilantes de tortura e queima erradamente associados à Inquisição, mas os casos reais foram, em sua maioria, competência de tribunais locais influenciados por histeria popular – e, em todo caso, a Inquisição não operava em áreas protestantes! Onde ela ainda funcionava, na Espanha e na Itália, acusações de bruxaria eram geralmente dispensadas ou resultavam em penalidades leves e poucas execuções.

Dados estatísticos e informações precisas sobre a Inquisição nos períodos da Reforma e da pós-Reforma são difíceis de se obter. O quadro é agravado pela longa confiança de historiadores em fontes contaminadas ou fictícias. O amplamente citado *Malles Maleficarum*, por exemplo, é um relato sinistro de investigações sobre bruxaria por um inquisidor, Heinrich Kramer, que foi censurado e despedido do cargo poucos anos antes de escrever o livro. A suposta aprovação papal da obra está em discussão, e há provas de que mesmo durante sua breve carreira nas salas de tribunal, Kramer foi reprimido pelos juízes por causa dos métodos que utilizava. A obra ainda é encontrada em coleções de fontes primárias usadas em universidades, mas mal pode ser considerada confiável. Outra fonte amplamente usada pelos escritores é uma história da inquisição francesa feita por um falsário chamado Etienne Léon de Lamothe-Langon. Seus relatos detalhados de julgamentos de bruxas e de grande número de execuções foram aceitos como de alto valor e citados por historiadores até os anos 1970. Entretanto, o historiador Norman Cohn notou algo errado e começou

a investigar as credenciais escolares de Lamothe-Langon e os fatos que ele relatou e descobriu que ambos não existiram. Outros falsos relatos históricos foram investigados e desmascarados na mesma década. Moral da história: tenha muita desconfiança de tudo o que foi escrito sobre bruxaria antes dos anos 1970.

As estimativas mais recentes são de que a maioria das execuções por bruxaria, por tribunais locais e seculares, e não eclesiásticos, ocorreram na Alemanha e na Suíça, e somam talvez vinte mil. (Na Irlanda, o número foi exatamente quatro). Ironicamente, ao mesmo tempo em que ocorria o julgamento das bruxas de Salém, em Massachusetts, uma mulher convocada perante o tribunal da Inquisição no México, acusada de bruxaria por alguns padres (possivelmente em resposta aos pedidos dos vizinhos) foi completamente absolvida, e os padres foram reprimidos por serem ingênuos e agirem injustamente. As "bruxas" de Salém não tiveram a sorte de serem investigadas pela Inquisição...

Os benefícios da Inquisição

Vimos que o objetivo original da Inquisição era proteger a pureza da fé nas almas dos fiéis. Está claro que não se deve "tolerar" erros de doutrina que podem colocar em perigo a vida sobrenatural da alma. A destruição da alma sempre foi considerada um mal muito maior que a destruição do corpo. Portanto, hereges que poderiam destruir as almas dos outros deveriam ser convertidos ou impedidos de causar danos, seja

por meio do exílio – ou, como se fez mais tarde, por outras punições que podiam incluir a pena de morte.

O caso dos cátaros, assim como o difícil problema dos falsos convertidos na Espanha, são exemplos em que o papel do Estado ao lidar com as heresias era maior que o da Igreja. Não há dúvida, todavia, que na maioria dos períodos, as diversas inquisições funcionaram, de fato, para o bem das almas. O sinistro dualismo dos cátaros teria certamente triunfado em grande parte da França sem o persistente esforço dos inquisidores e das expedições armadas dos reis franceses. (Até mesmo Henry Charles Lea, o feroz crítico das inquisições em geral, admitiu que, no caso dos cátaros, a Igreja estava do lado dos anjos).

Do mesmo modo, a preservação do catolicismo espanhol, particularmente da infiltração protestante que teria trazido guerras civis e outros desastres – os quais já haviam ocorrido no norte – foi mérito dos inquisidores. Houve inquisidores cruéis em alguns lugares? É claro. Os métodos de investigação são repugnantes à sensibilidade moderna? Sem dúvida – embora métodos piores tenham sido usados em nossa "iluminada" época moderna. Dada sua tarefa formidável de preservar a pureza da fé nas almas cristãs, todavia, o registro geral da Inquisição ao lidar com as heresias não merece apenas ser defendido, mas é admirável.



A ciência no tribunal: a Igreja Católica *versus* Galileu



A mentira: com regularidade, a Igreja tem reprimido a ciência e perseguido cientistas, provando, assim, que suas doutrinas religiosas são incompatíveis com a razão e o conhecimento empírico.

Todos conhecem a versão mais difundida da história de Galileu. Usando um telescópio que inventara, o brilhante astrônomo descobriu que a Terra gira em torno do Sol. A Igreja Católica, sempre hostil à ciência, se opôs a ele por causa de passagens bíblicas que afirmam a imobilidade da Terra. Capturado pela temível Inquisição, Galileu não negou suas descobertas e, por isso, foi preso, torturado e humilhado. Ante uma multidão espremida em um auditório lotado, foi atormentado e ameaçado até confessar que suas ideias eram falsas. Em seguida, recebeu sentença de prisão. Ele saiu da sala da corte cambaleante, arruinado, mas murmurando de maneira desafiadora: "*Eppur, si muove*" ("E, no entanto, ela se move").

Até recentemente, essa era a versão do caso Galileu contada em todos os lugares, por meio de livros didáticos e obras populares de História. Jackson Spielvogel, autor de um texto histórico amplamente usado em faculdades, refere-se às citações de Galileu perante a "sinistra Inquisição". Um filme sobre a história da ciência exibido em um dos museus Smithsonians, em Washington D. C., inclui a dramatização completa do "julgamento", com um tribunal lotado e um cientista assustado.

O mais interessante sobre a lenda – objeto de inventivas variações, pinturas imaginativas e produções literárias – é que ela não existia até o ano de 1760, mais de um século depois da morte de Galileu, em 1642. O final do século XVIII foi o apogeu do Iluminismo, com *philosophes* de vários países buscando atacar a Igreja Católica de todas as formas possíveis: "a coisa infame", como Voltaire a chamava. A lenda de Galileu foi criada para denegrir a Igreja, trazer a público os supostos males da Inquisição e demonstrar quão anticientíficas e antiprogressivas são as religiões.

Uma nova religião havia surgido, aprazível aos intelectuais agnósticos do Iluminismo: a religião da ciência. A nova religião propugnava que a natureza e a ciência deveriam ser a medida de tudo, o padrão para todas as instituições humanas, e a sua nova teologia chamava-se deísmo. O deus deísta havia criado o mundo e colocado as coisas em movimento, mas depois, de modo muito cômodo, não se preocupou com elas e não impôs deveres às suas criaturas. Ele serviu como a causa primeira, que foi útil até os cientistas modernos não sentirem mais necessidade dele. A nova religião tinha seus mitos, e um

deles contava sobre a perseguição de cientistas heroicos por inimigos obscuros. O principal entre esses mitos foi o das obras de Galileu nas mãos da antiga inimiga do progresso: a Igreja.

A Igreja, a ciência e o heliocentrismo

No Capítulo 2, tratamos do papel da Igreja medieval em fomentar a ciência e o progresso. Aqui, abordaremos primeiramente a história da teoria heliocêntrica e a atitude da Igreja no começo da era moderna com relação à ciência e aos cientistas. Em seguida, trataremos daquele que se tornou um dos casos de tribunal mais conhecidos e infames da História.

A principal questão em jogo no drama de Galileu Galilei referia-se ao que ocorre nos céus: se a Terra está parada no centro do universo e o Sol e os planetas orbitam ao seu redor, ou se é a própria Terra que orbita em torno de outros corpos celestes. Para nós, o assunto dificilmente parece ter tanta importância a ponto de inflamar uma furiosa controvérsia (que persiste até hoje). Certamente isso nunca tinha ocorrido antes do século XVI, mas naquela época de descobertas, as ciências naturais – incluindo a astronomia – haviam se tornado a paixão (ou *hobby*) de muitos intelectuais, incluindo monges, cardeais e papas.

Galileu não foi o primeiro a teorizar sobre os céus. Antigos astrônomos gregos haviam desenvolvido teorias sobre o movimento celeste. Ptolomeu, Aristóteles e outros adotaram versões da teoria geocêntrica, que situa a Terra como o centro fixo ao redor do qual os outros corpos do nosso sistema so-

lar orbitam. A versão de Ptolomeu provou ser tão precisa na explicação sobre a posição das estrelas que ainda é útil para fins de navegação: foi uma teoria que teve aplicabilidade. O primeiro defensor conhecido da teoria heliocêntrica – a ideia de que o Sol é o centro do nosso sistema solar – foi Aristarco no século III a.C. O seu novo sistema, no entanto, não foi aceito no mundo grego. Não funcionava para fins práticos tão bem como a teoria de Ptolomeu, e lhe faltavam as órbitas perfeitamente circulares com centros imóveis, que o pensamento grego preferia.

Provavelmente alguns pensadores medievais não estavam satisfeitos com os sistemas de Ptolomeu e Aristóteles, e se encontra uma pista disso em um comentário de São Tomás de Aquino, citado no Capítulo 2, no qual ele diz que não somos obrigados a acreditar nas teorias dos astrônomos, pois poderia haver outras explicações para os movimentos dos corpos celestes. Os últimos físicos da Idade Média, como Jean Buridan, em cujo trabalho Newton se baseou, provavelmente tiveram as mesmas reservas.

Foi somente na época de Copérnico, no começo do século XVI, que a teoria heliocêntrica foi novamente trazida à tona, elaborada e publicada. Nicolau Copérnico foi um clérigo polonês, um cônego envolvido em administração eclesiástica e também professor formado em direito e medicina. A teoria dele situava o Sol, e não a Terra, no centro do universo. Copérnico e seus superiores religiosos estavam conscientes de que certas referências bíblicas aos Céus pareciam ser baseadas na imobilidade da Terra e no movimento do Sol e das estrelas ao redor da Terra. Apoiar uma teoria científica que pudesse

ser vista como contraditória às Escrituras era algo delicado; contudo, geralmente aceitava-se que boa parte das Escrituras possuía outros sentidos além daquele estritamente literal.

Um dos críticos mais virulentos de Copérnico foi Martinho Lutero, que não mediu palavras em suas críticas. Chamando Copérnico de "tolo", Lutero notava que, na Bíblia, Josué "ordenou que o Sol parasse, e não a Terra." Outros críticos defendiam que a Terra não podia se mover no espaço tão rápido como Copérnico dissera, por causa do seu tamanho, e que, se a Terra estivesse rodando, isso deveria resultar em movimento traseiro na queda de objetos, em vez de queda diretamente para baixo, partindo do ponto do qual os objetos foram jogados. Eles questionavam como a Lua podia orbitar a Terra e o Sol ao mesmo tempo, e se perguntavam por que as coisas simplesmente não caíam com a movimentação da Terra. Essas não eram perguntas estúpidas, e algumas delas só seriam respondidas no século seguinte, quando Newton analisou o conceito de gravidade e o aplicou à astronomia. Enquanto isso, Joahannes Kepler, baseando-se nas observações do astrônomo dinarmaquês Tycho Brahe, refinaria a teoria de Copérnico para torná-la mais plausível (isso causou a ira de protestantes da Universidade de Tübingen, a ponto de Kepler ter de pedir refúgio aos jesuítas em 1596.)

Na época de Galileu, o começo do século XVII, as ciências naturais haviam se tornado quase uma moda entre acadêmicos e intelectuais. Todos – desde professores jesuítas, o papa e os membros da cúria – pareciam se interessar por elas, especialmente pela astronomia. Estudiosos seculares e clericais estavam fascinados pelas novas descobertas científicas, e

vale a pena lembrar aqui que essas ciências haviam florescido no Ocidente ao longo de toda a Idade Média e continuaram na época de Copérnico e Kepler com o apoio e patrocínio da Igreja Católica. Entra em cena Galileu.

Um conto de dois florentinos

O papa Urbano VIII e Galileu eram de Florença, ambos formados em astronomia. Os dois tinham personalidades fortes e temperamentos saudáveis. Galileu, em particular, não era nada diplomático quando achava que estava certo sobre algo e podia ser teimoso quando alguém tentava corrigi-lo (como tentou seu amigo, o papa Urbano, sobre a questão do movimento das marés.) Estudiosos têm observado que Galileu não descobriu as manchas solares (o astrônomo Johannes Fabricius o fez); que ele não inventou, apenas aperfeiçoou o telescópio; e que a sua opinião sobre os cometas serem ilusões óticas estava errada. Mais recentemente, acadêmicos se interessaram em exumar os restos mortais de Galileu para tentar descobrir quão ruim era o seu problema de vista, e quão responsável ele foi por alguns dos erros que cometeu, entre os quais, a sua teoria a respeito da forma de Saturno e a ideia de que os anéis desse planeta eram luas.

Galileu se envolveu em controvérsias sobre uma vasta gama de questões. Quando começou a defender a teoria copernicana como um fato, ele foi recebido não só com ceticismo científico, mas também com o problema daquelas passagens bíblicas que aparentavam contradizer a teoria. Convencido de que tinha razão, como sempre, e impaciente com os céticos,

Galileu foi a Roma tentar obter apoio e patrocínio dos altos postos da sociedade e da Igreja, incluindo seu admirador, o papa. A sua pregação pública do heliocentrismo, no entanto, irritou os párocos, que temiam que a fé de seus rebanhos fosse perturbada. O papa tentou convencer o seu obstinado amigo a admitir que a teoria copernicana era apenas uma teoria; embora a Bíblia não intentasse ensinar ciência, isso seria necessário para evitar a aparência de contradizer as Escrituras. (Outra possibilidade, de acordo com algumas fontes, é que o papado – ainda ansioso para curar a ruptura protestante – estivesse preocupado em não aparentar dar apoio a uma ideia que escandalizasse os luteranos e calvinistas.) Outra questão era o fato de que a versão de Galileu sobre o movimento celeste incluiu detalhes, tais como o movimento circular perfeito dos planetas, que não satisfez outros astrônomos, por motivos técnicos. Além do mais, a teoria de Tycho Brahe não fora desaprovada; talvez ela estivesse mais perto da verdade do que a teoria do florentino.

Galileu, todavia, parecia ter pouca sensibilidade com a delicadeza da questão e partiu para a ofensiva de duas maneiras desastrosas. Ele mesmo relatou em uma carta como havia lidado com a controvérsia durante uma festa em uma casa elegante. "Comecei," ele gabava-se, "a bancar o teólogo." Os seus inimigos estavam usando as Escrituras contra ele? *Ele* podia interpretar as Escrituras também, e demonstraria que, na verdade, as Escrituras apoiavam *ele* e não os seus oponentes. Assim, Galileu afirmou o direito de decidir o significado das Escrituras à luz da sua teoria não comprovada – o que não está muito longe da prática protestante da interpretação par-

ticular. Ele foi além e publicou um diálogo fictício entre um personagem que adotava a sua visão, e um tolo ("Simplício"), que apoiava Aristóteles, e ousou colocar as palavras do papa Urbano na boca do tolo. Galileu havia dado aos seus oponentes motivos mais que suficientes para que tomassem alguma providência contra ele.

O lendário julgamento

"Houve apenas um julgamento de Galileu" escreve a escritora americana Dava Sobel em *A filha de Galileu (São Paulo, Companhia das Letras, 2000)*, "e ainda assim parece que houve milhares". Esse breve episódio de 1633 tornou-se lendário e infame. Muitos anos haviam se passado desde que o agitador florentino criara tanta confusão insistindo na absoluta verdade dessa teoria. Nesse ínterim, a praga bubônica havia retornado à Itália, levando muitos à morte, muitos a adoecer gravemente e outros a fugir de suas regiões para áreas não contaminadas. A Guerra dos Trinta Anos – um conflito internacional devastador que, de diversos modos, foi um presságio sinistro da Primeira Guerra Mundial – durou de 1618 até 1648, preocupando o papado e o resto da Europa. Ainda assim, tentativas foram feitas, desde 1616, para encontrar uma fórmula de resolver o impasse com Galileu.

São Roberto Belarmino, cardeal e amigo de Galileu, deixou claro que já que a teoria do astrônomo não havia sido provada, precisaria ser tratada apenas como uma hipótese. Ele escreve:

> Se houvesse um prova concludente de que Sol está no centro do universo e a Terra está no terceiro céu, e que o Sol não circula a Terra, mas a Terra circula o Sol, precisaríamos proceder com grande cautela ao explicarmos as Escrituras, que parecem afirmar o contrário. Precisaríamos dizer que nós não as entendemos, em vez de dizer que o seu conteúdo é falso. Mas, só acreditarei em tal prova quando me for mostrada.

Não é preciso dizer que tal prova nunca lhe foi mostrada porque Galileu realmente não a tinha. (As opiniões variam a respeito de quando – se alguma vez – a teoria heliocêntrica foi satisfatoriamente demonstrada. Várias descobertas do século XIX são geralmente mencionadas como comprovantes, embora eu não saiba se a teoria da relatividade afete as "provas". Para uma leiga em ciência como eu, também parece estranho que a teoria geocêntrica ainda seja usada para navegação, incluindo navegação espacial.)

Na época em que o "julgamento" ocorreu, Galileu estava nos seus 70 anos e a sua saúde não era das melhores. Ele nunca foi torturado ou sofreu ameaça de tortura. Ele nunca foi preso; enquanto estava em Roma, morou primeiro na embaixada florentina e depois em um apartamento no palácio do Vaticano, acompanhado de um empregado. A sua comida e o seu vinho eram fornecidos pela embaixada. Não houve uma imensa sala de tribunal cheia de inimigos; estiveram presentes Galileu, dois oficiais e um secretário. O relato dos oficiais foi, em seguida, submetido a um tribunal de dez cardeais, dos quais três se recusaram a votar.

Por que a Igreja foi tão longe para obter uma retratação de Galileu? Houve uma série de razões, algumas delas de maior peso que outras. Não há duvidas de que o escárnio público do papa, no *Diálogo* que Galileu publicou em 1632, havia desagradado Urbano, especialmente porque vinha sendo solicitado ao autor repetidamente, desde 1616, a parar de ensinar sua teoria como fato – e ele, no entanto, insistia em apresentar outra justificativa para ela. Razões mais importantes para silenciá-lo incluíam as que foram mencionadas anteriormente: aborrecer a crença de pessoas simples que foram, de algum modo, perturbadas com a noção de que as verdades da Bíblia haviam sido desaprovadas pela ciência; o dano causado às tentativas de reconciliação com os protestantes por causa da impressão passada por Galileu de que os católicos não aceitavam verdades bíblicas; a depreciação de autoridades científicas e filosóficas como Aristóteles, cujo pensamento era muito estimado pela escolaridade cristã; a possibilidade da existência de uma teoria alternativa que pudesse ser tão plausível como as outras. Neste último ponto, o escritor e jornalista Arthur Koestler em *The Sleepwalkers*, observa que a teoria de Galileu incluía detalhes errados, que certamente não haviam sido comprovados; caso o autor tivesse conseguido mobilizar a autoridade eclesiástica a seu favor, a Igreja seria, então, atacada por sua credulidade. O filósofo da ciência Paul Feyerabend observa corretamente que: "A Igreja no tempo de Galileu aderiu muito mais à razão que o próprio Galileu."

Galileu se retratou e recebeu sentença de detenção. Em razão da sua idade e saúde, a sua pena seria um tipo de prisão domiciliar: ele devia ir para sua casa na Toscana e lá perma-

necer. Descartes observa que esta foi somente a ação disciplinar de uma comissão, não ratificada pelo papa. Na sua casa confortável, Galileu passou os últimos dez anos de sua vida, produzindo o que talvez seja a sua melhor obra: um trabalho sobre física, não astronomia. Ele foi muito melhor físico que astrônomo, e Newton aproveitou o seu trabalho sobre movimento e gravidade. Por fim, Galileu não disse "E, no entanto, ela se move", ao deixar a sala do tribunal. Não há registros da época que relatem sobre isso; a afirmação aparece em um livro sobre Galileu escrito mais de um século depois.[6]

Depois do julgamento, a lenda

A mentira afirma que a Igreja continuou a perseguir aquele pobre velho mesmo depois de sua morte: seus livros foram recolhidos, sua reputação continuou a ser difamada e o papado, vingativo, nunca se contentou com sua grande descoberta – e que tudo isso demonstra a irreconciliável hostilidade entre ciência e religião, assim como a permanente estreiteza de pensamento da estrutura de poder da Igreja Católica e da Inquisição.

É claro que nada disso é verdade. No século seguinte ao do julgamento, o papa Bento XIV aprovou a publicação de uma edição completa das obras de Galileu, garantindo-lhe o Imprimatur. E hoje nós certamente não temos motivos para pedir desculpas pela condenação de Galileu. Os muitos anos

6 *É possível que Galileu tenha dito essas palavras e que o relato, portanto, foi passado adiante de boca em boca por mais de um século até que tenha sido registrado, mas não há indícios disso.*

que se passaram entre o tempo em que ele primeiro surgiu na cena romana e o seu "julgamento" foram gastos em longos diálogos entre outros astrônomos e Galileu, entre o papa e Galileu, e entre o cardeal Belarmino e Galileu. Essas conversas orais e escritas eram geralmente conduzidas, ao menos do lado dos astrônomos e do clero, de maneira razoável e moderada. Toda a vanglória, a extravagância e o sarcasmo encontram-se do lado de Galileu. É fácil ver como ele ficava nervoso com seus críticos, especialmente em razão do seu talento para o escárnio. Em virtude dos sentimentos de irritação que ele despertou nos alvos de sua zombaria, é talvez surpreendente que tenha recebido apenas uma leve punição simbólica. Pode-se perguntar também se esse excelente trabalho em física seria completado, caso lhe fosse permitido continuar promovendo sua versão do heliocentrismo. Seria uma grande ironia se o "julgamento" de Galileu fosse o responsável por suas melhores contribuições à ciência.

Galileu hoje

O tema simplesmente não vai desaparecer. Um artigo on-line, *God and Science: An Inner Conflict*,[7] de 15 de janeiro de 2009, analisou a questão da possível existência de uma oposição inerente em nossos cérebros entre o conceito de Deus e os ensinamentos da ciência. Um estudo recente monitorou as reações automáticas de pessoas sujeitas a testes de exposição subliminar às palavras "Deus" e "ciência", e concluiu

7 Disponível em: http://www.livescience.com/culture/090115-god-science.html

que o cérebro humano é incapaz de processar simultaneamente dois conceitos tão contraditórios; supostamente, só podemos acreditar em um de cada vez. O estudo tem sido criticado, e um historiador sugeriu que se as pessoas tendem a achar que Deus e ciência são incompatíveis, isso não ocorre por causa de uma oposição inerente em nosso cérebro, mas porque fomos condicionados por nossa cultura a *pensar* que tal conflito existe. Um dos pesquisadores concordou, mas argumentou que essa aparente contradição entre Deus e ciência se tornou parte de nossa "estrutura de entendimento," desde as publicações do século XIX citando – advinha o quê? – o caso Galileu.

Naturalmente, o artigo começa errado, afirmando que a Igreja ensinava que a Terra era o centro do universo (ela não o fazia) e em seguida elogiando Galileu, apontando que ele havia sido "completamente redimido," seja lá o que isso significa. Não há nenhuma menção ao fato de que Galileu foi incapaz de provar suas afirmações dogmáticas, ou que caso a Igreja tivesse apoiado uma teoria não comprovada que acabou se revelando equivocada, ela certamente seria culpada por isso. Uma recente história de jornal a respeito da investigação sobre o problema de vista de Galileu refere-se ao "estresse" que ele sofreu, em virtude de ter sido levado a julgamento porque a teoria copernicana contradizia a Bíblia – como se a Igreja fosse responsável pela deterioração de sua vista e, portanto, por seus erros em observações astronômicas. É claro que o problema não era a *teoria* copernicana, a qual o próprio Copérnico recebera aprovação eclesiástica para publicar, mas a insistência

de Galileu em afirmar que ela havia sido provada e que ele era o homem que a havia provado.

Cui Bono? (A quem beneficia?)

O que ganha o caso Galileu ao ser ressuscitado em publicações todos os anos? Quem lucra com isso? Obviamente, os autores de livros sobre a oposição incontornável entre ciência e religião. Geralmente, eles são autores conhecidos e o que escrevem vende bastante. Os que conhecem a verdade também escrevem livros e artigos, mas a maré não está a seu favor e suas vendas são sempre modestas. Uma série de trabalhos recentes sobre o velho e querido Galileu e sobre como ele foi perseguido pela Inquisição foi escrita para os jovens, que terão, assim, os seus cérebros condicionados a pensar, ciência: bom; religião: ruim; desde o começo. Além dos autores e livreiros, os inimigos da Igreja e os adoradores da ciência certamente têm interesse em preservar os relatos parciais e tendenciosos do caso perante o público: eles assim têm feito desde o Iluminismo.

O que certamente não ajudou foi o fato de um papa recente ter feito um pedido público de desculpas pelo tratamento dado a Galileu pela Igreja.[8] Em 1979, o papa João Paulo II ordenou que se fizesse uma revisão do caso Galileu. Uma comissão composta por integrantes de diversas seções foi montada, encabeçada pelo Cardeal Poupard, que recomendou

---

8 *Um padre douto que falava para uma de minhas turmas comentou, "soube que o papa pediu desculpas pelo caso Galileu. Eu gostaria de pedir desculpas pelas desculpas do papa."*

a confissão franca da Igreja sobre sua má interpretação de Galileu. O papa, no entanto, parecia ter notado com exatidão o erro original de Galileu, quando este apresentou uma hipótese como um fato. Na cerimônia de reabilitação, desculpas, ou seja lá como se queira chamá-la, o papa relembrou que Galileu já havia há muito tempo sido reabilitado, em virtude do Imprimatur em suas obras. (Poderíamos perguntar: se assim foi, por que fazer tudo novamente?) O papa esclareceu que "o problema fundamental desse caso toca a natureza da ciência e a mensagem da fé. Portanto, não podemos descartar a possibilidade de que uma situação semelhante possa reaparecer. Isso exigirá que ambos os lados tenham o devido conhecimento sobre o alcance e as limitações de suas respectivas áreas." No meu entender, a comissão que julgou Galileu estava bem informada sobre as limitações das respectivas áreas, e foi isso o que motivou o julgamento. Foi Galileu que não as aceitou. Em todo caso, esta declaração evasiva do papa foi anunciada na mídia por todo o mundo como um pedido de perdão que reconhecia o "erro" da Igreja por ter condenado Galileu.

Uma tática importante que vem sendo usada para atacar a Igreja no campo científico, reforçando a mentira de que religião e ciência são incompatíveis, é a redefinição de questões morais ou dogmáticas como sendo meramente "científicas," tornando, assim, a posição da Igreja sobre elas como "anticientíficas." Por conseguinte, a oposição da Igreja ao aborto é condenada como hostilidade à saúde da mulher, a qual é, obviamente, uma questão de ciência médica. A oposição da Igreja aos métodos anticoncepcionais e ao homossexualismo mostra claramente uma oposição obstinada às conclusões científicas

de especialistas em fisiologia humana, psicologia, biologia e uma vez mais, em "saúde." Nós, católicos, somos "anticientíficos" novamente em nossa rejeição da fertilização *in-vitro* e da pesquisa de células-tronco, clonagem humana e eutanásia para os doentes terminais. Para os seus seguidores mais fervorosos, a ciência – o cientificismo – é a única religião racional, uma religião em que os cientistas são os altos sacerdotes, e em cuja concepção os católicos são os piores hereges. Galileu se livrou muito mais facilmente do julgamento da Igreja do que nós estamos nos livrando do julgamento dos inquisidores da ciência.

O verdadeiro alvo: Deus

O alvo, para muitos desses altos sacerdotes, porém, não é mais simplesmente a Igreja em si e a maneira como ela lidou com um caso de tribunal. Desde o século XVIII, o próprio Deus tem sido atacado em nome da ciência moderna e de seu universo mecanicista. Como escreve o historiador Carl L. Becker em *The Heavenly City of the Eighteenth Century Philosophers*, "obviamente, os discípulos da filosofia newtoniana não deixaram de cultuá-la. Eles apenas deram uma nova forma e nome ao objeto de culto. Ao desnaturar Deus, deificaram a natureza." No século XIX, vemos Charles Darwin argumentando contra Deus em seus escritos com persistência surpreendente. Cornelius Hunter, em seu livro *Darwin's God and the Problem of Evil*, documentou esse esforço de Darwin, notando quantas vezes ele insiste que "Deus não teria feito dessa maneira", quando se depara com algum progresso na natureza que não se encai-

xe na sua ideia de um tipo de divindade vitoriana organizada que não toleraria desperdício e ineficiência no mundo natural. Quanto mais ele elaborava sua teoria de evolução cega para justificar a origem e o desenvolvimento das coisas, mais difícil ficava preservar a fé em um Deus que não se encaixava nessa teoria. Não se sabe exatamente no que Darwin acreditava em seus últimos dias de vida.

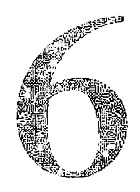
Atualmente os neodarwinistas continuam preocupados com Deus e estão sempre à procura de novas maneiras de depreciá-Lo. Em uma entrevista a uma estação de rádio nacional em 2002, o falecido biólogo e celebrado ateu Stephen Jay Gould foi perguntado sobre uma descoberta recente em astronomia. Após descrever a descoberta, o entrevistador perguntou a Gould o que ela significava. Foi uma pergunta comum, mas a resposta de Gould foi extraordinária. "O que a descoberta significa", ele respondeu, "é que Deus ou é incompetente, idiota ou não existe". Esse foi um escárnio que não tinha nada a ver com a ciência, mas tinha tudo a ver com a obsessão de Gould por Deus. Três semanas depois Gould morreu; presume-se que agora ele deva saber a resposta.

Para os novos cientistas ateus, o caso Galileu ainda está vivo, como nota David Berlinski no seu excelente livro, *The Devil's Delusion: Atheism and its Scientific Pretensions*: "Mais do que Isaac Newton – implacável, remoto, incompreensível no seu gênio –, Galileu Galilei entrou para a vida contemporânea como o próprio espírito e símbolo de uma maneira de pensamento." Berlinski também observa, no entanto, que a ciência mudou: "o longo momento de Galileu na história do pensamento está chegando ao fim."

Resultados duradouros

Retornando ao famoso caso: a Igreja estava certa ao exigir mais provas do que as meras declarações de Galileu, e Galileu estava errado ao tentar fazer de uma hipótese um fato. Quais são os resultados duradouros do caso Galileu? Em parte, por causa de Galileu, nossos cérebros estão agora condicionados a pressupor que existe uma oposição entre a ciência e o Deus que a criou. Além disso, muitos cientistas modernos parecem obcecados em menosprezar qualquer ligação entre Deus e Sua criação. Galileu não iria de maneira alguma gostar disso.

Uma Igreja corrompida até o topo



A mentira: a Reforma Protestante foi necessária, pois a Igreja Católica estava inteiramente corrompida por imoralidade e falsa doutrina.

A mentira apresentada neste capítulo, assim como outras mentiras históricas, já foi refutada por pesquisas de estudiosos católicos e não católicos. O problema é que a pesquisa erudita, cuidadosamente conduzida e amparada por numerosas notas de rodapé não é muito atrativa ao leitor comum. Há, no entanto, algumas obras sobre o assunto – de protestantes e católicos – que são de leitura mais fácil e expõem o tema de modo imparcial. Algumas serão mencionadas neste capítulo, outras estão incluídas na bibliografia indicada no Apêndice 2.

Para resumir, a versão popular desta mentira é a seguinte: a Reforma era inevitável. (Até mesmo o historiador de arte Sir Kenneth Clark, em sua série de filmes *Civilisation*, diz, "ela tinha que vir.") No século XVI, a situação na Igreja Católica era intolerável e alguém tinha de fazer alguma coisa. Felizmente, apareceram benfeitores da humanidade como Martinho Lutero, João Calvino e Henrique VIII, dispostos a cum-

prir a tarefa de purificar o cristianismo que, há séculos, vinha sendo corrompido pela ganância e superstição dos católicos.

O clero católico era ignorante e moralmente corrupto; vivia em concubinato ou até mesmo em libertinagem e vendia indulgências pelos pecados (ver as características dessas indulgências em *Contos de Cantuária [Lisboa, Publicações Europa-América, 1992]*, de Geoffrey Chaucer). Os mosteiros eram fossas de iniquidade. Nos níveis mais altos, os clérigos compravam e vendiam seus cargos e influências política e eclesiástica. Os papas levavam vidas imorais, em grande luxo, preocupados principalmente com questões políticas. Viviam como príncipes mundanos. Os leigos eram miseráveis ignorantes, prejudicados pelos dízimos e tributos infligidos pelo clero e devotos de superstições que lhes eram ensinadas sob o pretexto de doutrina. Dificilmente poderiam viver como seres humanos racionais, em razão da sua preocupação com relíquias e com o pós-morte e de práticas arcaicas como a Missa.

Entretanto, a corrupção da Igreja era mais evidente na sua doutrina. A vida dos sacerdotes não apenas não se assemelhava em nada à vida dos apóstolos, mas o que eles ensinavam não se baseava nas Escrituras. Indulgências, por exemplo, certamente não estão na Bíblia; todavia, foram uma grande fonte de lucro para o clero corrupto. A Igreja Católica como um todo, com sua misteriosa liturgia, sacramentos mágicos e doutrinas incompreensíveis, não tinha semelhança alguma com aquelas simples comunidades cristãs sobre as quais lemos na Bíblia. Já que, então, a Igreja Católica era incapaz de reformar a si mesma – o concílio chamado de reformista, realizado no século XVI (Quinto Concílio de Latrão) não realizou absolu-

tamente nada –, era o momento de os cristãos devotos, que sabiam o que significava o verdadeiro cristianismo, iniciarem uma mudança radical e uma limpeza completa.

Essa é a história da grande Reforma contada pelos protestantes. Como escreveu um historiador protestante francês, E.G. Leonard, em *The Reformation: Revival or Revolution*, editado por W. Standford Reid:

> (...) os protestantes afirmaram por muito tempo, e ainda o fazem ocasionalmente, que a Reforma foi uma reação contra a falta de moral dos padres e os abusos do papado; essa visão baseia-se em um escrito tardio de Lutero, no qual ele afirma que sua revolta começara a partir do momento em que, durante sua visita a Itália, descobriu o horror das práticas vergonhosas de Roma.

Will Durant, no volume sobre a Reforma da sua obra *História da civilização*, aproveita a oportunidade para pintar uma imagem sensacionalista de corrupção generalizada dentro do clero e ainda acrescenta, de maneira maliciosa e astuta,

> precisamos ser justos com aqueles padres luxuriosos e levar em conta que o concubinato sacerdotal não era devassidão, mas sim uma rebelião quase geral contra a regra do celibato, imposta pelo papa Gregório VII a um clero que não a queria.

Ele chama o celibato de "uma regra arbitrária desconhecida dos apóstolos e do cristianismo oriental".

Jack L. Arnold, do Third Millenium Ministers, resume de forma sucinta em seu website[9] a descrição convencional do protestantismo evangélico sobre a Era da Reforma:

> A Igreja Católica Romana estava teologicamente doente e sua teologia havia gerado uma corrupção atroz. Estava espiritualmente exausta, debilitada e quase sem vida. Roma se afastara dos ensinamentos da Bíblia e estava mergulhada em heresia.

Em outro site, www.justforcatholics.org, lemos sobre aquela época: "a Igreja Católica desceu ao fundo dos infernos em matéria de corrupção, ganância, superstição, arrogância e imoralidade."

Essa visão parece estar consolidada de tal modo na psique moderna que se torna imune a qualquer relato diferente. E não são apenas os interessados em perpetuar as 33 mil ou mais seitas que foram criadas desde a Reforma, todas trazendo o selo "cristão", que continuam a papaguear a coleção de mentiras listadas anteriormente. Até mesmo trabalhos acadêmicos são frequentemente contaminados. Isso levou um crítico literário, ao analisar um dos melhores estudos recentes sobre a Reforma (*The European Reformation*, do professor Euan Cameron), a observar que: "é revigorante encontrar uma obra que não comece com a premissa de que o protestantismo era inevitável ou até mesmo desejado pelos leigos."

Quanto aos pastores e fiéis das seitas protestantes, eles estão naturalmente predispostos a aceitar a versão da Histó-

9 *Disponível em: http://www.thirdmill.org/newfiles/jac_arnold/CH.Arnold.RTM.1.html.*

ria que lhes é ensinada por seus livros e seminários e, depois, transmitem-nas ao seu rebanho. Anos atrás, perguntei a uma aluna minha onde ela havia aprendido uma determinada mentira sobre a Igreja, que escrevera em um trabalho, e ela respondeu que fora na escola dominical. Expliquei-lhe pacientemente os fatos, mas foi em vão. Da mesma maneira que muitos protestantes, ela simplesmente *sabia* que a Igreja Católica estava completamente corrompida antes de Lutero e companhia, e as provas em contrário simplesmente entravam por um ouvido e saíam pelo outro.

Suponho que muitos protestantes se prendem a essa ideia porque ela justifica a sua existência. Se a Igreja Católica não fosse (e continua sendo, é claro) tão corrupta e maléfica, qual seria a razão para se criar novas igrejas? Os secularistas, naturalmente, alegram-se em comprar qualquer versão da História que denigra a Igreja. Em razão do estreitamento mental dessas pessoas, o estudo imparcial da Igreja Católica pré-Reforma é muito raro.

E quanto aos católicos? Aqui, a situação é também muito ruim. Os mitos reformistas são parte da cultura americana, e apenas uma minoria de católicos não foi afetada por eles. A má formação também tem culpa: vinte anos atrás, quando eu havia começado a dar aulas, alguns de meus alunos católicos diziam ter aprendido mais sobre religião comigo que nas escolas católicas ou em aulas de educação religiosa. E eu acredito neles; a qualidade da catequese e educação histórica nas escolas católicas e outras instituições passou por um declínio abissal nos anos 1960 e ainda apresenta um nível muito irregular. Os católicos de hoje estão dispostos a acreditar em qualquer

bobagem sobre a Igreja que encontrem em livros didáticos, na mídia ou no ar que respiram.

Se, portanto, protestantes e católicos compram as mentiras sobre a Reforma, o que podemos fazer? Primeiramente, devemos ter certeza de que conhecemos os fatos. Em seguida, precisamos entender a razão pela qual poucos avanços são feitos na luta contra as mentiras da História – não somente nessa questão – e tentar lidar de maneira caridosa com os obstáculos que encontramos.

O fenômeno complexo conhecido por Reforma não veio do nada. Foi precedido por mil e quinhentos anos de civilização cristã, desde as primeiras comunidades de fiéis dentro do Império Romano, passando pela lenta conversão da Europa bárbara, até chegar à desenvolvida civilização da Idade Média. Como discutimos anteriormente, o período medieval viu o esplêndido desenvolvimento da cultura, da educação, dos serviços sociais, das instituições políticas e econômicas, e contou com grande número de santos que atuaram em diversos âmbitos da vida.

Os conturbados séculos que precederam a Reforma

Os dois séculos anteriores ao século XVI, o século da Reforma, foram pontuados por desastres de vários tipos. A Guerra dos Cem Anos havia minado a energia de duas grandes potências, Inglaterra e França. Havia devastado particularmente a França, outrora o centro do pensamento e cultura europeus. Mudanças climáticas no começo do século XIV trouxeram penúrias debilitantes, e a estas se seguiu a grande

pandemia famosa até os tempos modernos: a Peste Negra, que trouxe consigo discórdia social e declínio moral. De acordo com um cronista da época, após a praga seguiu-se uma baixa na qualidade (assim como na quantidade, em muitos locais) do clero e dos religiosos. Conforme a doença se espalhava, os padres e os religiosos, bondosos e dedicados, cuidavam dos doentes e enterravam os mortos – contraindo assim a doença e morrendo logo depois. Os não tão dedicados, no entanto, fugiam para áreas isoladas, onde conseguiam sobreviver. Eles retornaram quando a praga havia acabado para ocupar a vaga deixada pelos padres heroicos que haviam morrido.

O papado também passou por crises sucessivas durante aquele período negro. Primeiro foi a amarga disputa entre o papa Bonifácio VIII – que não foi um exemplo brilhante de pontífice – e a coroa francesa, sobre a tributação do clero, o que levou a um confronto entre o papa, uma delegação francesa e um grupo de inimigos políticos italianos do papa. Qual deles (provavelmente os italianos) realmente colocou as mãos no velho pontífice e o agrediu no escritório de sua casa de férias? Não se sabe, mas ele retornou a Roma muito abalado e morreu pouco tempo depois do incidente. O papa seguinte, um francês, nunca saiu da França e estabeleceu a corte papal em Avignon, onde ela permaneceu por quase setenta anos. A mudança fazia sentido por certos ângulos, mas não havia como fugir do fato de que esse sucessor de Pedro havia deixado Roma; a cristandade estava escandalizada. (Lembre-se de que a guerra, a praga e a desagradável mudança climática ocorriam na mesma época.)

Em Avignon, o governo da Igreja foi muitas vezes dirigido com eficiência, mas a situação anômala impediu a realização de grandes planos como a convocação de um concílio para lidar com os formidáveis problemas da época. Como observa o historiador Christopher Dawson, em *The Dividing of Christendom*, a eficiência do sistema de tributação implantado pelo papado de Avignon andou de mãos dadas com o declínio de seu prestígio e poder dentro da cristandade, pois o papado aumentava escandalosamente a sua riqueza e crescia em secularismo. Por fim, em grande parte por causa do "puxão de orelhas" (palavras do papa) de Santa Catarina de Sena, o papa Gregório XI retornou a Roma, em 1337. Agora a vida e a atividade da Igreja poderiam voltar ao normal – exceto pelo fato de que a guerra ainda estava em curso, os turcos invadiam as regiões costeiras e o deslocamento do papado continuava a afetar muitas áreas da vida europeia.

A volta à normalidade não ocorreu. O papa morreu logo após o retorno a Roma, e o papa eleito em seguida foi rapidamente rejeitado por um grupo de cardeais – que tinha segundas intenções –, após terem visto o tipo de reformista rígido que ele seria. Eles decidiram que não o queriam e elegeram outro papa. Assim, começou o Grande Cisma do Ocidente, que continuou até o século seguinte, produzindo dois e, por vezes, três demandantes do trono papal, cada um com suas próprias cortes e grupos de cardeais. Poucos na Europa sabiam quem era o verdadeiro papa e havia santos em lados opostos da disputa. Além do mais, como observa Dawson, o escândalo do papado de Avignon não fora eliminado; pelo contrário, era du-

plicado ou até triplicado, dependendo do número de cortes "papais" que existissem ao mesmo tempo.

No início do século XV, a situação deu sinais de melhora. A Guerra dos Cem Anos terminou com Joana d'Arc ajudando a expulsar os ingleses e com a vitória dos franceses após a morte dela (os ingleses voltaram para casa, a fim de iniciar a Guerra das Rosas), e o Concílio de Basileia finalmente acabou com o Cisma do Ocidente. Alguns membros do concílio, no entanto, começaram a argumentar que, por terem resolvido o problema dos reis papas (ao escolher um deles), o concílio era agora a autoridade última na Igreja: essa foi a heresia do conciliarismo. Demorou para que fosse eliminada. O Concílio de Basileia também teve de lidar com o movimento herético que estava em curso na Boêmia, resultado das pregações do reformador João Huss, que, por sua vez, fora influenciado pela heresia do teólogo inglês John Wycliffe.

Não surpreende o fato de os papas seguintes, novamente em Roma e tentando retornar à normalidade, terem preferido lidar, em especial, com questões locais, particularmente com a tentativa de recuperar e governar os territórios da Santa Sé, o que fazia parte da sua tarefa de líderes italianos. Seduzidos pelas glórias da Alta Renascença e sua cultura mundana, eles queimaram críticos severos como Girolamo Savonarola, e mesmo com seus esplêndidos corpos diplomáticos não estavam tão conscientes quanto seus predecessores medievais a respeito do que estava sendo fermentado na Alemanha, Boêmia, Inglaterra e na própria Itália.

E quanto às condições dos leigos católicos na maioria da Europa, durante os anos anteriores à Reforma? Não é claro

como a vida dos católicos foi afetada pelo Cisma do Ocidente. Sabemos apenas do profundo escândalo que causou. Certamente, a liderança e os serviços sociais fornecidos pelas dioceses locais sofreram com o fato de que, durante muitas décadas, ninguém sabia com certeza quem era o verdadeiro papa. Instituições paralelas eram por vezes montadas por requerentes rivais ao trono papal, mas a falta de unidade deve ter comprometido a operação eficiente de todas essas instituições de educação e bem-estar, que estavam entre as grandes conquistas estabelecidas pela Igreja. Tal como no período negro do século X, os católicos na Europa pré-Reforma reclamavam da ignorância e imoralidade de muitos padres, da influência demasiada de autoridades políticas em assuntos da Igreja, da mundanidade de boa parte do alto clero (que estava apenas imitando alguns papas) e da falta de continuidade da reforma. Para a maioria, as coisas não haviam chegado ao ponto em que estavam no século X, mas a crescente alfabetização e a invenção da máquina de impressão, na metade do século XIV, permitiram que a discórdia se espalhasse mais amplamente. Enquanto isso, havia hereges individuais propagando seu próprio tipo de "reforma", líderes políticos locais que desejavam controlar as finanças eclesiásticas e a tendência dos monarcas a se libertarem das restrições impostas pela Igreja (por vezes, de maneira abusiva, deve-se admitir) sobre suas ações.

Essas eram queixas constantes, como também as reclamações sobre os pesados dízimos e outras taxas que várias instituições da Igreja arrecadavam dos fiéis. É possível que circunstâncias como a Peste Negra e as revoltas subsequentes tenham, de fato, aumentado a necessidade da Igreja por

dinheiro, a fim de atender à crescente demanda de serviços de bem-estar, mas isso não foi culpa da Igreja ou dos leigos.

A despeito de todos esses problemas, no período pré-Reforma ainda havia santos, incluindo Santa Catarina de Sena, Santa Brigite da Suécia e o grande pregador São Vicente Ferrer. Se houve um santo para a época, foi Vicente. Durante mais de vinte anos ele cruzou toda a Europa, pregando e lutando por almas. Chamava a si mesmo de "o Anjo do Julgamento" e advertia que o fim do mundo viria caso as pessoas não se arrependessem de seus pecados. Muitos se converteram durante as suas pregações. Nesse período, instituições da Igreja ainda cuidavam dos pobres e doentes e educavam os mais jovens nas escolas. Os sacramentos ainda eram ministrados por padres que, no geral, faziam seu trabalho adequadamente, mesmo que não fossem tão letrados quanto deveriam. Pregadores de ordens monásticas ainda atuavam e, se trapaceiros eclesiásticos, como o *Pardoner* de Geoffrey Chaucer, tentavam vender indulgências e outros favores espirituais aos ingênuos, isso não era algo novo na História.

Heresias no período pré-Reforma

A persistência de uma heresia tampouco era algo novo. Os cátaros, patarinos e outros grupos que restaram dos séculos medievais não tinham sido totalmente extintos. Não havia mais fanáticos jejuando até a morte, pois haviam se tornado "perfeitos" demais, mas ao longo dos séculos XIV e XV houve pessoas que persistiram em algumas das ideias desses hereges medievais. Os "homens pobres" do século XII, na área

da França ao redor de Lyon, que seguiam certo Valdo, mais tarde conhecido como Pedro Valdo, era um desses grupos. Valdo se converteu à vida espiritual e decidiu livrar-se da sua considerável riqueza para viver na pobreza de acordo com os ensinamentos dos Evangelhos. Outros que buscavam a perfeição se juntaram a ele e começaram a pregar. Logo tomaram o caminho errado, em razão da sua falta de instrução; eles interpretaram mal certas passagens das Escrituras e acabaram por negar ensinamentos relacionados à existência do Purgatório e às orações aos mortos, entre outras questões.

Buscando legitimidade de maneira astuciosa, esses "valdenses" diziam fazer parte de uma genealogia que ia até o começo da Igreja, apesar de não existir nenhum indício de tal linhagem. Eles proibiram os juramentos – o que pode indicar influência cátara – e recusavam-se a parar as pregações, quando recebiam ordens para fazê-lo. O relato do inquisidor Bernard Gui, ao interrogar um membro dessa seita, mostra o quão irritantes e sutis eles podiam ser: "Questionado sobre quem ele [o valdense] considerava um bom cristão, respondeu, 'aquele que acredita no que a Santa Igreja o ensina a acreditar.' Quando perguntado sobre o que entendia por 'Santa Igreja', ele respondeu, 'Meu Senhor, aquilo que vós dizeis e acreditais ser a Santa Igreja.' Caso fosse perguntado se acreditava que 'a Santa Igreja é a Igreja Romana sobre a qual governa o papa, e depois dele, os prelados,' ele responderia, 'acredito', querendo dizer que acreditava no que o questionador acreditava." Se fossem obrigados a declarar as verdades da fé sob juramento, os valdenses utilizavam vários estratagemas, tais como gaguejar no juramento ou inserir e omitir palavras, para que no

final não tivessem feito juramento algum. Um valdense admitiu francamente que iria jurar para escapar de um processo e, depois, faria penitência.

Excomungados, os valdenses continuaram suas atividades fora da Igreja e apoiaram os esforços dos protestantes do século XVI, enquanto se espalhavam pela maioria dos países da Europa Ocidental e Oriental. As ideias valdenses sobre pobreza extrema, traduções da Bíblia em vernáculo e pregações de leigos, apareceram na Inglaterra, no final do século XIV, no pensamento de John Wycliffe e seus discípulos. Quando Wycliffe (ou Wyclif), um professor da Universidade de Oxford, começou a negar a transubstanciação, ele alienou alguns de seus seguidores (chamados de lollardos), assim como autoridades da Igreja, mas escapou da excomunhão. O Lollardismo, que mais tarde se ligou a movimentos políticos agressivos, parece ter sobrevivido até o século XVI, mas não foi um fator decisivo na continuação da heresia de Wycliffe. A heresia seria, surpreendentemente, propagada no outro extremo da Europa, na Boêmia; um casamento real foi o veículo pelo qual ela viajara até lá.

Ana da Boêmia era a esposa do rei inglês Ricardo II. Após a morte dela, em 1394, os seus súditos retornaram a sua terra natal, trazendo com eles as novas ideias de John Wycliffe, que haviam absorvido durante sua permanência na Inglaterra. Aparentemente, foi com base nelas, ou nos estudantes boêmios que haviam estudado na Inglaterra, que um jovem clérigo boêmio chamado João Huss se familiarizou – e ficou muito intrigado – com as ideias de Wycliffe. Ordenado padre em 1400, com 31 anos, e defensor de uma reforma na Igreja,

Huss provavelmente sabia que muitas das proposições de Wycliffe haviam sido condenadas. Ele, porém, traduziu algumas de suas obras para o tcheco e propagou-as, embora tenha depois as submetido à avaliação de autoridades da Igreja. A situação foi agravada pelo Cisma do Ocidente e pelas tentativas de terminá-lo por meio de um concílio. No fim, Huss foi excomungado por heresia.

As condições na Boêmia eram política e religiosamente complexas, e os seguidores de João Huss, como os lollardos da Inglaterra, por vezes recorriam à violência. O próprio Huss era famoso em seu país por seu patriotismo – ele apoiou o nacionalismo boêmio contra a influência alemã –, e por seu ardor pela reforma e pela fé (como ele a entendia). Finalmente, seguindo o conselho de Sigismundo, o Sacro Imperador Romano-Germânico, Huss decidiu colocar seu caso perante o Concílio de Constança, em 1415. No concílio, o papa João XXIII[10] retirou sua excomunhão, mas o proibiu de celebrar missa até que seu caso fosse resolvido. Huss declarou que estava pronto para retratar qualquer um de seus erros, mas, inacreditavelmente, continuou celebrando a missa e pregando – uma provocação deliberada ao papa. A despeito do salvo-conduto emitido pelo Imperador, Huss foi capturado, preso e julgado. Os boêmios e os poloneses protestaram contra as irregularidades do aprisionamento e da violação do salvo-conduto, mas o julgamento prosseguiu. Huss negou ter escrito algumas das afirmações das quais era acusado e defendeu outras – incluindo proposições que Wycliffe também havia apoiado. Tendo recusado a retra-

---

10 *João XXIII (1410-1415) atualmente é considerado um antipapa, um falso requerente ao papado.*

tação, foi condenado e queimado na fogueira. Opiniões sobre a legitimidade do julgamento e da execução são divididas. Alguns argumentam que o salvo-conduto não visava proteger Huss contra a perseguição legal e a punição. De qualquer modo, as consequências do caso seriam graves.

Podemos ver aqui o surgimento de uma das características da Reforma, que não foi um movimento estritamente religioso: é o nacionalismo, que desempenharia papel importante no crescimento da maior parte das novas religiões protestantes. Huss imediatamente se tornou um herói boêmio, frequentemente invocado nas Guerras Hussitas, dos hereges (e patriotas) boêmios contra os imperadores católicos que tentavam controlar o país e a heresia.

Em 1512, o papa Julio II convocou o Quinto Concílio Geral de Latrão, em grande parte para lidar com várias disputas políticas dentro e fora da Igreja. Ele morreu em 1513, e seu sucessor, Leão X (Medici), continuou o concílio, a fim de realizar objetivos pessoais. O concílio se reuniu somente 12 vezes. Embora tenha feito alguns bons regulamentos e apontado a necessidade de reformas, não foi de modo algum a ponta de lança que poderia ter sido. Por uma coincidência misteriosa, as sessões terminaram em 1517, apenas alguns meses antes de Lutero aparecer na cena religiosa. Levaria trinta anos até que outro concílio – o grande Concílio de Trento – fosse tratar do desafio do protestantismo e estimular o movimento por uma verdadeira reforma católica.

Havia, portanto, um consenso na Igreja antes da Reforma Protestante – como provavelmente houve ao longo de muitas épocas na história da Igreja –, de que algumas coisas

deveriam ser corrigidas porque estavam em mau estado. Entretanto, não existia um consenso entre os católicos, no período anterior à Reforma, sobre a desmontagem da Igreja e a criação de uma nova.

As condições na Inglaterra antes da Reforma

Vimos no Capítulo 2 o desenvolvimento das guildas na Idade Média e o importante papel econômico, social e político que tiveram nas novas cidades, fator decisivo para a renovação da Europa após a Idade das Trevas. O tema é investigado em profundidade pelo historiador católico Eamon Duffy em *The Stripping of the Altars: Traditonal Religion in England 1400-1580*. Uma crítica ao livro feita pelo professor Christopher Harper-Bill, em *Theology*, enaltece esse estudo brilhante:

> É uma leitura essencial para todos aqueles que desejam entender a religião no final da Idade Média e os meios pelos quais ela foi solapada contra os desejos da vasta maioria de seus praticantes.

Esse é um ponto essencial: a religião católica das massas foi destruída *contra sua vontade*. A Reforma Protestante foi uma *revolução*, e como observa outro historiador, as revoluções nunca são feitas pelo "povo." Na Inglaterra, as mudanças trazidas pela revolução religiosa, longe de serem desejadas pelo povo inglês, foram amargamente ressentidas.

Foi o rei Henrique VIII quem primeiro rompeu com a Igreja Católica – porque esta não queria declarar a invalidade

de seu casamento, o que permitiria que ele se casasse com Ana Bolena. Assim começou a "Igreja da Inglaterra" e o anglicanismo. A necessidade de dinheiro e apoio levou Henrique a tomar medidas contra as guildas e os mosteiros. Sob o reinado de seu filho Eduardo, menor de idade, conselheiros protestantes proliferaram no governo e medidas ainda mais anticatólicas foram introduzidas. Após o breve reinado de Maria, a filha católica de Henrique, que suspendeu temporariamente a perseguição aos católicos mas foi incapaz de restaurar o país, veio a temível rainha Elisabete I. Apoiada por seu ministro ainda mais temível, William Cecil, e o seu sinistro "interrogador" e torturador Topcliffe, ela instituiu a perseguição em larga escala à Igreja e o confisco dos bens das famílias católicas desobedientes. Essa intensificação da violência da realeza contra tudo o que era católico teve origem nos ataques de Henrique às guildas e aos mosteiros.

Além das funções econômicas, as guildas inglesas também tinham importantes funções espirituais e religiosas, e todas as suas características estavam harmoniosamente incorporadas à vida de seus membros. No final da Idade Média, as guildas ainda operavam nas cidades e vilas da Inglaterra; no campo, havia numerosas "guildas" de caráter devocional. Essas irmandades preservavam práticas piedosas como manter, na igreja da paróquia, a luz ante a imagem do santo padroeiro da guilda e rezar pelas almas dos associados falecidos. Membros contribuíam com quantias para os funerais e as missas para os mortos e também pagavam pelos funerais dos membros pobres. Também ajudavam com as despesas dos membros que estavam doentes ou que necessitavam de ajuda

financeira (provado que não fosse por culpa própria) e, às vezes, sustentavam as igrejas das paróquias.

Esses costumes e essas práticas religiosas estavam tão entrelaçados com a vida das pessoas comuns que, ao longo dos séculos, tinham se tornado parte delas. Em particular, as cerimônias e orações pelos mortos, as procissões – que assumiam caráter cívico para a cidade que as hospedava –, os costumes do Advento e as cerimônias da Semana Santa marcavam as estações do ano e davam a elas um caráter sagrado e uma importância que nenhum calendário secular poderia oferecer. Todos esses hábitos, e qualquer outro repleto de caridade católica, tornaram-se alvos da polícia litúrgica anglicana.

A devastação protestante na Inglaterra

Como a devoção a Nossa Senhora era muito forte na Inglaterra, o Rosário certamente teria de ser reprimido. Há a história da polícia litúrgica de Elisabete que, ao visitar a igreja de uma vila, deparou-se com uma senhora rezando o Rosário. Um dos caçadores de "superstição" agarrou o rosário e o quebrou, empurrando para fora a senhora, que reclamava. Os moradores reuniram-se em volta do agressor, o atacaram e, possivelmente, o mataram. Incidentes como esse ocorreram esporadicamente por toda a Inglaterra, mas o povo católico não conseguiu conter as autoridades por muito tempo.

A Reforma inglesa arruinou as guildas. Henrique VIII confiscou seus fundos e Elisabete decretou estatutos com o intuito de prejudicá-las. Em 1547, durante o reinado de Eduardo VI, filho de Henrique, que subira ao trono com 9 anos,

Thomas Cranmer, o arcebispo apóstata, e seus associados protestantes tomaram medidas para estabelecer o protestantismo na Inglaterra com mais firmeza do que Henrique havia permitido, e um dos seus alvos era as guildas. Estima-se que, entre 1530 e 1540, milhares de guildas foram reprimidas e tiveram seus recursos, incluindo a terra (caso a tivessem), confiscados. O efeito desmoralizante da perda das suas irmandades queridas e organizações profissionais foi devastador para os associados da época. A longo prazo, o desaparecimento dessas associações resultou na inexistência de organizações que atendessem aos pedidos dos trabalhadores explorados e atenuassem o sofrimento de suas vidas miseráveis, no início da Revolução Industrial do século XVIII.

As guildas não foram os únicos alvos escolhidos para arrecadar os fundos que Henrique VIII necessitava – em parte para subornar apoiadores para sua nova igreja. Os mosteiros deveriam ser "visitados" para se ter certeza de que não eram corruptos. Caso o fossem, deveriam ser reprimidos, a fim de manter a pureza da vida religiosa, é claro. O cardeal Wolsey já havia "dissolvido" por volta de 29 estabelecimentos religiosos, em 1520. Em 1535, foi Thomas Cromwell, vigário de Henrique, que intensificou e completou o roubo e a destruição da vida monástica inglesa.

Os mosteiros estavam corrompidos? Certamente havia alguma corrupção moral em alguns deles, como houve em todas as épocas da História, mas se poderia lidar com isso facilmente por meio de uma análise caso a caso. Outras visitas durante o mesmo período, por autoridades locais, também foram muito destrutivas. Contudo, o objetivo de Henrique e de seus

súditos não era acabar com a verdadeira corrupção; se assim fosse, eles esperariam encontrá-la nas casas religiosas maiores e mais ricas, em vez das menores e mais pobres. As maiores, no entanto, gozavam de maior influência política, e Cromwell estava relutante em atacá-las primeiro. Os "visitantes" enviados por Henrique e Cromwell, em 1535, se dirigiram para as cerca de quatrocentas pequenas casas religiosas conhecidas como "mosteiros lesser". Esses visitantes faziam um escândalo ao procurar por corrupção moral (encontrando poucas confissões; as quais eram obtidas, em grande parte, sob pressão) e tentavam persuadir os jovens religiosos a abandonar suas vocações. Ao mesmo tempo, pregadores eram enviados, em uma campanha de propaganda, para atacar e depreciar a vida monástica.

Em fevereiro de 1536, o parlamento dissolveu os mosteiros restantes. A poucos foi permitida a sobrevivência e, surpreendentemente, os internos – os mesmos monges e freiras cujas reputações haviam sido difamadas – eram, agora, declarados religiosos exemplares. (O ato do parlamento também especificou que os habitantes dos mosteiros maiores estavam imunes à repressão. O falso objetivo de combater a corrupção moral logo desapareceu.) As casas menores foram saqueadas e seus fundos e terras tomados para a coroa; Henrique ficou contente, mas não estava satisfeito. Ainda restavam os mosteiros maiores e mais ricos. A revolta no norte da Inglaterra na peregrinação da Graça, em outubro de 1536, motivada parcialmente pelo desejo de salvar os mosteiros restantes e também preservar a fé na Inglaterra, adiou os planos de Henrique, mas não por muito tempo. Logo, os bens

e as terras de *todos* os mosteiros estavam em suas mãos; e ele usava a terra como suborno para sua corte, comerciantes, advogados e outros.

Além da perda espiritual da Inglaterra – em pregação, ensino e oração (sem mencionar a heresia, a supressão do Santo Sacrifício e a perda das almas) –, o que dizer das escolas, dos hospitais, dos orfanatos, das hospedarias, das casas para viúvas e de outros serviços que os mosteiros prestavam? O escritor protestante William Cobbett, no século XIX, declarou que a dissolução dos mosteiros teve o efeito de causar não apenas a pobreza, mas fazer da "miséria" uma condição permanente das classes baixas inglesas. A educação universitária também sofreu, já que os estudantes pobres não mais recebiam o apoio oferecido pelos monges. A distância entre as classes alta e baixa aumentou. Os camponeses foram levados à miséria pela perda das terras dos mosteiros, onde tinham permissão para cultivar e pastar os animais.

Nas cidades, o clero secular também se envolveu no ensino e em outros serviços para os pobres, serviços estes pagos pelo dízimo que recolhiam – aquele dízimo que foi tão criticado pelos pretensos "reformistas." Como observa Euan Cameron, um estudioso e professor protestante, em seu excelente livro de 1991, *The European Reformation*:

> Se o clero secular de Londres tivesse desistido do seu dízimo e vivido de caridade (como encorajavam alguns freis carmelitas em 1460), muitas atividades valiosas, incluindo a educação e assistência aos pobres, seriam prejudicadas.

O resultado foi o triunfo do protestantismo na Inglaterra e a aceitação da sua propaganda no lugar da ultrapassada fé católica e seus costumes. Para citar Duffy uma vez mais,

> no final de 1570, seja qual fosse a tendência natural e a nostalgia dos idosos, uma geração crescia educada com a ideia de que o papa era o anticristo e a missa era uma palhaçada. Uma geração que não valorizava o passado católico como seu próprio passado, mas valorizava outro país, outro mundo.

A devastação protestante no continente

Em outros lugares da Europa, novas áreas protestantes sofreram rupturas similares. A qualidade das instituições públicas regrediu em relação aos níveis medievais. O médico e autor americano James J. Walsh observa que os escritores modernos são tentados a admitir, com base nos deploráveis hospitais e asilos do seu tempo (começo de 1800 e 1900), que os hospitais medievais devem ter sido muito piores. A suposição é a de que quanto mais se volta no tempo, mais ignorantes e bárbaras tendem a ser as condições. A pesquisa de Walsh revela, no entanto, que isso não é verdade. Ao analisar a medicina da Idade Média, ele encontrou grandes avanços na educação médica, nos estudos clínicos, na farmacologia e nos regulamentos de saúde baseados nos novos conhecimentos da época. Ele recorda avanços e experimentos em diversos tipos de cirurgias: óssea, plástica, obstétrica, cardíaca e intestinal, assim como o tratamento de ferimentos à bala (um novo problema, causado pela invenção da pólvora). Há até menção ao

uso de anestesia, sobre o qual havia alguma controvérsia: alguns cirurgiões utilizavam-na e outros não a aprovavam. (A prática acabou sendo deixada de lado e a técnica se perdeu até ser retomada nos tempos modernos.)

Quanto aos hospitais, Walsh afirma que os piores da História – muito inferiores aos medievais – foram aqueles construídos no século XIX. Esses prédios, sujos, escuros e superlotados eram locais deprimentes para uma pessoa doente. Os hospitais medievais, por outro lado, abertos a pacientes pobres ou ricos, eram construções atrativas, espaçosas, com largas janelas; geralmente, construídas em jardins e próximos a uma fonte de água para saneamento. Os pacientes eram tratados por religiosos dedicados, instruídos em medicina; os ricos pagavam por seus remédios e traziam a sua própria comida e vinho, mas os pobres não pagavam por nada. As paredes dos compartimentos ou quartos eram cobertas com pinturas ou outras decorações para que os pacientes tivessem algo atrativo para olhar. Instituições para doentes mentais eram também muito avançadas; elas não eram, de modo algum, os "ninhos de cobra" retratados nas histórias de horror do começo da modernidade. Na Europa do Norte, os loucos eram geralmente alojados em hospitais ligados aos mosteiros em áreas rurais. Os pacientes recebiam quartos espaçosos e tratamento amável. A Espanha era considerada particularmente avançada no tratamento dos loucos, e os pacientes frequentemente melhoravam, a ponto de poder retornar à sociedade.

A Reforma causou um efeito devastador nos hospitais e em todas as outras formas de serviço social, como vimos

nos casos dos mosteiros e das guildas. Um autor de história da enfermagem observa que o conhecimento e a técnica desta profissão haviam sobrevivido somente nas ordens religiosas. Consequentemente, coube ao Estado protestante sustentar os pobres, doentes, órfãos e loucos dentro de suas fronteiras, mas isso levou tempo, e as instituições públicas resultantes deixaram muito a desejar, quando comparadas ao que a Igreja havia oferecido por séculos, por amor a Deus.

Quanto à educação, o teólogo Erasmo de Roterdã, que originalmente era simpático a alguns dos objetivos "reformistas", escreveu: "onde reina o luteranismo, há o fim das letras." Ele referia-se ao fechamento de escolas e universidades, quando os professores perseguidos foram obrigados a fugir. O desaparecimento de todas essas instituições, quando as ordens religiosas que as comandavam foram reprimidas, causou grandes dificuldades. Por fim, elas também foram restabelecidas como instituições estatais. Um estudante alemão ou inglês subitamente impossibilitado de conseguir seu diploma ou uma pessoa doente expulsa de um hospital da Igreja teriam dito que as condições eram muito melhores antes da Reforma que depois.

Havia também os tesouros monásticos de arte e arquitetura, cujo valor é incalculável. Um hospital seria com o tempo substituído, apesar de não ter a mesma qualidade do seu predecessor, mas as impagáveis janelas de vidro e as preciosas relíquias (para não dizer nada do seu ainda mais precioso conteúdo) quebradas pelas multidões protestantes não poderiam mais ser reproduzidas. As tumbas de reis católicos também pereceram. Quando os mosteiros foram atacados na Inglater-

ra, multidões estavam prontas para saqueá-los e há relatos desses vândalos usando manuscritos das bibliotecas destruídas para limpar suas botas – manuscritos que um monge pode ter levado a vida inteira para copiar e ilustrar. Artisticamente, então, as áreas protestantes da Europa eram também muito piores depois da Reforma do que antes.

Outras consequências da Reforma

As explicações para o surgimento e a sobrevivência das novas religiões são, geralmente, políticas. Na Inglaterra, Henrique VIII e, em grande parte, Elisabete I, uniram seu poder político, sua riqueza e influência internacional ao controle da religião. Isso também aconteceu no continente europeu, onde muitos príncipes alemães ligaram-se ao movimento da Reforma para beneficiarem politicamente a si e ao território que representavam. A nova religião protestante dos holandeses seria um dos motivos da rebelião contra os seus governantes católicos espanhóis. "No século XVI," escreve Cameron, "religião se tornou política de massa."

As consequências culturais e psicológicas de longo prazo causadas pela Reforma na Europa e Inglaterra não são nosso tópico aqui, mas vale a pena lembrar que elas foram tão devastadoras que até alguns protestantes modernos lamentaram a atitude de seus antepassados. Walsh, em *The Thirteenth, Greatest of Centuries*, cita um dramaturgo alemão discutindo a ruptura cultural causada pela Reforma:

> Eu, como protestante, muitas vezes lamentei o fato de termos adquirido nossa liberdade de consciência, nossa liberdade individual, a custos tão altos. A fim de dar espaço a uma vil e pequena planta de vida pessoal, destruímos todo um jardim ornamental e derrubamos uma floresta virgem de ideias estéticas. Jogamos fora do jardim de nossas almas o solo fértil que vinha sendo cultivado por milhares de anos, e então passamos a arar sobre terra estéril.

A referencia à "vida pessoal" aqui apresenta outra característica da Reforma e a razão por que teve êxito: é o *subjetivismo* essencial do protestantismo, exemplificado no seu princípio de julgamento privado. Cameron observa que os reformistas triunfaram em "sujeitar a doutrina ao debate público; as pessoas eram, de fato, convidadas a *escolher* as ideias religiosas que as agradavam." Eis o nosso subjetivismo moderno: apoio a minha religião não porque reconheço que é a única fundada por Cristo, mas porque me agrada.

Essa mudança brusca de perspectiva espiritual teve um preço. O pastor protestante David Hartman, no *The New Oxford Review*, de 28 setembro de 1989, escreve:

> Até mesmo para um pastor protestante como eu é difícil levantar a hipótese objetiva de que o estado dos afazeres humanos no seu todo tenha sido melhorado pela Reforma. 'Uma das maiores tragédias da História', observa o historiador Paul Johnson, 'e a tragédia central do cristianismo – foi a ruptura da harmoniosa ordenação de mundo que havia se desenvolvido na Idade Média sobre uma base cristã.'

Felizmente, do outro lado da revolta protestante viria a verdadeira reforma, inadequadamente conhecida por "Contra-Reforma". Pierre Janelle observa que a Contra-Reforma "dificilmente poderia ter triunfado, caso a cristandade estivesse realmente corrompida na sua alma; mas não estava (...) A Europa cristã era rica em fé, caridade e devoção" – e daria à luz outra grande era da Igreja.



A oportuna Lenda Negra



A mentira: os exploradores espanhóis do Novo Mundo foram cruéis e gananciosos. Ao cumprir as ordens de seus mestres católicos, eles trouxeram miséria incalculável aos pacatos nativos do continente americano.

Chegamos aqui a um mito que exemplifica como as mentiras históricas geralmente são motivadas por uma combinação de objetivos. A "Lenda Negra" conta que os espanhóis foram um povo cruel e brutal, o que é provado pela maneira como trataram as tribos americanas no século XVI. O fato de os conquistadores serem católicos os torna ainda piores: eles e seus missionários reprimiram brutalmente a religião e cultura de povos altamente civilizados como os astecas, levando-os à morte, doença e escravidão, enquanto lhes enfiavam o cristianismo goela abaixo.

Este conto histórico foi originalmente produto de propaganda política inglesa e holandesa, motivada pelo nacionalismo e pela rivalidade colonial no Novo Mundo, tal como pelo

fanatismo religioso dos reformistas protestantes. Até recentemente, a maioria dos livros didáticos ingleses e americanos, desde a escola elementar até a faculdade, incluía algumas versões da Lenda Negra. Por exemplo, na edição de 1996 da obra *The American Nation: A History of the United States*, do professor John A. Garraty, da Universidade de Columbia, lemos que os conquistadores espanhóis "formaram seu império arrancando-o de mãos inocentes; sob aspectos importantes, a colonização da América está entre os piores exemplos de covardia da história humana". Alguns anos antes, em 1959, um atlas popular informava aos jovens leitores que a economia colonial inglesa dependia da pesca e da agricultura, ao passo que os espanhóis preferiam "a mineração, a pecuária e a escravidão" – a afirmação é ilustrada pela imagem de um espanhol segurando um chicote e açoitando escravos. Segundo esse Atlas, não havia agricultores nas colônias espanholas e, nas inglesas, não havia escravos. No mesmo ano, leitores do *Saturday Evening Post*, sentados para uma leitura agradável após o jantar, aprendiam que os colonizadores espanhóis haviam deliberadamente infectado os indígenas com varíola para exterminá-los.[11]

A situação historiográfica começou a mudar recentemente, em razão do trabalho de alguns historiadores bem preparados que desafiaram a Lenda Negra e conduziram uma bem-vinda revisão desse velho conto. Novos estudos sobre as origens, o crescimento e a disseminação da lenda mostram

---

11 *Esta é, de fato, uma mentira odiosa, pois a verdade é exatamente o oposto: logo que a vacina da varíola foi desenvolvida, os espanhóis disponibilizaram-na aos indígenas, especialmente porque eles eram muito vulneráveis à doença. Foram os britânicos na América do Norte que presentearam os seus inimigos índios com cobertores infectados, para que assim morressem contaminados. Nada de vacina para eles!*

como a atitude dos anglo-saxônicos não apenas distorceu nossa visão da História como também deteriorou a relação dos estadunidenses com os países sul-americanos. O foco deste capítulo é como a lenda relata as conquistas espanholas no Novo Mundo. Primeiramente, discutirei o caso do envolvimento espanhol no México, já que para os americanos o México é mais conhecido que as outras colônias da América do Sul.

O cenário histórico da Lenda Negra

Após a expulsão final dos mouros da Espanha por Fernando e Isabel, em 1492, da unificação do país e da criação de uma monarquia central forte, a Espanha entrou na sua era de ouro. As descobertas de um obscuro velejador genovês, cujas expedições Isabel financiara naquele mesmo ano decisivo, revelariam um desconhecido continente para a colonização espanhola e forneceriam uma quantidade de metais preciosos e outras riquezas nunca antes vista pelos espanhóis. A Espanha alcançaria grande prosperidade, poder e prestígio na Europa.

Mais ao norte, a Inglaterra, outrora o poder marítimo dominante, estava irritada com o aparecimento desse novo rival e seu sucesso no Novo Mundo e não poupou esforços para reivindicar seus direitos nas terras americanas. Infelizmente, para os navegantes ingleses, não havia minas de ouro na Nova Escócia; o melhor que conseguiram em suas expedições anteriores foi a descoberta de bons locais para pesca. Com o desdobrar do século XVI, os pontos de atrito entre as potências do sul e do norte aumentaram. No final do século, Espanha e Inglaterra eram rivais no comércio, nas colônias, na política e

na religião; na segunda metade daquele século, os governantes Felipe II e Elisabete I haviam se tornado inimigos implacáveis.

Felipe fora casado com a meia-irmã de Elisabete, Maria Tudor. Durante seu breve reinado de cinco anos, Maria Tudor foi a única governante legítima e católica depois de Henrique VIII. Elisabete, criada como protestante, havia prometido a Felipe e Maria que quando subisse ao trono permitiria que o catolicismo continuasse a prosperar na Inglaterra. Entretanto, quebrou essa promessa logo após a morte de Maria. Tornou-se rainha e, rapidamente, instituiu uma terrível perseguição aos não anglicanos. Aos olhos de Felipe e da maioria da Europa, Elisabete não era sequer a verdadeira soberana da Inglaterra porque era a filha ilegítima de Henrique e Ana Bolena – e porque Maria Stuart, rainha católica da Escócia, tinha direitos de reivindicar o trono (o que revela a razão pela qual Elisabete mandou decapitá-la quando teve a oportunidade). Felipe havia decidido apoiar Maria.

Além dessa rixa política, Elisabete levava a cabo a odiosa conduta diplomática de enviar piratas para depredar colônias e navios espanhóis. Esses piratas, os famosos "Cães do Mar" eram recompensados por seus feitos heroicos, que envolviam saquear, assassinar e escravizar colonos espanhóis no Caribe, na Flórida e em outros locais, e confiscar os navios espanhóis carregados de tesouros.

A rivalidade religiosa entre Elisabete e Felipe era inexorável e afetou suas respectivas posições políticas na Europa. Felipe tornou-se o grande defensor do catolicismo perante a difusão do protestantismo, enquanto Elisabete apoiava a causa protestante em todo lugar, por razões políticas e religiosas.

Felipe foi também um dos grandes defensores católicos do Ocidente contra os ataques ameaçadores dos turco-otomanos à Europa, ataques por terra e mar. A Inglaterra, por outro lado, mantinha alianças comerciais com os turcos, tal como fizeram vários reis católicos franceses. Isso significa que, quando os confrontos mais sérios entre o Ocidente e os turcos ocorreram, os dois mais poderosos Estados do norte mantiveram-se neutros – a menos que se leve em conta a força simbólica enviada pela França para socorrer Viena, em 1683, um tanto tarde naquela situação.

A lenda toma corpo

A máquina de impressão foi um fator-chave para o crescimento e a disseminação da Lenda Negra. Significou que os ingleses e holandeses – que também se ressentiam do sucesso comercial dos espanhóis – podiam, agora, criar propaganda anticatólica de modo mecânico, produzindo-a em grande quantidade. Alguns holandeses, convertidos ao protestantismo, também estavam em rebelião contra a Espanha, nos Países Baixos Espanhóis e, portanto, tinham motivos políticos e econômicos para denegrir o nome do rival. De prensas na Holanda e na Inglaterra, panfletos de propaganda espalharam-se por toda a Europa. Entre as premissas dos panfletos, estavam as de que os espanhóis eram cruéis, preguiçosos, preconceituosos e fanáticos: diferentemente dos ingleses e holandeses, bonzinhos, bem-criados e caridosos. Os panfletos estavam repletos de supostas atrocidades cometidas pelos espanhóis no Novo Mundo e traziam figuras de soldados espanhóis ao re-

dor de uma fogueira tostando um índio para o jantar. (Em uma dessas imagens, as construções ao fundo – que são obviamente de estilo holandês – demonstram com clareza que o "relato" foi trabalho de alguém que nunca havia, de fato, visitado as colônias espanholas). Como o historiador Philip Wayne Powell observa, em seu livro *Tree of Hate: Propaganda and Prejudices Affecting United States Relations with Hispanic World*

> a morte de índios pelos espanhóis foi chamada de 'atrocidade', ou 'extermínio brutal'; mas quando os ingleses exterminaram milhares de irlandeses em seus próprios pântanos ou os assassinaram após a sua rendição, isso foi chamado de 'o problema irlandês'.

Em contraste com a suposta brutalidade espanhola, nós, americanos, pensamos afetuosamente nos "pais peregrinos" tendo uma refeição agradável com os índios, no Dia de Ação de Graças. Na verdade, as relações entre ingleses e nativos americanos também não foram sempre amigáveis. O pregador puritano Cotton Mather, que considerava a Igreja Católica "o reino do anticristo," tinha esse mesmo tipo de pensamento em relação aos índios. Quando muitos começaram a morrer de doenças, provavelmente em razão da falta de imunidade aos germes que os europeus trouxeram consigo para a América do Norte e a América do Sul, Mather alegrou-se. A morte de tantos índios, ele dizia, iria "abrir espaço para o crescimento" –, o que significava para mais pessoas como ele. Durante o governo de Bradford, os colonos de Massachusetts se vingaram do assassinato de um comerciante branco por um índio massacrando todos os nativos que puderam encontrar e, depois, queimando seus

corpos. Após descrever o fedor do processo de carbonização, Bradford acrescentou: "mas a vitória pareceu um doce sacrifício, e eles [os ingleses] agradeceram a Deus." Oliver Cromwell, outro puritano, falou em linguagem similar sobre a matança de 3 mil irlandeses. A divindade puritana, ao que parece, apreciava a morte dos não puritanos, especialmente se seus corpos fossem queimados.

Afirma-se, frequentemente com desprezo, que os espanhóis foram ao Novo Mundo para encontrar ouro, como se isso fosse prova da sua ganância e do seu mau caráter. A busca por ouro, todavia, também era a missão que o governo inglês dera aos primeiros colonos em Jamestown, embora não tenha tido sorte com esse projeto. O que se ignora é que, na época, a prosperidade e o *status* de uma nação eram medidos pelas suas reservas de metais preciosos. (Isso se tornaria um princípio do sistema mercantilista em um período que viria logo depois.) Um dos muitos objetivos do colonialismo tornou-se, então, a aquisição de ouro e prata. Obviamente, colonizadores individuais adorariam ter enchido seus bolsos com o material, mas na medida em que os conquistadores e grande parte dos colonialistas ingleses foram financiados por seus governos, procurar por ouro era parte do seu trabalho; os espanhóis tiveram a sorte de encontrá-lo.

A verdadeira história

Quando Hernán Cortés desembarcou no México, em 1519, com cerca de trezentos homens, não tinha ideia clara do que o esperava, trazia apenas a crença na existência de uma cidade bela e rica governada por um imperador, localizada em

algum lugar afastado da costa. Ao tomar o caminho rumo a esta cidade, ele obteve mais informações com as várias tribos indígenas que encontrou, mas ele e seus homens não estavam preparados para a dimensão do que encontraram.

Há dois mitos populares que vêm sendo desmentidos há algum tempo, embora um deles ainda persista. São os mitos modernos sobre os "nobres selvagens" e seu paraíso – um paraíso que estava intacto até a chegada do homem branco, e o mito dos antepassados altamente civilizados dos selvagens, que estavam muito à frente dos europeus em quase tudo. A imagem que temos atualmente da conquista do México por Cortés é muito mais equilibrada do que aquela comum até a metade do século XX.

A civilização dos astecas, parcialmente construída sobre as conquistas anteriores dos toltecas, era constituída de uma curiosa mistura de elementos. Arquitetura e engenharia astecas haviam produzido uma capital de imensa beleza e refinamento, com canais, jardins e templos, que deixaram os espanhóis maravilhados. O secretário de Cortés, Bernal Diaz, registrou a opinião de alguns soldados espanhóis. Eles diziam que, em termos de variedade de bens e organização eficiente, não haviam visto, nas grandes cidades da Europa, nada que pudesse se equiparar ao grande mercado de Tenochtitlan (localizado na atual cidade do México).

Em suma, os astecas eram civilizados. No entanto, tal como em todas as civilizações, a deles tinha como base a sua religião, e esta era um dos cultos mais sinistros registrados em toda a História. Alguns historiadores recentes sugerem que os piores dogmas dessa religião foram criados e eram manipula-

dos por um cínico e ambicioso sacerdote asteca com o intuito de assegurar o domínio do seu povo sobre as outras tribos da região. Seja como for, os astecas praticavam sacrifícios humanos em larga escala, em média de dezenas de milhares de vítimas por ano, a fim de agradar aos seus deuses. Grande parte dos sacrificados era capturada durante as guerras que os astecas provocavam com o objetivo de recolher vítimas; outros eram escravos. Muitas crianças de famílias astecas eram escolhidas para serem sacrificadas aos deuses em troca de fertilidade agrícola. Elas eram mantidas em viveiros por um curto período de tempo e, em seguida, levadas ao local de execução, onde tinham as gargantas cortadas. Os astecas diziam que suas lágrimas eram um bom sinal, um sinal de chuva.

A maioria das vítimas não se rendia tão facilmente. Elas eram forçadas a escalar os degraus da pirâmide na qual um sacerdote as esperava para retirar o coração de seu peito e colocá-lo, ainda batendo, na boca de um ídolo. Era prática comum entre os guerreiros astecas vestir-se com a pele arrancada dos corpos, ainda pingando sangue, e correr pelas ruas. O que sobrava do sacrifício das vítimas era jogado nos degraus para alimentar animais ou usado em festas canibais das classes altas e baixas. (Diaz, descrevendo um jantar que o imperador Montezuma ofereceu aos espanhóis, observa que Cortés passou a carne adiante; ele deve ter ouvido das tribos não astecas rumores sobre antropofagia ou suspeitou sobre o que acontecia no alto da pirâmide em Tenochtitlan, a capital governada por Montezuma.)

Essas práticas explicam por que, quando cerca de trezentos espanhóis desembarcaram no leste do México, eles fo-

ram rapidamente recebidos por dezenas de milhares de índios das tribos que há muito tempo eram vítimas dos guerreiros astecas. Quem realmente fez "a Conquista" senão esses solícitos aliados, que estavam em número muito maior que os espanhóis? Nos primeiros estágios das relações com os astecas, o objetivo dos espanhóis não era conquistá-los, mas estabelecer relações amigáveis entre eles e o rei da Espanha. Naturalmente, eles também esperavam converter os astecas da sua religião diabólica ao cristianismo, mas de maneira pacífica. Quando Cortés percebeu que os sacrifícios humanos eram reais, ele prendeu Montezuma e ordenou que acabasse com a prática. Montezuma assim o fez, mas isso causou a alienação da população asteca, particularmente da casta sacerdotal. Quando Cortés precisou deixar Tenochtitlan temporariamente, iniciou-se um conflito entre espanhóis e astecas, em que Montezuma foi morto por uma pedra lançada, ao que parece, por um asteca – talvez em retaliação por ele ter parado os sacrifícios.

Os astecas viam as guerras como um modo de capturar vítimas para os sacrifícios humanos; por isso, quando eclodiu a guerra com os espanhóis, os astecas recusaram a se render. Acreditavam que os espanhóis fariam com eles o que eles mesmos faziam com seus prisioneiros. Essa trágica má interpretação, além das profundas diferenças de táticas militares entre os dois lados, causou a morte desnecessária de muitos guerreiros astecas. As perdas espanholas, por outro lado, incluíram soldados capturados e sacrificados no templo, onde tiveram suas cabeças cortadas, trazidas de volta ao campo de batalha e mostradas aos seus companheiros. O próprio Cortés sobreviveu em diversas ocasiões na batalha final, na qual poderia

facilmente ter sido morto; no entanto, os astecas acreditavam que o líder dos inimigos não deveria ser executado no campo de batalha, deveria ser capturado e sacrificado. Os guerreiros que tentaram aproximar-se de Cortés disputaram entre si para ver quem levaria crédito pela captura – isso permitiu que ele escapasse.

Historiadores ainda debatem a questão de como um pequeno número de espanhóis, em uma terra totalmente desconhecida, pôde ter derrotado o grande Império Asteca com tanta facilidade e de maneira tão completa. Certamente, o grande número de nativos que se uniram aos espanhóis, movidos por ódio à crueldade asteca foi um fator decisivo. Além disso, os espanhóis possuíam vasta superioridade em armamentos e táticas militares, particularmente em técnicas de cerco. Após a vitória espanhola, Cortés reconstruiu a capital devastada e concedeu terras a seus homens e também a astecas eminentes. Cidades nativas autogovernadas foram estabelecidas onde os espanhóis não podiam viver ou trabalhar. Os indígenas governavam a si próprios usando sua língua nativa (náuatle) e tinham de pagar impostos e permitir que missionários os visitassem. Exceto por um número pequeno de prisioneiros de guerra, Cortés não permitiu a escravidão, e o rei Felipe III mais tarde aboliu toda servidão e trabalho indígena nas plantações de açúcar. Em 1539, o papa havia excomungado qualquer um que fosse culpado de escravizar ou roubar os índios. Devemos parar aqui para considerar se alguma conquista anterior na História teve um procedimento desse tipo ou se os ingleses e americanos tiveram comportamento semelhante na

sua conquista dos índios norte-americanos. (A resposta é, evidentemente, não.)

Mas, havia algo de verdadeiro por trás da propaganda de abusos espanhóis? Certamente, mas nada na escala alegada pelos inimigos da Espanha. Alguns dos sucessores de Cortés no governo foram cruéis e gananciosos, e o rei da Espanha estava muito longe dali. Grande parte da dificuldade em controlar os abusos nas colônias – tal como ocorreu nas colônias de todas as outras nações – decorria do longo tempo necessário para comunicação com as autoridades governamentais no país de origem. Para lidar com esse problema, o rei elegeu o bispo do México como "protetor dos índios." O primeiro detentor desse título enviou em um navio para a Espanha provas falsificadas contra o governador espanhol local; o governador acabou sendo substituído.

Houve abusos, mas os benefícios foram abundantes. No governo de Cortés, o primeiro hospital para indígenas foi estabelecido e, em 1534, havia escolas para meninas índias. Em 1539, montou-se a primeira máquina de impressão do Novo Mundo, que disponibilizou traduções de diversas obras para os índios. Orfanatos, escolas de artesanato e faculdades vieram em seguida, e até uma universidade para estudantes astecas foi fundada, em 1551. O currículo foi baseado no da Universidade de Salamanca, e os astecas provaram ser estudantes diligentes. Quando a primeira turma graduou-se, os espanhóis tentaram colocar os alunos na direção da escola, para que eles mesmos dirigissem-na para o seu próprio povo. Não funcionou; os astecas podiam ser estudantes brilhantes, mas naquele momento ainda não tinham habilidades de gestão e

organização. Com o tempo essas habilidades viriam, a ponto de um descendente de Montezuma ser futuramente apontado vice-rei do México pelo reino espanhol. Racistas os espanhóis não eram.

O tratamento dado aos índios depois da Conquista

Desde as primeiras descobertas no Novo Mundo, espalhou-se na Espanha o debate entre estudiosos sobre a natureza dos habitantes das novas terras. Os sofisticados astecas, com sua avançada civilização, eram evidentemente humanos, apesar de sua religião ser demoníaca. No caso de algumas tribos da América Central que ainda viviam na Idade da Pedra e foram descobertas, por acaso, pelos conquistadores, a questão não estava clara. Esses povos eram completamente diferentes de todas as raças humanas conhecidas pelos espanhóis. Essas questões foram motivo de grandes debates filosóficos e teológicos, pois era preciso tomar precauções para o tratamento e controle justo desses novos súditos espanhóis. As conclusões foram claras e firmes, marcando um novo avanço no mundo ocidental: os índios eram seres humanos criados por Deus, possuíam direitos humanos e deveriam ser tratados com justiça.

Esses pensadores católicos levaram a sério a afirmação do papa Paulo II, em 1537, de que os índios

> não deveriam ser tratados como animais irracionais e serem usados exclusivamente para nosso proveito e nosso serviço (...)[Eles] não devem ter sua liberdade e propriedade restrin-

> gidas (...) mesmo que não sejam cristãos; eles precisam ser livres para desfrutar de sua liberdade e suas propriedades.

O papa enfatizou o princípio cristão de que "todo homem é meu irmão ou minha irmã." (Não irei estender as comparações óbvias entre essa visão católica sobre os direitos humanos dos índios, que os colonizadores franceses na América do Norte também compartilhavam, e o modo como os ingleses e seus descendentes viam os índios com que tinham de lidar. Quem foi que disse, "índio bom é índio morto?")

Nos primeiros anos depois da conquista, a conversão dos astecas e outras tribos mexicanas ao cristianismo se deu lentamente, a despeito do grande esforço e dedicação dos missionários franciscanos. Particularmente em áreas onde havia pouca presença governamental, a relação entre colonizadores espanhóis e os índios, em geral, era tensa, e isso dificultava a receptividade dos nativos à religião do homem branco. Em 1531, no entanto, ocorreu a misteriosa aparição da imagem de uma jovem mulher – claramente a Virgem Maria – em um manto pertencente a um asteca de meia idade.

Este homem, Juan Diego, levava um buquê de rosas para o bispo. As flores lhe haviam sido dadas por uma jovem mulher que lhe aparecera algumas vezes e pedira para que o bispo construísse uma igreja para ela. Quando Juan Diego, depois de muito esforço, conseguiu ver o bispo e abriu sua *tilma* (manto), surpreendeu-se ao perceber que todos os indivíduos presentes se ajoelharam em veneração: havia no *tilma* a imagem extraordinária de Nossa Senhora de Guadalupe. A imagem foi submetida a diversas análises científicas e, até hoje,

não se conseguiu identificar como foi feita. Ela não foi pintada (apesar de ter sido retocada com tinta ao longo dos séculos); o tecido deveria ter se desintegrado em apenas uma geração, mas até hoje está em perfeitas condições, mais de quatro séculos depois do seu aparecimento; ampliada em alta definição notam-se figuras no olho de Nossa Senhora, como se estivessem refletidas em um olho vivo no momento em que a imagem foi fixada; essas são apenas algumas características dessa relíquia lendária. Mais singularmente, a imagem lembra uma mulher asteca grávida e inclui símbolos que exprimiram uma mensagem espiritual aos astecas. Desde que a imagem apareceu, milagres foram associados a ela, e em seis anos cerca de 8 milhões de astecas foram convertidos à fé católica.

A importância dessa conversão em massa não pode ser subestimada. Conquistadores e conquistados agora compartilhavam uma religião comum. Em razão de os espanhóis não serem, como os ingleses, racialmente preconceituosos, eles agora estavam dispostos a se casar com os nativos, produzindo eventualmente uma sociedade muito mais homogênea em termos raciais do que jamais existiu ao norte do México. Esse tipo de conduta nunca foi praticada em grande escala pelos ingleses discriminadores. (Aqui alguém poderia dizer: "Pocahontas!" É um dos poucos casos.)

A Lenda Negra ainda vive

Dei uma amostra do comportamento espanhol nas Américas com algum detalhe porque ele se tornou a principal característica da Lenda Negra, seja na Holanda do século XVI

ou em livros escolares americanos de hoje. Os espanhóis eram extremamente gananciosos e cruéis – comparados com seus rivais ingleses, por exemplo? A Igreja violou o direito dos nativos no seu zelo pelas almas? Acho que os registros falam por si. Atrocidades ocorreram em todo empreendimento colonizador, do lado dos colonizadores e dos colonizados, mas não se limitaram a apenas uma nação. (Houve relatos horríveis a respeito de colonizadores alemães na Venezuela, mas ninguém os menciona.) A solicitude da Igreja para com os índios, no sentido espiritual e material, foi louvável.

É claro, o êxito da Espanha no Novo Mundo não é o único motivador da Lenda; há outros. A Espanha teve diversos governantes autoritários. O general Franco a governou de 1939 a 1975, poucas décadas atrás e, na visão liberal, isso é absurdo. Historicamente, o país tem sido zelosamente católico, o que é uma mancha negra na historiografia secular e moderna.

Um dos primeiros livros a revisar a Lenda Negra publicado nos Estados Unidos foi *Tree of Hate: Propaganda and Prejudices Affecting United States Relations with the Hispanic World*, de Philip Wayne Powell, mencionado anteriormente. Esse livro trata do tema em toda sua amplitude, discute preconceitos modernos e críticas da conquista. Ironicamente, como observa Powell, o movimento de libertação do século XIX na América Espanhola, que se livrou do governo espanhol e gerou os vários Estados independentes das Américas Central e do Sul modernas, também adotou uma versão da Lenda Negra para atender seus propósitos políticos. Essa versão defendia que os nativos sofreram opressão política e dominação racial pelos colonizadores espanhóis. Se hoje está tudo às maravilhas

nos Estados libertos é algo que pode ser questionado. O presidente Teddy Roosevelt, adepto de uma visão diminutiva dos não anglo-saxônicos, considerava que, em razão de os Estados Unidos serem uma nação "civilizada", deveria lutar contra os "erros crônicos" por todo o hemisfério ocidental. A Guerra Hispano-Americana e a "tomada" do Panamá por Roosevelt, junto com a "diplomacia do dólar" do presidente William Howard Taft deveriam supostamente tornar os hispânicos mais semelhantes aos norte-americanos. A "diplomacia missionária" de Woodrow Wilson, particularmente em Cuba e no Haiti, pretendia mostrar àqueles atrasados hispânicos "como eleger bons homens." Não surpreende que a hispanofobia americana, por tanto tempo alimento básico fornecido por escolas e livros didáticos, provoque antipatia e receio correspondentes no mundo hispânico.

Quanto à colonização espanhola original, podemos concordar com o historiador Lewis Hanke. Ele dizia que nenhuma nação europeia, exceto talvez Portugal, "realizou seu dever cristão diante dos povos nativos tão seriamente como fez a Espanha." Foi uma grande conquista.



E tem mais...



As mentiras discutidas nos capítulos deste livro são apenas alguns exemplos, talvez os mais conhecidos, de distorções históricas motivadas por preconceito antirreligioso. Poderia dar muitos outros exemplos, entre os quais as contínuas acusações contra a Igreja Católica – e, particularmente, ao papa Pio XII – de supostamente não ter feito nada para prevenir o Holocausto e dele salvar os judeus. O argumento é de que o papa não somente não fez o suficiente para ajudar os judeus perseguidos pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, mas que, na verdade, simpatizava com seus objetivos. A prova – e o único fato apresentado – é que muitos judeus morreram.

Essa acusação ilógica é alarmante. Não apenas suprime o que teria de ser provado, mas atribui à Igreja um nível extraordinário de poder que ela nunca possuiu ou reivindicou. Somente um organismo supranacional onipotente seria capaz de impedir qualquer atrocidade de larga escala. A Liga das Nações foi incapaz de fazê-lo; o histórico das Nações Unidas é um pouco melhor. O interessante sobre essa mentira em particular é que ela foi criada décadas depois da Segunda Guerra, em contradição direta com o tratamento dado pela Igreja e o papa aos judeus logo após o conflito. Pinchas Lapide, historiador e cônsul israelense na Santa Sé, estimou que cerca de 860

mil judeus foram salvos pela Igreja Católica durante a guerra, um número superior ao do resgate feito por todas as nações e grupos somados. Em outra frente, o papa defendeu pessoalmente o combate a Hitler, encorajou a resistência secreta alemã e permitiu que agentes do Vaticano passassem informações para agentes aliados. A ideia de que ele foi um defensor de Hitler é ridícula.

Uma acusação relacionada a essa é a de que o Vaticano foi responsável por esconder criminosos nazistas depois da guerra e os ajudou a escapar. A total falta de provas sobre isso parece não importar para os propagadores da mentira; eles sabem que não se pode provar uma afirmação negativa, por isso a negação desta acusação maliciosa não consegue impedi-la de circular.

Outra mentira, a respeito dos séculos anteriores, diz que a Igreja Católica apoiou a escravidão. Na verdade, a Igreja esteve envolvida por séculos na batalha para libertar os escravos, e o primeiro autor de uma obra abolicionista foi um padre jesuíta de Cartagena, um grande porto de comércio de escravos na América do Sul do século XVII. Já em 1435, quando os portugueses que chegaram às Ilhas Canárias escravizaram os habitantes, o papa condenou a prática e os escravos foram libertados. A própria transformação da Europa, do Império Romano baseado na escravidão, para as nações da cristandade, defensoras de direitos para todas as classes, é uma prova do caráter libertador do catolicismo.

Uma mentira de amplo alcance que cobre toda a História, desde o surgimento do cristianismo até o presente, refere-se à posição das mulheres. Para resumir: as mulheres foram

sempre oprimidas, tratadas como menos do que humanas e tiveram negado o seu direito de exercer posições em todas as áreas, incluindo a Igreja. Não tratei dessa mentira neste livro porque isso requereria um volume próprio. Eu lido com ela nos cursos universitários e, no Apêndice 2, citei alguns livros que tratam do tema das mulheres na Idade Média. Falando brevemente, a ideia de que as mulheres eram oprimidas na Igreja antiga é uma estupidez. São Paulo proclamou a igualdade espiritual entre homem e mulher ("não há escravo nem livre; não há homem nem mulher"), e ele teve mulheres ajudantes. Mulheres são figuras importantes nos Evangelhos, e sabemos que elas exerceram cargos no começo da Igreja; que elas não foram sacerdotes não é preciso dizer.

Sob perseguição, mulheres com frequência demonstraram coragem impressionante. Em Lyon, a jovem escrava Blandina, que seus companheiros cristãos não acreditavam que fosse resistir à tortura, provou tanta firmeza que até mesmo os pagãos diziam nunca terem visto uma mulher sofrer com tanta intensidade e bravura. Em Cartago, outra escrava, Felicidade, e sua amiga Perpétua, uma aristocrata, enfrentaram o martírio com tamanha coragem que comoveram os espectadores na arena em que foram mortas. (Temos o diário de Perpétua, que registra toda a história, desde o aprisionamento até o seu último dia de vida. Mulheres cristãs eram escritoras também.) A mãe do imperador Constantino, Helena, foi uma mulher católica proeminente; e, durante o período posterior à queda de Roma, houve muitas outras grandes mulheres católicas, religiosas e leigas. De onde as feministas tiraram a ideia

de que as mulheres foram oprimidas ou invisíveis durante essa época é algo que está além da minha compreensão.

Na Idade Média, as mulheres foram professoras, enfermeiras, artistas, escritoras, místicas e até médicas. Havia mulheres empreendedoras com suas próprias guildas. Havia freiras, esposas e rainhas santas, assim como não santas, e figuras de grande poder político como Leanor de Aquitânia. Por último, Joana d'Arc – à qual não há equivalente masculino.

Nunca será possível extinguir as sete mentiras discutidas neste livro, nem todas as demais; não importa o que façamos, as mentiras continuarão a circular – e outras irão surgir. Primeiramente, porque são muito úteis aos inimigos da Igreja. Já deve estar evidente, após um levantamento dos temas que tratamos, que a maioria dos promotores dessas mentiras possui uma mentalidade muito estreita. À parte alguns homens de boa vontade que receberam as informações erradas e estão dispostos a aceitar a verdade histórica se esta lhes for mostrada, os mentirosos não desejam ser convencidos. Eles são impacientes com nossas demonstrações, pois a verdade ou falsidade das suas acusações não é realmente o que importa. O importante é denegrir a Igreja Católica. Aquele que os estimula, caso eles saibam ou não, é o pai da mentira, que é infinitamente inventivo quando se trata de prover munição aos seus joguetes. Os propagadores de mentiras continuam escrevendo livros didáticos, dando palestras, postando novos artigos na internet e produzindo tomos que pessoas como eles mesmos colocam na lista dos mais vendidos.

Mas, o que produz tanta hostilidade à Igreja Católica, particularmente em nosso tempo? Há, obviamente, algo em

nós, católicos, que os intelectuais modernos não suportam, e isso parece ser a premissa de que a autoridade da Igreja vem de uma força sobrenatural: o Próprio Deus. Rejeitando a fonte, eles tentam de todos os meios possíveis depreciar a instituição que afirma falar em nome da fonte. Entre parênteses, vamos distinguir a doutrina de que a Igreja de hoje ensina o que sempre ensinou em matéria de fé e moral, da ideia de que nada pode mudar na Igreja. Ninguém argumenta que não se pode mudar nada na Igreja. Medidas disciplinares como o Imprimatur, o Índice e a Inquisição foram modificadas sem comprometer a doutrina, e essas mudanças não são indicações de que a Igreja estava "errada" quando a instrução era diferente. (Também não é preciso, é claro, comemorar cada mudança disciplinar. É-se livre, por exemplo, para defender que uma atitude severa contra os hereges dentro da Igreja atual seria algo muito bom.)

A afirmação católica de possuir a absoluta verdade de Deus (em áreas limitadas) é totalmente estranha à mente moderna. É muito mais confortável pensar que tudo é relativo. Afirmações sobre estar *certo* apenas irritam.[12]

Isso significa que o jogo está perdido, e que não devemos nos dar ao trabalho de tentar apagar um incêndio após o outro, já que há sempre um piromaníaco nos perseguindo? Visto que os inimigos têm um grande arcanjo por trás deles,

---

12 *Curiosamente, o mesmo padrão não é requerido para outras religiões, como o Islã. Os "fatos" incertos sobre a antiga história do Islã são aceitos sem questionamento ou críticas, e pouco da sua história tardia – tão repleta de conquistas violentas, massacres, escravidão em massa e discriminação radical contra mulheres e não muçulmanos – é deixado ao descrédito, enquanto os erros dos católicos são repetidamente levantados contra a Igreja.*

devemos pressupor que o combate é inútil? É certo que não. Se conseguirmos mostrar a verdade a apenas uma pessoa que foi enganada, será uma vitória para a verdade. Se eu convencer dois estudantes entre cinquenta a revisar o seu pensamento sobre alguns dos temas abordados neste livro, será uma vitória. Nunca saberemos, na verdade, quantas almas nossa defesa da verdade católica atinge, pois frequentemente o efeito só surge após algum tempo. (Se o trabalho fosse fácil e todos começassem a concordar conosco, nos tornaríamos indivíduos muito convencidos!)

Se eles têm um arcanjo do lado deles (embora a maioria não saiba), nós temos um arcanjo maior do nosso; e além de São Miguel, temos a Mulher Coberta de Sol – e seu próprio Filho, que é Deus. Visto desse modo, desencorajar-se parece uma tolice completa. Temos de nos informar sobre a verdadeira história da nossa Mãe Igreja, com todos os seus defeitos, e defender essa verdade com cortesia e competência, sempre que formos chamados a fazê-lo. Para alguns, isso significará escrever e falar em público; para outros, dar lições de educação religiosa ou ensinar às crianças; e para a maioria, a conversa ocasional com um amigo que entende tudo errado. Não podemos vacilar, todavia, ao aprender e falar a verdade.

Como faremos isso? Leia em seguida algumas sugestões sobre como confrontar as mentiras discutidas neste livro.

Apêndice 1

Como responder a uma mentira

Imagine que alguém lhe diga do nada: "Vocês, católicos! Queimaram pessoas durante séculos, só porque elas não concordavam com vocês." O que você diria? Caso não esteja bem informado, você, encabulado, pode se ver tentado a concordar, já que ouve isso com muita frequência. No entanto, se está ciente dos fatos (como deve estar, após ler este livro), você, talvez, tenha vontade de berrar com indignação: "Não fizemos isso!"

Entretanto, isso não nos levará muito longe. Conhecimento é essencial, mas precisa ser corretamente apresentado. A única maneira de demonstrar que uma mentira é uma mentira é ter uma discussão racional com o acusador. Isso não é tão simples como parece, pois poucas pessoas hoje em dia parecem dispostas (ou capazes) de raciocinar ou acompanhar a demonstração de um argumento – particularmente, se este for contra os preconceitos adquiridos. Você pode tentar dizer algo como: "Há um assunto interessante; estava lendo outro dia sobre a queima de hereges. Vamos tomar um café amanhã e conversar sobre isso?"

Isso pode ter como resultado a abertura de um diálogo frutífero com uma pessoa mal informada, embora nem sempre funcione. Já aconteceu comigo várias vezes de um estudante me perguntar algo sobre uma mentira ou algum tema histórico. Como eu queria estar certa sobre os fatos, antes de responder, eu me propus a pesquisar e disse a ele que responderia

na próxima aula. Várias vezes, passei um bom tempo pesquisando sobre o tema e planejando minha apresentação para a próxima aula e, então, o estudante havia perdido o interesse ou não comparecera para ouvir a explicação para a pergunta que me havia feito.

Tenhamos a esperança de que o seu interlocutor apareça na cafeteria. Uma das melhores maneiras de proceder é agir como Sócrates: questione o questionador e deixe-o explicar porque ele acha que os católicos sempre queimaram pessoas. Quais fatos ele pode citar? (Geralmente ele não tem nada concreto em mente; estudantes e jovens irão com frequência citar filmes, tomando-os como autoridades; isso mostra (e assusta) que, muitas vezes, eles não sabem distinguir fato de ficção.) Explique-lhe porque "tolerância" – na conotação moderna de que "tudo é válido e não importa no que se acredita"– não existia nos tempos cristãos. Ao contrário, as pessoas acreditavam que era de grande importância saber o que é verdadeiro e o que traria a vida eterna. Considerava-se crime matar o corpo de uma pessoa, crime cuja pena geralmente era a morte, porém julgava-se crime muito mais grave "matar" a alma – através da destruição das virtudes da fé, esperança e caridade –, o que afetaria o destino eterno da pessoa. O povo zelava pelo bem comum, exigindo que o herege, propagador de falsas doutrinas, fosse proibido de corromper as almas. A melhor maneira de fazer isso era lhe mostrar que estava errado. Caso não funcionasse, o herege deveria, ao menos, ser coibido de espalhar seu veneno espiritual; e, em casos extremos, como o da promoção do suicídio pelos cátaros, poderia ser executado. Isso é absurdo? Atualmente, o que fazemos com pessoas

que defendem crimes? O católico dessa conversa certamente não irá omitir os casos verdadeiros de injustiça e crueldade que ocorreram. Houve alguns inquisidores cruéis e outros que mereceram punição. Em todas as ações humanas, não importa quão boa seja a causa, os seres humanos falíveis envolvidos são capazes de pecar e errar. Soldados envolvidos em uma guerra perfeitamente justa, em defesa de seu país contra a agressão despropositada, podem ser culpados de crime de guerra sem que isso desonre a guerra.

Até aí você talvez consiga algum consentimento em alguns dos pontos levantados, mas seu interrogador é hábil o suficiente para perguntar: por que você acha que a Igreja Católica tem o direito de reprimir a heresia? Ele pode objetar que essa postura implica que a Igreja Católica é a única igreja verdadeira entre milhares, e ninguém acredita mais nisso. Hoje em dia, todos defendem que qualquer um tem o direito de praticar o que lhe agrada. Nesse momento, você estará longe de discutir meramente eventos históricos; na verdade, estará em apologética.

Contudo, a refutação de mentiras históricas precisa *sempre* conduzir para a verdade da Igreja? Examinemos essa questão, ao olhar para outras mentiras. As Cruzadas? Elas também levantam a questão do relativismo: por que os muçulmanos não podem ter a Terra Santa? Afinal, eles veneram os locais sagrados, assim como fazem os cristãos, e eles têm o direito de ter e difundir sua própria religião. A condenação de Galileu? Que autoridade tem a Igreja para decidir se um cientista deve ser restringido sobre como apresentar suas descobertas? A suposta corrupção católica do período pré-Reforma? Que

diferença isso faz, se existiu ou não, já que os protestantes certamente devem ter o direito de criar sua própria religião; eles não o fizeram, sendo a Igreja Católica corrupta ou não?

Felizmente ou infelizmente, quase todas as mentiras discutidas neste livro, que são mentiras sobre *História*, nos levam de volta à questão básica sobre a *fé católica*. Isso deve nos dar uma indicação de que a maioria das mentiras foi originalmente dita por pessoas que se opunham à *Igreja*, e não a mera interpretação de um acontecimento histórico. Quando discutimos mentiras históricas, portanto, precisamos estar preparados para lidar com pressuposições sobre Deus e a fé. Isso não é fácil, mas há uma riqueza de recursos apologéticos disponíveis (*ver Apêndice 2 para alguns deles*).

Em muitos casos, portanto, não parece ser possível lidar exclusivamente com *fatos históricos* – seja porque as mentiras sobre eles são motivadas por preconceitos contra a Igreja, ou porque as mentiras, no final das contas, levantam questões básicas sobre a Igreja. O historiador católico (e até mesmo o historiador amador) deve estar preparado para ser um apologista – um defensor, e não para pedir desculpas. É, claro, parte da nossa vocação católica ser capaz de defender a fé; então, isso não nos deve causar surpresa. As regras clássicas de discussão se enquadram aqui, como em todas outra conversas:

1. *Caridade, antes de tudo.* Devemos estar preocupados com a verdade e a salvação das almas e não desejarmos, apenas, vencer um debate. Se isso fosse nossa prioridade, entraríamos em controvérsia logo no início da conversa. Reze não apenas pelas palavras e

pelos argumentos corretos, mas para que o Espírito Santo lhe dê a graça da caridade em tudo que faça.

2. *Defina os termos!* É impressionante – e desencorajador – perceber como esse antigo dito é ignorado (é só ouvir qualquer debate político) apesar da força que possui para fornecer a solução para um argumento. Frequentemente, usamos as palavras de maneira tão imprecisa e inapropriada que somente conceitos vagos podem ser entendidos. Assim, uma das primeiras coisas que devemos perguntar ao interrogador é o que ele entende exatamente pelas palavras que tem usado ao condenar a Inquisição ou as Cruzadas.

3. *Forneça o contexto histórico do tema sob discussão.* É importante perceber o quanto – embora a natureza humana se mantenha a mesma – a mentalidade social pode mudar. A maneira como o povo de um determinado país vê um assunto irá diferir daquela de um povo de um determinado século ou época anterior. Isso não implica relativismo moral, mas simplesmente compreensão de que as circunstâncias históricas afetam a perspectiva. Um inglês do século XV e um historiador moderno podem concordar que o julgamento de Joana d'Arc foi uma farsa e que a sua execução, um crime – mas, o inglês pode também estar orgulhoso de que esse inimigo do exército britânico tenha sido eliminado, enquanto o escritor moderno veria somente a tragédia do ato. Entender como as pessoas pensavam

no passado torna suas atitudes mais compreensíveis para as gerações recentes.

4. *Veja em que parte vocês podem chegar a um acordo.* A pergunta "Você concorda comigo que...?" deve levar, ao menos, a fatos menos controversos e ajudá-lo a chegar a um acordo sobre um ou dois assuntos que são pontos de impasse.

5. *Esteja preparado para aprender.* Podemos aprender algo em toda discussão. Muitas vezes, pode nos ser revelador perceber que algumas coisas que tomamos como verdade, seja na História ou em outros assuntos, são vistas de modo muito diferente pelos outros. Por vezes, a visão do outro aperfeiçoa a nossa.

6. *Recapitule sempre.* "Acho que podemos concordar que..." é a melhor maneira de terminar uma conversa sobre um tema disputado. Ambos devem saber onde estão, em que pontos concordam e que discordâncias permanecem. Idealmente, você terá pelo menos corrigido algumas ideias equivocadas sobre a Igreja. Um erro corrigido já é uma vitória!

Blasfêmia: a mentira mais maléfica

Nos últimos anos, mentiras históricas sinistras, que nada têm a ver com os fatos, começaram a circular e se proliferaram. Elas estão se transformando em programas de televisão, artigos de jornais e revistas, peças e filmes, e são caracte-

rizadas por uma vulgaridade e obscenidade sem precedentes. Refiro-me à imensa quantidade de ofensas a Nosso Senhor, Nossa Senhora e os apóstolos. Ataques à Igreja foram comuns em todas as épocas da História. Entretanto, blasfêmias sombrias contra o Próprio Jesus Cristo e Sua Mãe eram tão raras na grande mídia que a maior parte de nós raramente ou nunca ouviu falar delas. No entanto, já não é mais assim. Acusações absurdas de imoralidade contra Cristo e Nossa Senhora que, até recentemente, não seriam toleradas na mídia, agora atacam de todos os lados a sensibilidade cristã – e não há mais lei contra a blasfêmia, porque a liberdade de expressão e a liberdade de publicação são as doutrinas reinantes da religião da democracia.

Essas leis deveriam ser examinadas racionalmente e refutadas pelos católicos comuns? A reposta teria de ser não: primeiro, porque elas não se baseiam em nenhuma prova e, portanto, não podem ser refutadas por um apelo aos registros históricos; e, segundo, porque discuti-las só lhes dá mais publicidade. O pai da mentira geralmente é a fonte indireta de todas as mentiras; porém, no caso das blasfêmias ele é, obviamente, a *fonte direta*.

É importante notar que blasfêmias obscenas raramente são dirigidas a figuras sagradas de outras religiões. Um desenho que ridicularizasse Maomé produziria demonstrações de violência e ameaças de morte contra qualquer um que ousasse mencionar o Profeta sem o devido respeito. Isso restringe os jornalistas ou roteiristas difamatórios; eles talvez gostassem de proferir vulgaridades ou escarnecer Maomé, mas têm medo de ser assassinados. E quanto a ridicularizar alvos judeus –

Moisés, talvez – ou um herói judeu do Holocausto? Não é boa ideia. O roteirista pode acabar em um tribunal e ele seria, no mínimo, perseguido por acusações de antissemitismo pelo resto de sua vida. As religiões neopagãs ou as orientais são muito obscuras, ou muito inofensivas (se não muito "virtuosas"), para serem zombadas. Pois bem. Eles criam, assim, as falsidades mais obscenas e nojentas que se pode conceber sobre Jesus Cristo e Sua Mãe. Certamente, nada de mal lhes acontecerá. Na verdade, eles irão obter lucro.

Como, então, devemos reagir a esse tipo de mentira, se não estamos dispostos a tratá-la diretamente? A última coisa que queremos fazer é dar-lhe publicidade; sendo assim, precisamos ser discretos. Se estivermos na linha de fogo – como, por exemplo, no caso do curador que precisa decidir se uma pintura blasfema e obscena deve ser exibida, do editor que recebe o manuscrito de um romance blasfemo (certamente candidato a *best-seller*!), do diretor de um colégio no qual uma peça blasfema está agendada para começar, ou de alguém em posição de lutar contra o mal diretamente, precisamos, obviamente, fazê-lo. Se formos membros de uma organização que combate a difamação de católicos (*ver Apêndice 2*), apoiaremos os esforços contra a blasfêmia sob o guiamento da organização. O que não é recomendável é tratar do assunto sozinho, como devemos fazer com outras mentiras. A blasfêmia é de tal natureza que, mostrá-la para alguém que não a conhece pode introduzi-la na imaginação da pessoa, local em que ela não deve entrar. Lidar com blasfêmias é, portanto, semelhante a lidar com pornografia; é algo a ser resolutamente evitado, a

menos que seja inevitável. As melhores armas aqui são a oração fervorosa e a penitência.



Apêndice 2

Fontes utilizadas e recomendações para leituras e estudos posteriores

Listei, a seguir, as fontes utilizadas. Algumas não foram citadas no texto. Certas citações contidas em documentos primários não tiveram suas fontes mencionadas, pois foram retiradas de coleções de difícil acesso ao leitor comum. Omiti, no geral, fontes de artigos de jornais pelo mesmo motivo, exceto quando estão contidas em obras de maior difusão.

Prefácio

Keith Windschuttle, *The Killing of History: How Literary Critics and Social Theorists Are Murdering Our Past* (Enconter Books, 1996). É citada no Capítulo 7, por sua excelente e extensa discussão da conquista do México, mas é também uma boa introdução às teorias modernas que têm distorcido a História.

Capítulo 1 – Idade Média, a "idade das trevas"

Douglas Bush, "The Renaissence and English Humanism: Modern Theories of the Renaissance," uma palestra de 1939 contida em *The Renaissance – Medieval or Modern?*, Karl H. Dannelfeldt, (D. C. Heath and Company, 1959).

A obra em que a palestra do Dr. Bush aparece é um volume da série chamada *Problems in European Civilization*, publicado por D. C. Heath and Company. Cada um desses pequenos livros lida com uma questão controversa entre os historiadores e inclui ensaios curtos e também textos primários relevantes. Os tópicos variam: vão da questão do Império Romano até a Guerra Fria. Como introdução para temas históricos, são extremamente úteis. Apesar de a Heath Company não mais existir, os livros estão disponíveis em sebos ou bibliotecas; vale a pena procurá-los, se você gosta de História.

Jules Michelet, "The Renaissance and the Discovery of the World and Man," de *Histoire de France*, extraído de *The Renaissance Debate* (Holt, Rinehart and Winston, 1965), Denys Hay, Ed. Essa é uma outra coleção de fontes sobre a contínua controvérsia da Renascença. A citação de John Addington Symonds também foi tirada dessa fonte.

Jacob Burckhardt, *A cultura do Renascimento na Itália* (São Paulo, Companhia das Letras, 2009). O livro foi originalmente escrito em 1860.

Normam F. Cantor, *Inventing the Middle Ages* (Willaim Morrow and Company, 1991).

John R. Hale *et al.*, *Renaissance* (Time Incorporated, 1965).

Anne Freemantle, *The Age of Faith* (Time Incorporated, 1965).

Charles Homer Haskins, *The Renaissance of the Twelfth Century* (Harvard University Press, 1927). Obra de grande valor, escrita de maneira envolvente e repleta de informações detalhadas sobre o progressivo século XII.

Christopher Dawson, *The Dividing of Christendom* (Sheed and Ward, 1965).

A frase de Lynn Thorndike sobre Francesco Petrarca é de um artigo "Renaissance or Prerenaissance?", publicado no *Journal of the History of Ideas*, IV (1943), citado em Dannerefeldt, *op. cit.*

Apesar de não ter sido usado aqui, *O mito da Idade Média* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1978), de Régine Pernoud, deve ser mencionado. A autora faz um belo trabalho, ao confrontar e demolir uma série de mentiras sobre a Idade Média.

Capítulo 2 – Igreja Católica, inimiga do progresso

Para informações a respeito da atitude dos primeiros cristãos sobre a educação, os capítulos IX e X do clássico de H. I. Marrou, *A History of Education in Antiquitiy* (Sheed and Ward, 1956), não têm preço. A análise detalhada das escolas e das teorias educacionais gregas e romanas serve como base excelente e útil para a discussão sobre a doutrina cristã nas suas primeiras formas.

Sobre o renascimento do ensino no reinado de Carlos Magno há muitas obras boas; se você só puder ler uma, o livro de Eleanor Shipley Duckett, *Carolingian Portraits: A Study in the Ninth Century* (The University of Michigan Press, 1962), dá vida ao período com grande simpatia, erudição e estilo.

Outra obra, mais antiga, muito lida, curta, mas ainda atual, é *The Rise of Universities* (Cornell University Press, 1970), de Charles Homer Haskings. Ela foi primeiramente publicada

em 1923 e reimpressa muitas vezes. Obras consultadas para o Capítulo 1, como *The Renaissance of the Twelfth Century*, são relevantes aqui.

Capítulo 3 – Uma cruzada contra a verdade

Há muitas obras excelentes sobre as Cruzadas. Ao lado das histórias gerais da cristandade de Henri Daniel-Rops e Warren Carroll, que incluem partes sobre as Cruzadas, o livro de Régine Pernoud, *Les Croisés* (Hachette, 1959), tradução inglesa: *The Crusaders* (Ignatius Press, 2003), é altamente recomendado. Sobre as condições dos cristãos nas áreas conquistadas pelos árabes e pelos turcos, ver *The Decline of Eastern Christianity under Islam: From Jihad to Dhimmitude* (Associated University Presses, 1996) de Bat Ye'or. Um trabalho recente é *God's Battalions: The Case for the Crusades* (Harper One, 2009), do professor Rodney Stark (Harper One, 2009). Esse também vale a pena ser lido, embora as citações do autor sejam, em sua maioria, retiradas de fontes secundárias; há também pequenos erros sobre os fatos, mas deve-se estar disposto a ignorá-los em um trabalho secular que defende as Cruzadas. Bom para o professor Stark! Por último, meu livro *Islam at the Gates* (Sophia Institute Press, 2008) lida com os esforços da cristandade contra os turco-otomanos.

Para a seção deste capítulo na qual vários historiadores são citados, a fonte é uma coleção de artigos na série *Problems in European Civilization*, citada no Capítulo 1. Esta foi publicada em 1964 e é intitulada *The Crusades: Motives and Achievements*.

O discurso de Clinton pode ser encontrado on-line em: http://ecumene.org/clinton/htm.

Capítulo 4 – A sinistra Inquisição

Arius é discutido em *A Igreja dos apóstolos e mártires* (São Paulo, Editora Quadrante, 1991), de Henri Daniel-Rops, o primeiro volume da sua série *História da Igreja de Cristo.*

Sobre os patarinos e valdenses ver: *Religious Dissent in the Middle Ages* (John Wiley & Sons, 1971), de Jeffrey B. Russel. Os capítulos 8 e 9, que tratam desses hereges, são traduções de uma obra alemã de Herbert Grundmann e de um livro francês de Raymonde Forville e Jean Rousset de Pina.

Sobre os albigenses, ou cátaros, há inúmeras fontes, incluindo um capitulo do livro citado anteriormente. Um obra antiga, mas excelente sobre a história da Inquisição é *The Inquisition* (Longmans, Green, and Co., 1926), de E. Vacanards, traduzido por Father Bertrand L. Conway. O leitor deve, no entanto, levar em conta a época em que foi escrito, quando ler o capítulo sobre a Inquisição Espanhola, em vista das obras revisionistas agora disponíveis sobre o tema. Outro estudo antigo, mas útil, é *The Inquisition* (Harper & Brothers, 1927), de A. L. Maycocks, que inclui uma introdução de Father Ronald Knox.

The Inquisiton: A Political and Military Study of Its Establishment (Kennikat Press, 1968), de Hoffman Nickersons, foi publicado em 1932. É bem escrito e erudito, embora um pouco desatualizado. O prefácio escrito por Hilaire Belloc começa assim: "O trabalho histórico hoje necessário consiste em afas-

tar os montes de lixo herdados dos últimos historiadores." O trabalho desses historiadores, Belloc observa, sofria de anticatolicismo e imprecisão nos métodos de pesquisa. O ensaio e a obra de Nickerson são boas leituras, mas, novamente, tenha cuidado com trabalhos sobre a Inquisicão anteriores à década de 1970.

The Spanish Inquisition: A Historical Revision, de Henry Kamen, citado no texto, foi publicado em 1965; uma segunda edição saiu em 1997, e essa é a mais indicada. Eu adquiri, sem querer, uma versão resumida da segunda edição, que não posso recomendar. O vídeo relacionado é bastante divertido e informativo.

Montaillou: povoado occitânico, 1294 a 1324 (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), do francês Emmanuel Le Roy Ladurie é uma investigação detalhada de uma vila cátara, baseada na arqueologia, em biografias dos habitantes locais e no testemunho coletado pelo inquisidor Jacques Fournier.

Sobre a Cruzada Albigense, citada no capítulo, ver as histórias da Igreja já mencionadas. *The Albigensian Crusades*, de Joseph R. Strayer, é um relato clássico em inglês do qual existem várias edições.

Magic and Witchcraft in the Dark Ages (University Press of America, 1996), de Eugene D. Dukes. Essa é uma obra formidável feita por um refinado pesquisador católico, mas infelizmente é muito difícil de encontrar; eu a localizei no sistema de empréstimo entre bibliotecas (*Interlibrary Loan*). Ela detalha a realidade da atividade diabólica começando no período cristão primitivo, explora as formas que tomou em épocas seguintes e descreve práticas ocultistas e seus devotos. Suas conclu-

sões sombrias, que alcançam a situação nos Estados Unidos hoje, são provocantes e perturbadoras.

Capítulo 5 – A ciência no tribunal: a Igreja Católica versus *Galileu*

The Heavenly City of the Eighteenth-Century (Yale University Press, 1963), de Carl Becker, foi publicado em 1932 e baseia-se em palestras proferidas na Universidade de Yale. Esses capítulos, escritos de maneira graciosa, dão uma compreensão clara da devoção iluminista da natureza e da ciência, e do desenvolvimento da mentalidade moderna. Leitura altamente indicada.

A filha de Galileu (São Paulo, Companhia das Letras, 2000) de Dava Sobel, é um belo relato do relacionamento entre um pai difícil e uma filha (uma freira) a quem ele era muito ligado, uma história bem interessante.

Galileo, Science, and the Church (University of Michigan Press, 1992), de Jerome J. Langford. Foi publicado em 1966 e revisado em 1977. É uma análise detalhada de todas as facetas do caso Galileu, feita por um ex-dominicano. A edição de 1992 inclui um pós-escrito com informações adicionais.

The Devil's Delusion: Atheism and its Scientific Pretensions (Basic Books, 2009), de David Berlinski.

Capítulo 6 – Uma Igreja corrompida até o topo

O livro de Christopher Dawson, *The Dividing of Christendom* (Sheed and Ward, 1965), é um excelente resumo dos vários fatores históricos envolvidos no violento abalo que foi a

Reforma. Altamente recomendado, junto com os volumes relativos ao tema das séries de Carrol e Daniel-Rops.

A History of the Protestant Reformation in England and Ireland (Tan Books, 1988), de Willian Cobbett, revisado por Francis Cardinal Gasquet. É uma reprodução fotográfica de uma edição de 1896. Esse relato traz informações valiosas sobre os efeitos das políticas reais protestantes nas localidades estudadas pelo autor. Apesar de antiga, vale a pena ser lida.

Euan Cameron, *The European Reformation* (Clanderon Press, 1991). As citações desse excelente estudo, que foram incluídas no capítulo, dão uma amostra do trabalho. Uma ótima fonte de detalhes sobre a Reforma na Europa.

Eamon Duffy, *The Stripping of the Altars: Traditional Religion in England 1400-1580* (Yale University Press, 1992). Dispensa elogios. É de grande erudição e dá uma imagem compreensiva da fé católica na Inglaterra pré-Reforma e do seu impacto nas vidas e nos costumes das pessoas comuns. Excelente em todos os aspectos.

A citação de Pierre Janelle foi tirada de uma outra coleção de escritos de historiadores sobre um determinado período. Essa coleção, editada por W. Stanford Reid e publicada em 1968 por Holt, Rinehart, e Winston em sua série *European Problem Studies*, chama-se *The Reformation: Revival or Revolution?* Ela traz artigos de historiadores católicos como Father P.H. Grisar e Hugh Ross Williamson, entre outros.

Citei *The Century of Columbus* (Catholic Summer School Press, 1914), de J. Walsh, porque em algumas áreas é a fonte de informação mais acessível, embora boa parte dessa obra precise ser atualizada. Com sua formação médica, Walsh tratou

de temas como o uso de anestesia e o tratamento hospitalar, tópicos difíceis de serem encontrados em outras fontes. Além disso, essa obra e *The Thirteenth, Greatest of Centuries*, do mesmo autor, são bem escritas e repletas de material fascinante.

Por vezes, um bom romance histórico é mais eficiente que um trabalho acadêmico na tarefa de transmitir ao leitor uma boa "percepção" sobre uma época e seus principais avanços. Leitores interessados no desenrolar dos vários estágios da Reforma na Inglaterra e nos personagens envolvidos não poderão fazer algo melhor que ler os romances históricos de Hugh Benson. Monsenhor Benson era filho de um arcebispo de Canterbury e recebeu educação superior em história inglesa. Somado à sua conversão tardia ao catolicismo e aos seus dons literários, esse fundo lhe deu uma perspectiva única sobre a Reforma. Seus romances descrevem personagens históricos e eventos de maneira viva e acurada, e, acima de tudo, agradável. Ele podia "entrar" nos seus personagens, seja em qual lado da questão estavam, e mostrar ao leitor toda a complexidade de suas personalidades, enquanto revoltas políticas e religiosas se desenrolavam ao redor deles. Acima de tudo, ele conhecia o cenário histórico inteiramente, começando com a Inglaterra pré-Reforma. Os livros devem ser lidos, de preferência, em ordem cronológica, embora muitos títulos estejam fora de catálogo e sejam difíceis de encontrar. O romance que lida com a situação religiosa no reinado de Henrique VIII é *The King's Achievement*, no qual os personagens Henrique VIII, São Thomas More, Thomas Cromwell e outras figuras históricas, são bem apresentados no contexto de uma trama cativante. *The Queen's Tragedy* é uma biografia imaginativa da rainha Ma-

ria Tudor, com uma interessante perspectiva sobre Maria, Felipe II, a jovem Elisabete e outras figuras da época. *Come Rack! Come Rope!* é talvez o romance mais conhecido de Benson nos Estados Unidos, em razão de uma edição em formato de bolso impressa em grande quantidade. Infelizmente, essa edição é condensada da obra original, mas vale a pena lê-la. É um dos dois trabalhos passados no reino de Elisabete; o segundo é *By What Authority*. Finalmente, o reino de Carlos II, que restaurou a monarquia Stuart depois da morte do ditador puritano Oliver Cromwell e seu filho, é o tema de *Oddfish!*, a expressão favorita do monarca. A cena da conversão do rei no leito de morte tem sido geralmente reproduzida em outras obras. Todos esses livros são fruto de pesquisas meticulosas do autor, que frequentemente submetia seu trabalho à avaliação de precisão histórica, antes de publicá-los. As primeiras obras, particularmente, dão uma imagem vívida das condições religiosas na Inglaterra, às vésperas da Reforma Inglesa.

Capítulo 7 – A oportuna Lenda Negra

Tree of Hate é citado neste capítulo. *The Killing of History* (Encounter Books, 1996), de Keith Windschuttle, discute uma série de tópicos históricos controversos em vários capítulos, dos quais apenas um lida com o confronto entre espanhóis e astecas. Vale a pena consultá-lo pelos detalhes fornecidos sobre as apavorantes práticas religiosas dos astecas.

Our Lady of Guadalupe and the Conquest of Darkness, de Warren H. Carrol (Christedom Press, 1993), é um tratamento curto, mas detalhado da conquista. Altamente recomendado.

The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America (Little, Brown, and Company, 1965), do professor Lewis Hanke, da Universidade de Columbia, é uma excelente e curta obra sobre um tópico importante. Foi originalmente publicada em 1946 e pode estar desatualizada, mas ainda vale a pena ser lida.

Um filme clássico, *A missão*, é um drama baseado na história real do trabalho de um missionário espanhol com os primitivos índios Guarani na fronteira entre Uruguai e Paraguai, destacando o grande talento musical que aqueles nativos possuíam. É recomendado, com algumas reservas, como boa introdução à invenção das reduções (aldeamentos indígenas organizados e administrados por padre jesuítas), que foram criadas com o intuito de proteger esses índios de exploração. A única nota desafinada é a cena perto do final em que padres jesuítas lutam com armas; isso não aconteceu.

The Lost Paradise: The Jesuit Republic in South America (Dorset Press, 1975), de Philip Caraman. S. J., é um relato sobre as reduções e o que aconteceu com elas.

Capítulo 8 – E tem mais...

Sobre o papa Pio XII e os judeus, vários livros foram publicados recentemente, entre os quais podemos citar: *The Myth of Hitler's Pope: Pope Pius XII and His Secret War against Nazi Germany* (Regnery Publishing, 2005); *Did Pope Pius XII Help the Jews?* (Paulist Press, 2007), de Margherita Marcione, é um dos vários livros dessa autora devotados a defender o papa Pio XII; e *Hitler, the War, and the Pope* (Our Sunday Visitor, 2000), de Robert J. Rychlak.

Uma história fascinante sobre o papel da inteligência secreta durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente com referencia à resistência alemã que visava a derrota do regime de Hitler é *The Unseen War in Europe*, de John H. Waller (Random House, 1996). Há um capítulo intitulado "Operation X: The Vatican Connection", que detalha o papel da Igreja e do papa em promover pessoalmente a resistência contra os nazistas.

Uma das melhores fontes sobre Pio XII, assim como para as mentiras discutidas no fim do Apêndice 1 e muitos outras questões, é a Catholic League for Religious and Civil Rights. Além da sua revista impressa, o site da Liga (http://www.catholicleague.org) fornece informações atualizadas regularmente sobre muitos temas importantes para os católicos. Altamente recomendado.

Sobre a questão da suposta opressão das mulheres – de fato, ausente na História, especialmente na Idade Média – *A mulher nos tempos das catedrais* (Lisboa, Gradiva, 1984), de Régine Pernoud, é um bom antidoto. O livro investiga os vários papéis tomados pelas mulheres e fornece detalhes sobre as vidas de algumas das figuras femininas mais interessantes.

Sobre a ampla questão da Igreja e a escravidão há muitas fontes. Uma recente e razoavelmente acessível é *The Popes and Slavery* (Alba House, 1996), de Joel S. Panzer.

Apêndice 1 – Como responder a uma mentira

Qualquer um disposto a se engajar em apologética deve montar uma pequena biblioteca com obras sobre os temas

que costumam ser discutidos. (Um livro sobre argumentação lógica também seria útil.) A revista *This Rock*, publicada por Catholic Answers, traz muitos artigos sobre apologética. Informações estão disponíveis em www.catholic.com.